

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	11

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	12
3.2 - Medições não contábeis	13
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	14
3.4 - Política de destinação dos resultados	15
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	16
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras informações relevantes	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	28
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	30
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	69
4.5 - Processos sigilosos relevantes	70
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	71
4.7 - Outras contingências relevantes	72

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	73
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	74
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	75
5.3 - Descrição dos controles internos	76
5.4 - Programa de Integridade	78
5.5 - Alterações significativas	79
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	80
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	81
6.3 - Breve histórico	82
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	83
6.6 - Outras informações relevantes	84
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	85
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	87
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	88
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	90
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	97
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	99
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	100
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	101
7.8 - Políticas socioambientais	102
7.9 - Outras informações relevantes	103
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	104
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	105

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	106
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	107
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	108
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	114
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	115
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	119
9.2 - Outras informações relevantes	130
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	133
10.2 - Resultado operacional e financeiro	148
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	151
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	152
10.5 - Políticas contábeis críticas	153
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	155
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	156
10.8 - Plano de Negócios	157
10.9 - Outros fatores com influência relevante	159
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	160
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	161
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	162
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	166
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	168
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	169
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	170

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	175
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	177
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	178
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	195
12.12 - Outras informações relevantes	196

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	197
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	200
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	204
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	206
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	207
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	208
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	209
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	210
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	211
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	212
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	213
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	215
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	216
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	217
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	218
13.16 - Outras informações relevantes	219

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	220
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	224
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	225
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	227
14.5 - Outras informações relevantes	228
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	229
15.3 - Distribuição de capital	235
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	236
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	237
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	238
15.7 - Principais operações societárias	239
15.8 - Outras informações relevantes	240
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	241
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	242
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	251
16.4 - Outras informações relevantes	252
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	253
17.2 - Aumentos do capital social	254
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	255
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	256
17.5 - Outras informações relevantes	257
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	258

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	260
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	261
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	262
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	264
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	265
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	266
18.8 - Títulos emitidos no exterior	267
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	268
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	269
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	270
18.12 - Outras informações relevantes	271

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	272
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	273
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	274

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	275
20.2 - Outras informações relevantes	276

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	277
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	278
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	279
21.4 - Outras informações relevantes	280

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

EUGENIO RICARDO A. COSTA

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ÁLVARO VERAS DO CARMO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente



DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, abaixo assinado, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame do Formulário de Referência relativo ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2018, atesta que:

- a. reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse;
- b. todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item “a” acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018.



EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA
Diretor-Presidente
Eleito em 30/04/2018

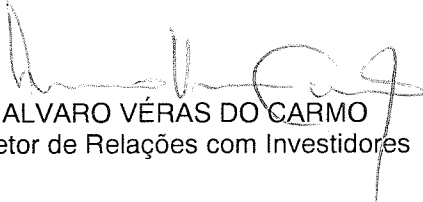


DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, abaixo assinado, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame do Formulário de Referência relativo ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2018, atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480 e suas alterações, em especial aos artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018.



ALVARO VÉRAS DO CARMO
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores



DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame do Formulário de Referência relativo ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2018, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480 e suas alterações, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018.



EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA
Diretor-Presidente



ÁLVARO VERAS DO CARMO
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?

SIM

Código CVM

1032-4

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - Sociedade Simples
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	27/04/2012 a 30/03/2017
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria das informações contábeis individuais e consolidadas do exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 e revisão especial, de acordo com a NBC TR 2400, das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016, além dos serviços de auditoria para as seguintes empresas controladas:</p> <p>Para efeito de equivalência e consolidação, com a emissão de relatórios:</p> <p>.Fatura Agropecuária S.A.</p> <p>.Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>.Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão de acordo com a NBC TR 2410 para efeito de equivalência e consolidação, sem emissão de relatórios:</p> <p>.Equipo Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>.Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>.Itapura Agropecuária Ltda.</p> <p>.Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.</p> <p>.Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada)</p> <p>.Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada).</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 256.800,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais).
Justificativa da substituição	Atendimento às disposições da Instrução CVM nº 308/99, de 14/05/1999 (artigo 31) e Deliberação nº 549/08, de 10/09/2008, inciso I.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JULIAN CLEMENTE	27/04/2012 a 30/03/2017	085.922.988-22	Rua Buenos Aires nº 48, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20070-022, Telefone (21) 22105166, Fax (21) 22105166, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	DELLOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	49.928.567/0002-00
Período de prestação de serviço	01/04/2017 a 30/04/2018
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas anuais, em BRGAAP e IFRS, elaboradas em reais (R\$), para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017. Revisão limitada sobre as informações financeiras, individuais e consolidadas, em BRGAAP e IFRS, para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017, 30 de junho de 2017 e 30 de setembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 277.551,00 (Duzentos e setenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e um reais).-
Justificativa da substituição	De acordo com os artigos 28 e 31 da ICVM-308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antônio Carlos Brandão de Sousa	01/04/2017 a 30/04/2018	892.965.757-53	Rua São Bento nº 18, 15º e 16º andares, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-010, Telefone (21) 39810665, Fax (000) 0000000000, e-mail: antoniobrandao@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	DELLOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	49.928.567/0002-00
Período de prestação de serviço	04/05/2018 a 30/04/2019
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas anuais, em BRGAAP e IFRS, elaboradas em reais (R\$), para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018. Revisão limitada sobre as informações financeiras, individuais e consolidadas, em BRGAAP e IFRS, para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018, 30 de junho de 2018 e 30 de setembro de 2018.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço R\$ 327.921,00 (trezentos e vinte e sete mil e novecentos e vinte e um reais)

Justificativa da substituição

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antônio Carlos Brandão de Sousa	04/05/2018 a 30/04/2019	892.965.757-53	Rua São Bento nº 18, 15º e 16º andares, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-010, Telefone (21) 39810665, Fax (000) 0000000000, e-mail: antoniobrandao@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem apresentadas em relação à auditoria externa da Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	374.751.366,52	423.386.024,84	443.686.452,42
Ativo Total	473.834.350,71	518.539.128,31	518.924.800,93
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	489.743.403,54	421.469.884,86	496.843.855,61
Resultado Bruto	104.042.526,42	93.160.364,73	102.734.895,30
Resultado Líquido	-6.674.879,05	-18.982.856,77	3.964.483,33
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	36.414.670	36.414.670	36.414.670
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,291220	11,626798	12,184278
Resultado Básico por Ação	-0,183302	-0,521297	0,108871
Resultado Diluído por Ação	-0,18	-0,52	0,11

3.2 - Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

Ebitda ou Lajida - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização:

2015 - R\$ (991) mil
 2016 - R\$ (22.755) mil
 2017 - R\$ (5.364) mil

Disponibilidades – caixa + bancos + aplicações financeiras:

2015 - R\$ 71.504 mil
 2016 - R\$ 45.899 mil
 2017 - R\$ 39.215 mil

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

DESCRIÇÃO	R\$ MIL			VAR. %
	IFRS			
	2017	2016	2015	2017 X 2016
Lucro Líquido	(6.675)	(18.983)	3.965	(64,8)
IR/CS	880	1.506	2.514	(41,6)
Resultado Financeiro Líquido	(3.043)	(8.926)	(11.215)	(65,9)
Depreciação e Amortização	3.474	3.648	3.745	(4,8)
Ebitda	(5.364)	(22.755)	(991)	(76,4)
Margem Ebitda	(0,0)	(5,4)	(0,2)	

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O Ebitda, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é utilizado pela WLM como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que este indicador é o mais apropriado para comparações, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não ocorreu nenhum evento subsequente relevante.

3.4 - Política de destinação dos resultados

A política de destinação dos resultados da Companhia não sofreu alteração nos três últimos exercícios.

a) Regras sobre a retenção de lucros

A Companhia adota os princípios estabelecidos pela Lei 6.404/76 e suas alterações (Lei das Sociedades Anônimas), de acordo com as práticas contábeis em vigor. Dessa forma, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício é retido a título de constituição de reserva legal.

Conforme determina o artigo 36 do estatuto da Companhia, após a constituição da reserva legal, do restante, até 70% (setenta por cento) serão destinados metade à reserva de investimentos com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades sociais e a outra metade para reserva para garantir o pagamento de dividendos aos acionistas.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com artigo 37 do seu Estatuto Social, a Companhia destina anualmente pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais aprovadas em Assembleia) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia adota a prática de distribuir dividendos aos acionistas anualmente, após a divulgação dos resultados do exercício. No entanto, não há uma política formal que defina tal periodicidade, existindo, portanto, a possibilidade de o Conselho de Administração vir a deliberar pagamento de dividendos intermediários mediante a utilização da conta Reserva de Lucros, "Garantia para Pagamento de Dividendos", ou a título de antecipação do resultado anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinados à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

e. **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado - Item "e" incluído pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017**

A política de destinação dos resultados da Companhia está prevista nos artigos 35 ao 37 do seu Estatuto Social.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	-4.880.291,29	-17.574.885,55	5.818.817,53
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	25,007152
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	1,313016
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	3.002.802,97
Lucro líquido retido	0,00	0,00	4.145.512,11
Data da aprovação da retenção			29/04/2016

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		0,00					
Preferencial	Preferencial Classe A	0,00		0,00			
Outros							
Ordinária					596.563,92	29/06/2016	
Preferencial	Preferencial Classe A				785.800,62	29/06/2016	
Ordinária					699.305,48	29/06/2016	
Preferencial	Preferencial Classe A				921.132,95	29/06/2016	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2018					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN (Em Reais)		Data de pagamento
			ON	PN	
Dividendo Adicional sobre o resultado de exercícios anteriores	AGO de 27/04/2018	Não houve	-	-	-

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2017					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN (Em Reais)		Data de pagamento
			ON	PN	
Dividendo Adicional sobre o resultado de exercícios anteriores	AGO de 28/04/2017	Não houve	-	-	-

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2016					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN (Em Reais)		Data de pagamento
			ON	PN	
Dividendo adicional sobre o resultado de exercícios anteriores (*)	AGO de 29/04/2016	1.620 mil	0,04220	0,04642	29/06/2016

(*) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 29/04/2016.

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2015					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN (Em Reais)		Data de pagamento
			ON	PN	
Dividendo Complementar (*)	AGE de 17/09/2015	36.265 mil	4,72213	5,19434	13/11/2015
Dividendo Adicional (**)	AGO de 30/04/2015	2.533 mil	0,329770	0,362747	29/05/2015

(*) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 17/09/2015.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	98.650.435,39	Índice de Endividamento	0,20819604	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		235.193,10	249.302,10	103.875,87	0,00	588.371,07
Títulos de dívida	Quirografárias		50.989.480,14	1.556.772,23	44.303.790,38	0,00	96.850.042,75
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Recursos provenientes da venda da produção da cultura financiada.	1.221.021,57	0,00	0,00	0,00	1.221.021,57
Total			52.445.694,81	1.806.074,33	44.407.666,25	0,00	98.659.435,39
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes com relação à situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O planejamento de novos investimentos da WLM está sempre associado à perspectiva de crescimento econômico e à manutenção de programas voltados para manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do País.

As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para contê-la poderão provocar efeitos adversos sobre o nível de atividade econômica no Brasil, os mercados brasileiros de capitais, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. O aumento das receitas da WLM e o aumento de seu lucro operacional dependem do crescimento da demanda por produtos que oferecemos, qual sejam, principalmente, veículos pesados (ônibus e caminhões).

No agronegócio, o desempenho da WLM também pode ser afetado por condições macroeconômicas e de demanda dos mercados específicos de atuação, além de fatores climáticos e biológicos (como pragas e doenças) que possam influenciar a produção e o preço dos produtos agropecuários.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que atualmente acredita serem os mais prováveis a afetar o seu desempenho:

(a) à Companhia

Possibilidade de perder a bandeira Scania para comercialização de veículos automotores

A principal atividade econômica da Companhia é a comercialização de caminhões e chassis de ônibus exclusivamente da marca Scania assim como a venda de peças e prestação de serviços de manutenção para veículos da marca. No caso do contrato de representação da marca Scania vir a ser cancelado os negócios da WLM neste segmento de atuação seriam comprometidos no curto prazo.

Possibilidade de não conseguir estabelecer totalmente a estratégia de negócios.

A habilidade para estabelecer as principais iniciativas de crescimento que fazem parte da estratégia de atuação da WLM depende de uma série de fatores, dentre os quais sua capacidade de:

- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em seus mercados atuais;
- identificar com êxito novas oportunidades de negócios;
- expandir sua rede de concessionárias no Brasil;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada;
- continuar a expansão da base de clientes.

Não é possível assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico para o êxito da estratégia é a habilidade de identificar com sucesso as demandas do mercado. Se qualquer um dos produtos comercializados e/ou serviços prestados pela Companhia tiver problemas de qualidade, a WLM pode ter dificuldades em atender as necessidades de seus consumidores finais.

Dependência da rede própria de concessionárias para a venda dos produtos comercializados aos clientes localizados em suas respectivas regiões.

A rede de concessionária Scania da WLM atende regiões específicas na área onde estão localizadas. Caso alguma delas venha a sofrer danos significativos, ou caso as atividades da Companhia de revenda e prestação de serviço venha a ser reduzidas ou interrompidas devido às greves (na Companhia ou em qualquer importante fabricante de produtos), atrasos na liberação ou entrega de produtos, problemas de infraestrutura ou quaisquer outros eventos similares, seria necessário alocar recursos de outra concessionária para atender aos clientes pertencentes à região afetada. Tal evento poderia ter um efeito adverso sobre a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Interrupções ou falhas nos sistemas poderão afetar adversamente as operações.

O sucesso na adoção do plano de negócios depende, em grande parte, do desempenho dos sistemas automatizados da WLM e de serviços de telecomunicações. A Companhia depende de tais sistemas para realizar seus negócios e para obter, processar rapidamente, analisar e administrar os dados, de forma a facilitar a compra e a distribuição de veículos pesados e itens de estoque – como peças de reposição; receber, processar e enviar os pedidos a tempo; administrar o faturamento e realizar a cobrança de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevisíveis ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros. Qualquer interrupção em seus sistemas pode resultar na perda de informações importantes e aumentar os custos, afetando negativamente a imagem da WLM e a sua capacidade de oferecer produtos e serviços de qualidade e confiáveis. Dessa forma, o desempenho satisfatório, a confiabilidade e a disponibilidade dos sistemas são importantes para garantir a capacidade da Companhia de atrair e manter clientes, bem como prestar serviços adequados aos mesmos.

Apólices de seguro podem ser insuficientes para garantir proteção integral contra perdas substanciais.

Os negócios da WLM estão sujeitos a riscos envolvendo ações trabalhistas e civis, além do transporte dos produtos comercializados e fenômenos da natureza. A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, tais como incêndio, queda de raio, explosão, vendaval, responsabilidade civil garagista, roubo ou furto qualificado de bens e valores no interior do estabelecimento ou em trânsito. Todavia, não é possível garantir que a cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices, tais como caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento das atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las ou ainda renová-las em termos suficientes e favoráveis.

Dependência de transportadoras do principal fornecedor e de terceirizadas. Problemas no relacionamento com essas empresas ou na qualidade dos serviços prestados poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não possui frota suficiente ou tampouco opera os veículos utilizados para transportar os veículos pesados (caminhões e ônibus) que comercializa. Dessa forma, depende de transportadoras dos fabricantes e de terceirizados para entregar esses produtos em suas concessionárias, como é o padrão no segmento de comercialização de veículos pesados. A eventual incapacidade de criar ou manter relacionamentos satisfatórios com as empresas responsáveis pela entrega dos veículos, bem como a falha de tais transportadoras de prestar os serviços de transporte de acordo com as necessidades, poderia afetar adversamente a Companhia.

Muitos dos clientes utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, estando sujeitos a mudanças institucionais e/ou nas linhas de crédito neste banco.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui diversas linhas de financiamento que são utilizadas por grande número de clientes da WLM. Por ser um banco de fomento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDES está sujeito a maior ingerência política e pode sofrer mudanças que afetem as regras de concessão de crédito, reduzam a disponibilidade ou os benefícios das condições de tais financiamentos. A não efetivação, a suspensão, a interrupção ou a mudança significativa nestes financiamentos poderá afetar a estimativa de crescimento dos negócios da Companhia. A disponibilidade de recursos com condições semelhantes às do BNDES é restrita, o que poderia causar efeito adverso nos resultados da WLM.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e poderá ser no futuro, ré ou, conforme o caso, autora em processos judiciais ou administrativos, em diversas esferas. Não é possível garantir que os resultados destes processos serão sempre plenamente favoráveis, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que impeçam a realização dos negócios como inicialmente planejados, ou eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado, podem causar efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Atuação em segmentos de grande concorrência, o que poderá, em algum momento, vir a causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Os segmentos de mercado em que a Companhia atua são altamente competitivos. A WLM enfrenta a concorrência de outros produtos e marcas sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como os produtos das montadoras Mercedes Benz, Man e Volvo, dentre outras. Ademais, estas empresas oferecem grande variedade de produtos nos segmentos em que a Companhia atua, que competem com as linhas de produtos comercializados. A WLM enfrenta ainda, na revenda de peças, concorrência de pequenos fornecedores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam com peças não genuínas. Desta forma, podem oferecer preços mais baixos, o que poderia resultar na diminuição do volume de vendas e/ou fazer com que a Companhia tenha que reduzir seus preços, o que implicaria em margens menores. Ainda, novos concorrentes poderão entrar nesses mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Adicionalmente, as atuais e futuras marcas concorrentes dos produtos comercializados podem ser bem-sucedidas em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e campanhas de marketing mais efetivas, de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados de atuação da WLM poderá resultar em perda de participação de mercado.

A identidade das marcas da WLM é um fator importante para o sucesso do negócio. Se não for possível utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de marcas, as atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

A Companhia entende que suas marcas – relacionadas no item 9 deste Formulário - têm valor significativo e desempenham papel importante na manutenção e melhoria de sua posição competitiva. Nos últimos anos, foram feitos investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento dessas marcas, incluindo aquisições de novas concessionárias.

Atualmente, a Companhia tem 29 marcas, estando a maior parte delas registrada no INPI. No entanto, não é possível garantir que essas marcas não serão violadas, ou, então, que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ainda, caso a titularidade de qualquer das marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, a Companhia pode ser proibida de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor do conjunto de marcas da Companhia e causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia também possui o registro de 10 domínios na rede mundial de computadores (Internet).

(b) ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A WLM é controlada pela família Lemos de Moraes, por intermédio da Sajuthá-Rio Participações S.A., que tem poderes para controlar a Companhia e suas controladas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Sajuthá-Rio Participações S.A. poderá ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

O acionista controlador tem poderes para:

- i. eleger a maioria dos conselheiros e nomear os diretores executivos;
- ii. definir a política da administração e exercer o controle geral sobre a administração e das controladas vender ou transferir sua participação acionária na Companhia; e
- iii. determinar o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganização societária, aquisição e alienação de ativos, bem como a oportunidade e o pagamento de dividendos futuros.

A Companhia não pode garantir que o acionista controlador não terá interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que possam entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

(c) aos seus acionistas

Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio

De acordo com o disposto no Estatuto Social da WLM, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% do seu lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório. Caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que o pagamento de proventos é incompatível com a situação econômica da Companhia, poderá não haver qualquer tipo de pagamento, já que o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para, por exemplo, compensar prejuízos acumulados.

Negociações com ações de emissão da Companhia podem afetar o valor de mercado das mesmas.

Os acionistas da Companhia têm a capacidade de, observada a legislação aplicável, negociar ações da WLM. Não é possível prever o efeito, se houver, desses negócios sobre o valor de mercado das ações de emissão da WLM. Vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, teriam possível efeito adverso sobre o valor de mercado dessas ações.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de novas ações, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de suas ações e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, e esta necessidade poderá ser atendida mediante operações de emissão pública ou privada de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia e resultar na diluição da participação do investidor no seu capital social.

(d) às suas controladas e coligadas

As empresas controladas e coligadas não trazem riscos adicionais àqueles já relacionados para a Companhia, no item (a) acima. Os fatores de risco a que estão sujeitas as controladas e coligadas são basicamente os mesmos relacionados à Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(e) aos seus fornecedores

Os negócios da WLM dependem de sua capacidade de desenvolver e manter relações com os fabricantes dos produtos que comercializa. A incapacidade de desenvolver ou manter essas relações poderá afetar adversamente os negócios.

A WLM depende dos fabricantes para produzir e lhe vender caminhões, chassis de ônibus, lubrificantes e peças de reposição, que serão colocadas à venda ao consumidor final em sua rede de concessionárias.

Busca-se manter um controle eficiente das encomendas de veículos pesados e também níveis adequados de estoque de peças. Dessa forma, a Companhia conta com a venda imediata de produtos por parte desses fabricantes e com sua capacidade de atender aos pedidos dos clientes a tempo. Não é possível garantir que os fabricantes continuarão a vender seus produtos para a WLM em condições favoráveis ou que a Companhia será capaz de estabelecer novos relacionamentos com os fabricantes, ou mesmo prolongar os existentes, de forma a assegurar o acesso aos produtos periodicamente e em termos comerciais favoráveis. Caso ocorra alguma dessas situações, os negócios e planos de crescimento poderão ser afetados.

(f) aos seus clientes

O segmento de veículos pesados é influenciado pela disponibilidade de crédito, em especial para caminhões – principal produto comercializado pela Companhia.

Como comentado no item 4.a, muitos dos clientes da WLM utilizam financiamentos do BNDES e via CDC – Crédito Direto ao Cliente para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, além de recorrer a outras fontes de financiamento. Em torno de 95% do volume de caminhões vendidos é financiado de alguma forma.

Conseqüentemente, a quase totalidade dos clientes depende de empréstimos bancários para financiar a aquisição de veículos pesados. Tais financiamentos poderão não estar disponíveis para potenciais clientes, assim como, mesmo se disponíveis, os termos destes financiamentos poderão não ser atrativos. Desse modo, a escassez de financiamento no mercado, o aumento nas taxas de juros, a redução de prazo do financiamento, a redução do valor financiado por veículo, a redução nas desonerações fiscais oferecidas e/ou a alteração de outras condições de financiamento podem vir a afetar negativamente o desempenho do segmento e a geração de caixa da Companhia.

Os níveis de inadimplência por parte dos clientes podem atingir patamares mais elevados e poderão afetar adversamente a Companhia.

O recebimento dos valores devidos pelos clientes depende da capacidade de pagamento dos mesmos e da Companhia em cobrá-los de forma efetiva. Com base em sua receita bruta, o nível de inadimplência dos clientes, calculado a partir do 30º dia do vencimento da fatura, foi de aproximadamente 6,2%, 9,12% e 3,26% nos exercícios encerrados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Esses índices podem atingir patamares mais altos em decorrência de motivos diversos, fora do controle da Companhia.

Caso isso ocorra, a WLM poderá vir a não recuperar determinados créditos relativos a dívidas de clientes inadimplentes. Caso não recupere parcela significativa desses créditos, seu fluxo de caixa e resultados financeiros será adversamente afetado.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Os resultados das operações e o valor das ações da WLM podem ser afetados negativamente por condições da economia e do mercado automotivo, especialmente do segmento de veículos pesados.

O segmento de comercialização de caminhões e ônibus é significativamente influenciado por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como:

- nível geral de atividade da economia;
- crescimento do transporte rodoviário de cargas e de passageiros;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- confiança do empresariado para realizar investimentos;
- estabilidade das taxas de juros; e
- disponibilidade de empréstimos e financiamentos para aquisição de veículos pesados.

O Brasil enfrentou sua pior crise econômica no período de 2014 a 2017, refletindo na performance de empresas em diversos segmentos, incluindo a WLM nas vendas de veículos. Foi um período marcado por um conturbado ambiente político e econômico, tendo como consequência taxas de desemprego crescentes, juros em alta, baixa confiança dos consumidores e empresários e queda drástica do consumo. Em 2017 a economia brasileira ainda registrou reflexos da crise, com sucessivos cortes de gastos, interrupção de serviços públicos por falta de recursos, aumento de tributos e situação crítica nas contas públicas de alguns estados. Após atingir o “fundo do poço”, no segundo semestre surgiram os primeiros sinais de retomada da atividade econômica, com queda do desemprego, aumento da renda e melhora do consumo das famílias. Um forte processo desinflacionário, consequência da recessão dos últimos anos que contribuiu para conter os preços, culminou com a inflação dentro da meta estipulada pelo Banco Central. Com os preços mais baixos e expectativas controladas, a taxa básica de juros medida pela Selic, passou por um ciclo de cortes ao atingir o menor nível histórico de 6,5% ao ano já no início de 2018. Apesar da aproximação das eleições, o que traz certa cautela, há uma expectativa de recuperação da atividade econômica com melhoria dos índices de confiança do mercado em geral ao longo deste ano.

Caso haja escassez de recursos para obtenção de financiamento no mercado e/ou aumento da taxa de juros, a demanda por veículos pesados pode ser reduzida, o que pode afetar negativamente os resultados.

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento e/ou o aumento da taxa de juros e de outros custos indiretos de financiamento podem prejudicar a capacidade ou a disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições, particularmente no que se refere a caminhões novos. Especialmente, caso o BNDES restrinja o limite de disponibilidade de fundos destinados a financiar a compra de caminhões novos ou caso haja aumento da taxa de juros, poderá vir a ocorrer redução da demanda pelos produtos comercializados pela Companhia, afetando adversamente seus resultados.

A alteração das condições de mercado, especialmente um acirramento da concorrência, poderá prejudicar a venda de produtos pelos preços previstos, o que poderá reduzir as margens de lucro.

Normalmente, a Companhia atua em mercados fortemente competitivos. A crescente concorrência nos segmentos de mercados nos quais opera, quer por meio de novos fabricantes entrando no Brasil ou por meio de concessionárias concorrentes expandindo suas operações, poderá afetar adversamente sua participação no mercado e os preços de venda dos produtos que comercializa, reduzindo suas margens de lucro, diminuindo a variedade de produtos disponíveis para a Companhia ou afetando-a adversamente.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

Até o momento, não há exigências regulatórias para o setor de atuação da WLM. Apesar da inexistência de riscos regulatórios, alterações na legislação tributária podem aumentar a carga tributária e, consequentemente, afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes, como por exemplo, modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários.

(i) aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não se aplica, pois, a Companhia não atua em outros países.

(j) a questões socioambientais

Ainda que a principal atividade econômica da Companhia esteja relacionada à comercialização e manutenção de veículos automotores existe também o segmento agropecuário. Essas atividades

4.1 - Descrição dos fatores de risco

envolvem riscos ambientais remotos como a contaminação de afluentes com agrotóxicos, perda de licenças ambientais ou não obtenção de licenças definitivas, entre outros.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

a) Gerenciamento de riscos

A geração de caixa da Companhia é originada principalmente de repasses efetuados por suas controladas na forma de juros sobre capital próprio e distribuição de lucros. Suas controladas têm atividades operacionais voltadas ao segmento agropecuário e automotivo, este último com maior representatividade na receita do Grupo WLM.

No segmento automotivo, a atuação é basicamente na revenda de caminhões e ônibus da marca Scania e na prestação de serviços e de assistência técnica; enquanto que no segmento agropecuário, a atuação é na produção e comercialização de commodities agrícolas tais como soja, milho e café, além de cria, recria e engorda de gado bovino.

Desta forma, o desempenho financeiro das controladas, e conseqüentemente da Companhia, está diretamente exposta a (i) atividade econômica do país, a qual determina uma maior ou menor demanda por caminhões, ônibus e serviços correlatos, (ii) variações das taxas de juros internas no Brasil e (iii) volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio (preço da commodity atrelada a Dólar enquanto que a venda interna ocorre em Reais).

Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Risco de juros

Embora a Companhia e suas controladas mantenham baixa exposição a dívidas financeiras e/ou instrumentos de hedge/derivativos no mercado, a Administração entende que existe uma exposição ao risco de taxa de juros, principalmente, pelo fato de que grande parte das compras de veículos ocorre na forma de financiamentos por parte dos clientes. Uma vez que as taxas de juros fiquem mais altas, o custo do financiamento encarece e, conseqüentemente, a demanda por aquisições de novos veículos tende a ser menor.

Risco de preço

Principalmente no que tange as atividades no segmento agropecuário desempenhadas por algumas controladas, embora a receita represente uma parte pequena do faturamento da Companhia, existe um potencial risco de variação de preço nas commodities agrícolas influenciadas por condições de mercado, as quais muitas vezes independem da gestão direta da Administração. De forma a reduzir este risco, parte das vendas de produtos agrícolas está sendo antecipada a preços travados e com entregas futuras. Na medida em que haja uma perspectiva de crescimento na atuação neste segmento, a Administração avaliará outras estratégias com vista a obter maior proteção contra a variação dos preços das commodities.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de câmbio

A Companhia não mantém aplicações financeiras atreladas ao risco cambial, mantendo uma política conservadora na aplicação de seus recursos visando pouca volatilidade, liquidez de curto prazo e rentabilidade atrelada a SELIC (benchmark).

Embora suas controladas não apresentem instrumentos financeiros com exposição a moedas internacionais, eventuais alterações no câmbio podem afetar as condições no mercado que elas atuam, principalmente no que tange a custos de produtos vendidos e no valor de mercado de seus produtos para venda, podendo assim o desempenho operacional e financeiro das mesmas, e consequente, o da Companhia.

A Administração está constantemente monitorando as variáveis de mercado e avaliando as vantagens e desvantagens de contratação de seguros de forma a reduzir o risco cambial no resultado esperado pelas atividades operacionais das controladas.

Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito, relacionado às contrapartes de suas aplicações e ao contas a receber de clientes de suas controladas operacionais. A política financeira da Companhia limita seu risco associado com esses instrumentos financeiros, alocando-os em instituições financeiras de primeira linha.

A venda das controladas que atuam no segmento agropecuário é de certa forma concentrada em poucos clientes. Embora possa existir um risco por conta da concentração, parcela substancial das vendas é realizada para clientes altamente qualificados e com perfil de crédito excelente. Por sua vez, no segmento automotivo, há uma grande diversificação de clientes. O risco de crédito é administrado por normas específicas de análise e aprovação do crédito de clientes, estabelecendo limites de exposição por cliente e garantias acessórias necessárias. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Um dos grandes objetivos da Administração da Companhia é a preservação de caixa. Existe uma avaliação e um monitoramento constante da previsão de fluxo de caixa nas empresas do Grupo de forma a assegurar a saúde financeira das empresas e a atender às necessidades operacionais de forma segura e responsável.

Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA	
Processo nº	2004100001377-3
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.04.2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequirente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.443.698,80 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal originada por auto de infração lavrado em razão de suposto débito referente ao ICMS (substituição tributária). Foram indicados bens à penhora, com manifestação da exequente, em 10.05.2005, no sentido de não aceitar os bens oferecidos à penhora. Proferida decisão, em 07.07.2005, determinando a penhora de 5% do faturamento mensal da empresa. Mandado não cumprido (negativo). Despacho, em 30.08.2012, determinando manifestação do Estado. Após o pronunciamento do Estado, despacho, em 08.04.2013 determinando a comprovação da qualidade de responsáveis tributários dos sócios assinalados. Em 11.04.2013 remetidos os autos para a Procuradoria.</p> <p>Em 08.11.2013, protocolada petição pela Executada requerendo o reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente, para desconstituir o débito fiscal consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa número 2003/004.758-1, e extinguir, por conseguinte, a execução fiscal. Em 19.11.2013, proferido despacho, abrindo vista ao Estado. Em 16.01.2014, os autos foram devolvidos com manifestação da Procuradoria do Estado, encontrando-se em processamento cartorário. Decisão, em 11.02.2015, afastando a alegação de prescrição intercorrente. Publicada a decisão em 26.03.2015, foram opostos pela executada embargos de declaração em 31.03.2015. Conclusos ao Juiz em 13.04.2015.</p> <p>Em 05/07/2016, os autos foram remetidos à Procuradoria Geral do Estado para apresentação de manifestação acerca dos Embargos. Em 16/01/2017, os autos retornaram à Procuradoria (petição incompleta – folhas faltantes).</p> <p>Em 19/06/2017, Embargos de Declaração Rejeitados por inexistirem na decisão prolatada os vícios apontados. Agravo de Instrumento com Pedido de Antecipação de Tutela distribuído em setembro/2017 (nº 0049036-16.2017.8.19.0000).</p> <p>Aguarda-se o julgamento do Agravo.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – JUDICIAL	
Processo nº	0052618-55.2016.8.19.0001
a. juízo	11ª Vara de Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.03.2016
d. partes no processo	
i. Exequirente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.124.982,39
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal oriunda do Auto de Infração nº 03.026.702-5 e do Processo Administrativo nº E-04-000.095.507/2002.</p> <p>Natureza do débito: Imposto ICMS.</p> <p>Em 14.03.2016, petição da Executada informando que será apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, carta de fiança para garantia do Juízo e posterior oferecimento de Embargos. Em 12.04.2016, petição informando que, diante dos elevados custos para a contratação de fiança bancária, a garantia se dará através de seguro, com a apresentação da apólice no prazo de 30 (trinta) dias. Em 12.05.2016, petição requerendo a juntada da apólice correspondente ao seguro garantia e a intimação do Estado (Exequirente) para se manifestar.</p> <p>Em 10/01/2016, proferida decisão aceitando a garantia ofertada.</p> <p>Em 05/07/2016, distribuídos os Embargos à Execução Fiscal sob o nº 0221773-56.2016.8.19.0001.</p> <p>Em 28/06/2017, proferido despacho deferindo as provas documental e pericial requeridas pela embargante; nomeado o perito contábil do Juízo e intimadas as partes para formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos; intimado o perito para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, formular proposta de honorários.</p> <p>Em 06/03/2018, Execução suspensa aguardando o julgamento dos Embargos à Execução.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA	
Processo nº	0173830-82.2012.8.19.0001
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.05.2012
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.402.586,76
f. principais fatos	<p>Ajuizada Execução Fiscal pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando a cobrança de débitos de ICMS, oriundo do Auto de Infração nº 03.026703-3 e consubstanciado na CDA 2012/014.122-9.</p> <p>Em 03.07.12, foi apresentada Exceção de Pré-Executividade pela Superágua, objetivando a extinção da Execução Fiscal, eis que o débito de ICMS objeto dos autos encontra-se com exigibilidade suspensa por força de inclusão na Anistia Estadual (Lei 6.136/2011), restando, assim, nulo o título que a embasa.</p> <p>Em 03.07.12, foi proferida decisão suspendendo a Execução Fiscal, bem como imputando à Executada o ônus do pagamento das custas e taxas judiciárias.</p> <p>Em 25.07.12, foi apresentado Agravo de Instrumento contra decisão que determinou a suspensão do feito executivo e que imputou o ônus do pagamento das custas e taxa judiciária à Executada.</p> <p>Em 03.08.12, publicada decisão indeferindo o efeito suspensivo requerido pela Superágua por ausentes os pressupostos que o autorizam.</p> <p>Em 22.10.12, foi publicada decisão negando seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Superágua.</p> <p>Em 29.10.12, foi interposto agravo interno pela Superágua.</p> <p>Em 07.02.13, publicado acórdão negando provimento ao agravo interno.</p> <p>Foram apresentados Embargos de Declaração em dia 18.02.13.</p> <p>Em 30.04.13, publicada decisão rejeitando a exceção de pré-executividade.</p> <p>Em 05.06.2013, expedido ofício pelo Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, informando a suspensão da Execução Fiscal até o final do adimplemento do parcelamento. Em 18.11.2013, protocolada petição pela Executada requerendo o reconhecimento da extinção da Execução Fiscal ante ao pagamento integral da dívida. Em 30.01.2014, publicado Acórdão rejeitando os Embargos de Declaração do Estado do Rio de Janeiro, fundamentando-se na inexistência de omissão, contradição e obscuridade. Foi apresentado Recurso Especial pelo Estado do Rio de Janeiro, e contrarrazões pela Executada em 24.04.2014. Inadmitido recurso especial interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Interposto Agravo de Instrumento, foi protocolada contrarrazões pela Superágua. Recebidos pelo STJ em 04.09.2014, em decisão monocrática foi conhecido o agravo e negado seguimento ao recurso especial. Após ciência do Ministério Público, expedido ofício de baixa ao TJRJ.</p> <p>Após a juntada de petição requerendo o reconhecimento da extinção da execução fiscal ante o pagamento integral da dívida, foi proferido despacho determinado a intimação do Estado sobre a quitação do débito. Com o retorno dos autos da PGE, aguarda-se o cumprimento da determinação do juiz desde 31.12.2015, para que o cartório proceda à juntada de documentos e encaminhe os autos para conclusão, a fim de que se determine a baixa na distribuição e arquivamento do feito.</p> <p>Em 15/07/2016, foi julgada extinta a Execução devido à satisfação da obrigação. Aguarda-se o arquivamento do processo.</p> <p>Processo arquivado definitivamente em 21/08/2017.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 3.114/47
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 911,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 135/51
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 426.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 836/65
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 512.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 2857/35
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	30.01.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.800.862,43 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 30.01.2002. Apresentada Defesa em 26.02.2002. Mantida cobrança. Apresentado Recurso em 24.07.2002. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.- EXECUÇÃO FISCAL (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28.04.2006)	
Processo nº	0002201-80.2016.8.19.0007
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Barra Mansa - Estado do Rio de Janeiro / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	23.08.2017
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28.04.2006)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.403.602,42 (histórico)
f. principais fatos	<p>Auto de infração (ICMS) – “Aquisição em operações de <i>transferências</i> disfarçadas de <i>compras</i>, de mercadoria de produção do estabelecimento industrial interdependente localizado em Caxambu / MG, com a aplicação de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado, sendo o valor omitido correspondente a percentuais relevantes, ocasionado perdas na arrecadação”. Em 11.10.2002, protocolada impugnação ao auto de infração. Em 21.01.2004, autos aguardando julgamento na Junta de Revisão Fiscal. Em 05.02.2004, autos remetidos para Inspetoria. Em 26.07.2004, autos retornaram para a Junta de Revisão Fiscal para aguardar julgamento da Impugnação. Autos remetidos para a Secretaria Adjunta de Fiscalização em 26.08.2004. Em 30.08.2006, autos remetidos à Inspetoria DRE 04.01. (Barra Mansa). Em 13.11.2007 foi dado provimento parcial à impugnação, julgando procedente em parte o auto de infração. Em 27.12.2007 autos remetidos ao Conselho dos Contribuintes, em face da interposição de recurso de ofício. Em 16.12.2008, após adiamentos, julgamento, à unanimidade de votos, convertido em diligência. Em 16.02.2009 publicado acórdão negando provimento ao recurso de ofício. Com relação à outra parte (a impugnação fora provida parcialmente), foi protocolizado recurso voluntário em 03.04.2009. Aguardando julgamento. Em 06.12.2011 a empresa foi notificada da decisão proferida pela Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, negando provimento ao Recurso Voluntário, pelo voto de qualidade. Apresentado Recurso ao Pleno.</p> <p>Em 17.07.2013, foi negado provimento ao recurso interposto. Em 26.08.2013, foi publicada no Diário Oficial a decisão do Conselho Pleno que negou provimento ao pedido de reconsideração. Em 31.10.2013, foi dada ciência da Portaria de intimação que determina o recolhimento do crédito tributário, sob pena de inscrição em dívida ativa. Desde 07.10.2013, os autos permanecem na Inspetoria Regional de Fiscalização. O processo encontra-se finalizado na esfera administrativa sob o nº E 04.095.510-02.</p> <p>Recebida citação para Execução Fiscal (fase judicial) em 23/08/2017 - processo nº 0002201-80.2016.8.19.0007 / CDA nº 2016/002230-5. Realizado Seguro Garantia para apresentação dos Embargos à Execução – distribuídos em 11/10/2017 sob o nº 0013109-65.2017.8.19.0007. Processo sobrestado, visto que foram recebidos os Embargos pelo Juiz em março/2018. Aguardando o julgamento dos Embargos à Execução.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	10768.002055/2003-97
a. juízo	Ministério da Fazenda
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	17.10.2008
d. partes no processo	
i. Autuante:	Delegacia da Receita Federal / RJ
ii. Autuada:	WLM Indústria e Comércio S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110.659,27 (histórico)
f. principais fatos	<p>Recebido pela empresa WLM Indústria e Comércio S/A (antiga denominação: Supergasbras Indústria e Comercio S/A), despacho decisório reconhecendo a procedência do direito creditório vindicado e homologando totalmente a DCOMP do processo e as DCOMP dos processos apensos 10768002872/2003-45, 10768004083/2003-49 e, ainda, homologando parcialmente a compensação da última DCOMP apresentada nos autos do processo 15374720013/2007-11.</p> <p>Em 17.11.2008, protocolizada manifestação de inconformidade.</p> <p>Em 11.02.2009, realizada Sessão de Julgamento: a 7ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro, por maioria de votos, proferiu o Acórdão nº 12-22.832, indeferindo a Manifestação de Inconformidade apresentada e, por conseguinte, mantendo a homologação parcial da compensação pleiteada.</p> <p>Em 07.05.2009, a empresa recebeu a intimação DERAT/DIORT nº 248/2009, para ciência do Acórdão.</p> <p>Em 08.06.2009, protocolado Recurso Voluntário.</p> <p>Em 12.12.2010, autos recepcionados na 2ª Turma da 4ª Câmara – Recurso nº 510.311.</p> <p>Em 13.06.2012, o Recurso foi integralmente provido, cancelando a exigência fiscal.</p> <p>Em 14.12.2012, foi apresentado Recurso Especial.</p> <p>Em 25.11.2015, a empresa Autuada recebeu cópia do Acórdão nº 1402-01.068, acompanhada do Exame de Admissibilidade de Recurso Especial, com intimação para cumprimento do prazo regimental de 15 dias para apresentação de contrarrazões. Em 10.12.2015, foram apresentadas as contrarrazões ao Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional. Em 07.01.2016, os autos do processo foram recebidos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais-MF-DF (Recurso Especial do Procurador).</p> <p>Em 31/10/2017, distribuído Recurso Especial do Procurador.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - TRABALHISTA	
Processo nº	0223800-06.2002.5.01.0243
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Niterói / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.07.2002 (distribuição)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	José Medina Quirino
ii. Reclamada:	Supergasbrás Indústria e Comércio S/A e Outra
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 56.377,85.
f. principais fatos	<p>A WLM Indústria e Comércio S/A tomou conhecimento da presente Ação Trabalhista após e efetivação dos bloqueios, por ordem judicial, em suas contas bancárias.</p> <p>Trata-se de Reclamação Trabalhista movida contra a RAL Comércio de Gás Ltda., revendedora de gás.</p> <p>A WLM Indústria e Comércio S/A apresentou Embargos à Execução. Já a Supergasbrás Energia Ltda. apresentou Embargos de Terceiro, requerendo, dentre outras medidas, a exclusão da WLM Indústria e Comércio S/A do polo processual passivo, esclarecendo que não são empresas do mesmo grupo empresarial, fazendo prova documental com a juntada do contrato social e estatuto social destas, assumindo, assim, integralmente a responsabilidade pelo processo. Foi solicitada, ainda, a expedição do competente alvará para que a WLM possa levantar os valores bloqueados. Embargos pendentes de julgamentos.</p> <p>Em 30.03.2016, os Embargos foram julgados procedentes. Reclamante e Reclamada (Supergasbrás Indústria e Comércio S/A) apresentaram Agravo de Petição. Em 23.03.2017, publicado Acórdão não conhecendo, por unanimidade, os Agravos de Petição interpostos pelo Reclamante e pela Reclamada Supergasbrás, por ausência de dialeticidade recursal e ausência de interesse recursal, respectivamente. Processo baixado definitivamente em 26/04/2017. Feito o levantamento do Alvará pela WLM em 28/08/2017. Processo em fase de execução – a WLM foi excluída do polo passivo.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – CÍVEL	
Processo nº	0041013-79.2015.8.13.0433
a. juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	31.08.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Valmias Cassio Lopes da Silva
ii. Ré:	WLM Indústria e Comércio S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 474.473,16 (valor da causa)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação de Cobrança de Seguros, com pedido de indenização por invalidez permanente decorrente de seguro de vida emitido pela ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A. A parte ré sustenta, principalmente, sua ilegitimidade passiva, por figurar como contratante do seguro em favor dos seus funcionários, e não como Seguradora. Aduz, ainda, a ocorrência de coisa julgada, pois o autor da Ação firmou, em sede de Reclamação Trabalhista (Processo nº 0000017-33.2014.5.03.0100), acordo judicial com a sua ex-empregadora Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., empresa controlada pela WLM Indústria e Comércio S/A, dando quitação total das obrigações decorrentes do extinto contrato de trabalho, nada mais podendo reclamar, seja a que título for, em qualquer juízo. Apresentada contestação. Aguarda-se decisão judicial com provável designação de audiência.</p> <p>Em fevereiro e março de 2017, as partes especificaram quais provas desejam produzir. Aguarda-se o pronunciamento do juiz sobre as provas requeridas.</p> <p>Em audiência realizada em 25/08/2017, foi deferida a denunciação da lide proposta pela WLM. Processo em fase instrutória.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - TRABALHISTA	
Processo nº	0100933-41.2017.5.01.0063
a. juízo	63ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.07.2017 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Jean Ferreira de Carvalho
ii. Reclamada:	WLM Indústria e Comércio S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 40.000,00.
f. principais fatos	<p>Trata-se de Reclamação Trabalhista movida contra a WLM pelo ex-funcionário Jean Ferreira de Carvalho, admitido em Janeiro/2008, para exercer a função de Técnico em Informática, tendo sido desligado sem justa causa em setembro/2016.</p> <p>Audiência Inicial designada para 26/09/2017, em que foi anexada aos autos a Contestação e rejeitada a Conciliação. Neste ato foi requerido pela parte autora e concedida pelo juízo a formação de carta precatória para a oitiva de testemunha. Em 27/11/2017 foi expedida a Carta Precatória ao juízo deprecado. Atualmente, aguarda-se o retorno da carta precatória.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – CÍVEL	
Processo nº	0007958-24.2011.8.26.0108
a. juízo	1ª Vara Judicial – Foro de Cajamar / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.09.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Kelly Cristina Silva Sousa
ii. Ré:	Center Gás Comércio Varejista de Glp Ltda.-ME e WLM Indústria e Comércio S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.329.150,00 (valor da causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória distribuída em dezembro/2011, proposta por Kelly Cristina Silva Sousa em face de “CENTER GÁS COMÉRCIO VAREJISTA DE GLP LTDA. ME” e, de forma equivocada, de “Supergasbras Indústria e Comércio Ltda.”, antiga denominação social da WLM Indústria e Comércio S/A (citação recebida pela WLM em 2017, via carta precatória). O patrocínio da ação é de responsabilidade da “Supergasbras Energia Ltda.”, tendo em vista que a WLM foi equivocadamente incluída no polo passivo do processo. A demanda versa sobre fato ocorrido na data de 13 de setembro de 2010, com a explosão de um botijão que causou a morte de uma pessoa.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A - EXECUÇÃO	
Processo nº	0003245-56.2012.4.01.3905
a. juízo	Vara Única de Redenção / PA
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	31.07.2012 (redistribuição automática)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
ii. Executado:	Santana Rios Agropecuária S/A Geraldo Ferreira Muniz Luiz Fernando Leal Tegon Wilson Lemos de Moraes Junior
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.230,00.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal movida pela Comissão de Valores Mobiliários, inicialmente autuada sob o nº 2009.39.01.001640-8, perante a 2ª Vara Federal de Marabá. Em 01.02.2012, os Executados apresentaram Embargos à Execução. Em 20.06.2012, proferido despacho com declínio de competência, determinando que os autos fossem remetidos à Subseção Judiciária de Redenção. Em julho de 2012, o processo foi redistribuído por dependência, sob os números 0003245-56.2012.4.01.3905 (Classe: Execução Fiscal) e 0000596-33.2012.4.01.3901 (Classe: Embargos à Execução Fiscal). Em 19.04.2013, os Embargos foram recebidos. Em 28.10.2013, publicada sentença referente aos Embargos: "(...) Ante o exposto, julgo procedente, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, o pedido formulado por Santana Rios Agropecuária S.A., Geraldo Ferreira Muniz, Luiz Fernando Leal Tegon e Wilson Lemos de Moraes Junior para, reconhecendo a inexistência de responsabilidade dos sócios e da obrigação executada, decretar a extinção da execução fiscal nº 3245-56.2012 movida pela Comissão de Valores Mobiliários. (...)". Em 31.01.2014, protocolada petição com contrarrazões à Apelação apresentada pela CVM. Em 05.05.2014, o Recurso foi recebido e remetido ao TRF em 19.06.2014. Aguardando o julgamento do Recurso de Apelação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A - EXECUÇÃO	
Processo nº	0000141-77.2015.8.14.0050
a. juízo	Vara Única de Santana do Araguaia / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.05.2012 (distribuição)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
ii. Executado:	Santana Rios Agropecuária S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 53.326,00.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal movida pela Comissão de Valores Mobiliários. Recebida citação na Santana Rios em 06.06.2013. Em 09.01.2015, autos encaminhados para a Comarca de Santana do Araguaia. O processo em questão (nº 0002006-17.2012.4.01.3905), originariamente tramitando perante a Vara Federal de Redenção, teve a competência declinada para a Comarca de Santana do Araguaia, sob o nº 0000141-77.2015.8.14.0050. Após a redistribuição, proferido despacho aduzindo que por se tratar de supostos débitos vinculados a Caixa Econômica Federal, o processo deveria estar tramitando na Justiça Federal. Foi suscitado, assim, conflito negativo de competência e determinada a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Aguardando o retorno dos autos ao TRF da 1ª Região.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A - EXECUÇÃO	
Processo nº	0000029-11.2015.8.14.0050
a. juízo	Vara Única de Santana do Araguaia / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.05.2014 (citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
ii. Executado:	Santana Rios Agropecuária S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 41.934,00.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal movida pela Comissão de Valores Mobiliários. Em 31.07.2014, proferido despacho declinando a competência para a Comarca de Santana do Araguaia. Em 02.12.2014, autos encaminhados para a Comarca de Santana do Araguaia. Após a redistribuição do processo em Santana do Araguaia (nº antigo 0006207-18.2013.4.01.3905 e nº novo 0000029-11.2015.8.14.0050), foi proferido despacho determinando ao Exequente que se manifeste a respeito dos documentos juntados pelo Oficial de Justiça em 13.04.2015. Autos com vista ao Procurador desde setembro de 2015.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	036207086471-9
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade /MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.09.2002
d. partes no processo	
i. Autor:	Ubirajara Marcio Fonseca Lage
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00 (valor atribuído à causa)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação ordinária de reparação de danos, na qual a autor alegou ter adquirido veículo da empresa, que lhe foi entregue, e que foi surpreendido pela apreensão do veículo por autoridade do trânsito, no Estado de São Paulo, sob a alegação de que se tratava de veículo roubado. Foi atribuído à causa o valor de R\$50.000,00. A ação foi contestada. Foram produzidas provas. Sentença proferida para julgar procedente a ação, condenando a empresa ao pagamento da importância de R\$ 49.000,00 a título de restituição, lucros cessantes no valor de R\$ 3.600,00 mensais, dano moral correspondente a 30 vezes este valor, correção monetária, juros, verba honorária de 15% do valor apurado e custas processuais. Foi interposta Apelação pela empresa, parcialmente provida, por maioria, para excluir da condenação os lucros cessantes e o dano moral. Foram interpostos embargos infringentes, que restaram acolhidos por três (03) votos contra dois (02). Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados. Foi interposto recurso especial que, inadmitido, ensejou a interposição de agravo de instrumento. Foi protocolizado, pela empresa, Agravo Regimental perante o Superior Tribunal de Justiça em razão da decisão monocrática proferida pelo relator, publicada sem constar os nomes dos patronos da empresa. Oficiado o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que encaminhou outro ofício ao Juízo de Origem que determinou o desentranhamento dos autos de Agravo de Instrumento para sua remessa ao TJMG de onde seguirá para o STJ.</p> <p>O autor da ação deu início à execução para cumprimento da decisão. No curso da execução, ainda provisória diante da pendência de recurso no STJ, foi oferecida à penhora carta de fiança bancária para garantia do Juízo e apresentada impugnação à execução. Aguardando julgamento. Foi determinado pelo Juízo, por considerar parcela incontroversa, o depósito da importância de R\$ 606.914,79.</p> <p>Em 02.02.2011, os autos foram remetidos ao STJ em razão da interposição de Recurso.</p> <p>Negado provimento ao recurso, os autos retornaram ao Juízo de origem para execução do julgado, de forma definitiva, resultando na homologação do valor ainda devido ao autor no montante de R\$ 732.179,94.</p> <p>Ajuizada Ação Rescisória perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (processo nº 07622125-09.2012.8.13.0000), distribuída em 15.06.2012, objetivando a modificação da decisão transitada em julgado, com pedido de liminar para suspensão da execução.</p> <p>Em 03.07.2012, publicada decisão concedendo liminar e deferindo pedido de antecipação de tutela, determinando a suspensão do curso da execução da ação. O Juízo da Execução foi cientificado da execução. Diante da revogação da liminar, através de despacho proferido em 01.02.2013, em 08.02.2013 foi apresentado pedido de reconsideração, deferido na mesma data.</p> <p>Cientificado da decisão que restabeleceu a liminar, o Juízo da Execução, em 11.03.2013, determinou a suspensão do curso da execução, até o trânsito em julgado da ação rescisória ou comunicação de revogação da ordem judicial.</p> <p>Apresentado agravo pelo exequente em 09.04.2013. Autos conclusos ao Relator em 11.03.2014. Após manifestação do executado, em 05.12.2014 foi determinado que as partes apresentassem Alegações Finais. Após vista dos autos pela Procuradoria, foi a conclusão em 26.03.2015 e em 16.04.2015 proferida decisão revogando a tutela antecipada concedida à executada. Em 27/04/2015 foi interposto Agravo Regimental. Em 05.05.2015 foi confirmado o julgamento do mérito do Agravo Regimental para o dia 01.07.2015 e determinado que o exequente preste caução para prosseguir na execução. Após ter sido retirado da pauta de 01/07, o julgamento foi incluído na pauta de 08/07/2015, quando, após os votos dos Desembargadores Relator e Revisor, o 2º vogal pediu vista. Reincluído em pauta do dia 15/07/2015, foi retirado diante do pedido de vista de 03 julgadores. Julgado em 12/08/2015, foi dado provimento ao Agravo Regimental, vencido o Relator.</p> <p>Em 28/10/2015, conclusos os autos da Ação Rescisória e após vista dos Desembargadores Relator e Revisor, foi designado julgamento para o dia 06/04/2016, quando foi julgada improcedente a Ação Rescisória, com acórdão publicado em 15/04/2016. Opostos embargos de declaração em 20.04.2016. Diante do prosseguimento da execução, com a apresentação dos cálculos pelo autor no Juízo de João Monlevade, além de impugnados os cálculos do autor, foi requerida desistência dos embargos de declaração para imediata interposição de Recurso Especial contra a decisão que julgou improcedente a Ação Rescisória, protocolado em 04/05/2016, com pedido de efeito suspensivo.</p> <p>Indeferido o pedido de suspensão, contra tal decisão foram opostos Embargos de Declaração. Em sede de execução, foi determinado o depósito judicial do valor considerado incontroverso (R\$ 1.878.455,92), mediante Ofício enviado ao BMB. Contra essa decisão, foram opostos Embargos de Declaração, que foram improvidos e, conseqüentemente, determinada a expedição de alvará em favor do autor exequente. O Recurso Especial interposto pela Itaipu está em fase de processamento perante o TJMG. Ainda em curso a Execução, o autor apresentou cálculos indicando como valor total devido a importância de R\$ 2.904.206,61. Considerando o valor levantado (R\$ 1.878.455), postula a diferença de R\$ 1.025.751. Os cálculos foram impugnados pela Itaipu e os autos encaminhados à Contadoria Judicial, que apurou ser devida diferença de R\$ 282.221,21. As partes foram intimadas para manifestação sobre esse cálculo em 26.09. Em fev/17, o Juiz acolheu o cálculo do contador judicial de R\$ 282.221,21, referente à diferença apurada em relação aos depósitos anteriores. Pagamento realizado em 29.03.2017 (Banco Mercantil – carta de fiança 08-0458). Baixa definitiva em 15/03/2018: extinto o processo por cumprimento da obrigação.</p> <p>Segue em curso a Ação Rescisória nº 0762125-09.2012.8.13.0000 – que visa rescindir o Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de MG no processo principal.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0024082300476
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.03.2009 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Golden Bus Ltda.
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Ordinária (2300476-41.2008.8.13.0024) com pleito de rescisão de contratual, ressarcimento de supostos prejuízos e indenização por danos morais. A empresa foi citada em 03.03.2009 e apresentou contestação em 29.04.2009. Em 07.08.2009 juntada impugnação à contestação. Em 26.08.2009 realizada audiência de conciliação. Partes inconciliáveis. Em 15.09.2009 especificadas provas. Aguardando julgamento. Em 22.06.2011, julgamento convertido em diligência para produção de provas periciais necessárias ao convencimento do Juízo.</p> <p>Realizada perícia nos ônibus (chassis) adquiridos pela GOLDEN BUS, em 17.07.2012. Apresentados laudos periciais, ainda não homologados. Impugnados os laudos periciais pela Ré, os autos foram reencaminhados ao perito em 27.10.2013. Ainda em fase de produção de prova pericial, após despacho judicial de 27.05.2014, os autos foram entregues em carga ao Sr. Perito em 02.12.2014.</p> <p>Em 07.08.2015, vista ao réu sobre manifestação do perito. Em 04.12.15, designada audiência de instrução e julgamento para o dia 03.05.2016. Em 19.01.2016, o perito apresentou seus esclarecimentos e em 28.01, os autos foram enviados à conclusão. Realizada audiência em 03.05.2016, com oitiva de testemunhas. Na audiência, foi requerida intimação do perito para prestar esclarecimentos, o que foi deferido.</p> <p>Em 18.10.2016, os autos foram entregues em carga ao perito. Aguarda-se o retorno dos autos.</p> <p>Em 05/10/2017, encerrada a fase pericial: indeferido pedido da Scania e Itaipu de nulidade do laudo pericial. Em 23/03/2018, prolatada Sentença: "(...) julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE formulado na inicial para: 1- RESCINDIR o contrato de compra e venda firmado entre as partes; CONDENAR as rés solidariamente a ressarcirem à autora as quantias despendidas por cada chassi, que, conforme notas fiscais, foram adquiridos pelo valor de R\$165.000,00 cada. Tal quantia deverá ser acrescida de juros e correção monetária a partir do desembolso. 2-CONDENAR as requeridas solidariamente a ressarcirem a autora a quantia de R\$2.469.964,75, pelos lucros cessantes que esta deixou de auferir em razão da rescisão antecipada do contrato de prestação de serviços firmado com a GERDAU, tal quantia deverá ser corrigida monetariamente e acrescida de juros a partir de julho de 2008 (data da rescisão) até dezembro de 2010 (data em que o contrato se encerraria). 3-INDEFIRO o pedido de danos morais.</p> <p>Embargos de Declaração opostos em 03/04/2018.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0844511-19.2013.8.13.0079
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	30.07.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	José Antônio de Faria Morato e Ivan de Faria Morato.
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (histórico)
f. principais fatos	<p>Pretendem os Autores a condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais e materiais (lucros cessantes), supostamente decorrentes de defeitos mecânicos ocorridos no veículo adquirido junto à concessionária Itaipu. Exceção de Incompetência julgada procedente. Autos enviados à Comarca de Contagem. Em 10.01.2014, autos conclusos para despacho, após manifestação do autor sobre a contestação.</p> <p>O incidente de impugnação ao valor da causa e impugnação à assistência judiciária foram julgados improcedentes. Autos conclusos aguardando a análise das provas requeridas pelas partes.</p> <p>Audiência realizada em 26/09/2017. Aguarda-se a distribuição das cartas precatórias para a oitiva das testemunhas do autor.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	2232731-15.2006.8.13.0024
a. juízo	4ª Vara Cível de Belo Horizonte / MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.09.2006 (data da distribuição)
d. partes no processo	
i. Autor:	Fortetan Transportes Ltda..
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.600,00 (histórico)
f. principais fatos	Proposta Ação Cautelar de Sustação de Protesto Cambiário em face de Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda.. A Autora alega a existência de vícios no veículo, fabricado pela Scania, adquirido da Itaipu, o que autorizaria, em tese, a sustação do pagamento parcial de parcela do valor combinado entre as partes na compra e venda (R\$ 30.000,00), pagos com a emissão de dois cheques. Sentença de 1ª Instância: julgados improcedentes os pedidos formulados na inicial da cautelar de sustação de protesto e na ação principal, revogando, assim, a liminar deferida. Interposta Apelação em 12.12.2012. Contrarrazões apresentadas. Conclusos à relatoria em 26.11.2013. Aguardando julgamento em 2ª Instância. Reformada decisão pelo Tribunal de Justiça para determinar nova realização da prova pericial. Determinada, em 19.12.2014, vista às partes sobre o retorno dos autos à Vara de Origem. Em janeiro de 2015, a Itaipu apresentou manifestação requerendo a nomeação de perito. Em junho de 2015, foi nomeado o perito Dr. Diógenes Costa. Em 27.08.2015 foram apresentados os quesitos. Em 08.01.2016, os autos foram devolvidos pelo perito. Autos conclusos para despacho desde 14.03.2016. Em 21.10.2016, indeferido o pedido de justiça gratuita e declarada preclusa a prova pericial. Em 18.11.2016, autos conclusos para julgamento. Em 06/07/2017, Embargos de Declaração acolhidos. Concluso para despacho desde outubro de 2017.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001412-77.2013.5.03.0138
a. juízo	38ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.07.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Eduardo Otavio da Silva
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 65.374,75 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de ação movida por Eduardo Otávio da Silva, ex-funcionário da empresa Qualy Serviços Gerais Ltda. – ME. Foram demandadas, além da Qualy e da Itaipu, as empresas Roma Automóveis e Serviços Ltda. e Jpar Distribuidora de Veículos Ltda.. Audiência inicial realizada em 13.11.2013. Audiência de Instrução realizada em 07.05.2014. Em 19.05.2014: ação julgada procedente em parte. Itaipu responde subsidiariamente em relação ao período em que foi tomadora da mão de obra. Em 20.08.2014, a Itaipu apresentou cálculos. Em 23.09.2014, realizada audiência de tentativa de conciliação. Não houve acordo. Autos conclusos para deliberação. Em 30.09.2014, processo encaminhado à Secretaria de Execução e Precatórios onde se concentram as demais execuções contra a empresa Qualy. Em 07/12/2015, liberado o FGTS do Reclamante por alvará. Processo arquivado provisoriamente em 19.02.2016. Processo Em Fase De Execução Em 19/02/2016 - Exclusivamente De Crédito Previdenciário – Executada: Qualy. Conclusos para despacho desde 13/05/2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000496-03.2013.5.03.0022
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.08.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Oswaldo Ferreira Costa
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.255,83 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de ação movida por Oswaldo Ferreira Costa, ex-funcionário da empresa Qualy Serviços Gerais Ltda. - ME. Foram demandadas, além da Qualy e da Itaipu, as empresas Betim Veículos S/A e Roma Automóveis e Serviços Ltda.. Audiência inicial realizada em 06.06.2013. Audiência de Instrução realizada em 26.08.2013. Em 05.09.2013: ação julgada procedente em parte. Itaipu responde subsidiariamente, limitada ao período de prestação de serviços. Em 17.10.2013, as partes foram intimadas para apresentar os cálculos. Em 04.06.2014, os autos foram encaminhados ao Núcleo de Execuções e Precatórios reunindo todas as execuções contra a 1ª Reclamada – Qualy Serviços Gerais Ltda. - ME. Em 01.07.2015, conhecido o recurso do Reclamante e não provido. Em 26/11/2015, pagamento ao Autor - quitação de acordo - parcela única/final. Em 16/01/2017, o andamento do feito foi suspenso por mais 01 (um) ano tendo em vista que as execuções em face da empresa Qualy estão sendo processadas de forma centralizada. Em 23/01/2018, Despacho suspendendo o feito por mais 1 (um) ano.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0010938-67.2014.5.03.0030
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	12.05.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Guilherme Henrique Barbosa da Silva
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da Itaipu, tendo como pedidos principais: declaração de acúmulo de função, adicional de quebra de caixa e isonomia salarial. Audiência inicial realizada em 05.06.2014. Audiência de Instrução designada para 18.09.2015. Audiência de instrução redesignada para 18.04.2017. Em 27/04/2017, julgados improcedentes os pedidos. Em 16/05, recebido Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante sem efeito suspensivo (prazo de 08 dias para apresentar contrarrazões). Em 11/12/2017 foi julgado o Recurso: não foi conhecido por intempestividade. Processo arquivado definitivamente em 30/01/2018.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0654917-45.2014.8.13.0145
a. juízo	1ª Vara Cível de Juiz de Fora/MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.02.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	André Luiz de Souza
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória com pleitos de danos materiais, morais e lucros cessantes, em razão de alegados defeitos em veículo adquirido da Ré. Juntada contestação em 26.03.2015, foi determinada vista dos autos ao autor em 31.03.2015. Impugnada a contestação. Despacho publicado em 22.04.2015 determinado especificação de provas pelas partes. Em 20.10.2015, publicada sentença julgando improcedentes os pedidos formulados na inicial. Em 18.11.2015, os Embargos Declaratórios apresentados pelo Autor não foram acolhidos. Em 13.01.2016, apresentada Apelação pelo Autor. Autos conclusos para despacho desde 31.03.2016. Em 05/10/2016, autos remetidos para o TJMG para julgamento da Apelação. Em 09/05/2017, negado provimento ao recurso de Apelação interposto pelo Autor. Em 09/05/2017, negado provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo Autor. Processo arquivado em 28/09/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	1000545-44.2016.8.26.0438
a. juízo	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal – Foro de Penápolis / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	04.04.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Cesar de Alencar Simão Torres
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.780,52
f. principais fatos	Trata-se de ação de restituição de valores c/c danos morais. Audiência de conciliação designada para 06.06.2016. Após realização da audiência, as partes deverão especificar as provas que efetivamente pretendem produzir. Em 27/10/2017: Sentença de improcedência dos pedidos formulados. Certidão de transitado em julgado em 10/11/2017 e arquivado em 28/12/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0194091-16.2016.8.13.0027
a. juízo	Juizado Especial Cível de Betim / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.09.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Cervis Transportes Ltda.-ME
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., Trux Com de Veículos Ltda. E SCANIA Latin America Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.136,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação movida em face de Itaipu, Scania e Trux Com. de Veículos. A parte autora alega que em junho/2016 adquiriu um caminhão na Itaipu; pouco tempo depois, o veículo apresentou uma "pane" e, por estar na cidade de Guararapes, foi indicado pela Itaipu que o problema fosse resolvido na empresa Trux, atendendo à garantia; assim foi feito. Porém, a Autora alega que teve um título protestado em decorrência desse serviço, por supostamente não ter se enquadrado nos parâmetros de atendimento por garantia, sem que tenha recebido qualquer comunicação prévia.</p> <p>Em 09/05/2017, realizada audiência de conciliação sem possibilidade de acordo na qual foram apresentadas as defesas pelas rés. Diante da impossibilidade de serem ouvidas as testemunhas naquele momento, foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 24/05/2017.</p> <p>Realizada audiência - sem acordo entre as partes. Em 14/09, prolatada Sentença julgando totalmente procedentes os pedidos autorais. A Itaipu apresentou Embargos de Declaração, ao argumento de que houve omissão e contradição do magistrado, que deixou de observar os argumentos expostos. Autos conclusos para despacho desde 27/10/2017.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	6137694-72.2015.8.13.0024
a. juízo	22ª Vara Cível de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.09.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Marcia Aparecida C de Oliveira
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 124.462,00
f. principais fatos	<p>A autora alega que deixou seu caminhão na Itaipu apenas para orçamento de conserto em março/2010 e que, 5 meses depois, o veículo foi a ela disponibilizado já consertado sem que ela tenha autorizado tal serviço. Alega que o caminhão permanece retido na concessionária até a presente data. Pedidos: devolução do caminhão no estado em que foi deixado para orçamento ou equivalente indenização, além de danos morais.</p> <p>Em 17/11/2016, audiência realizada. Processo em fase de especificação de provas.</p> <p>Em 17/04/2018, a Itaipu apresentou seus quesitos.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0010944-98.2016.5.03.0064
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de João Monlevade / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	23.09.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Luciano Nonato da Silva
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 152.562,00.
f. principais fatos	O autor alega que foi admitido na Itaipu em agosto/2012 para trabalhar como motorista, sendo dispensado em maio/2016. Pedidos: horas extras, diárias de viagem e reflexos, ajuda alimentação, integralização do adicional de periculosidade no salário base, multas normativas, emissão das guias de seguro-desemprego, multa do art. 477 da CLT, entre outros. Em 13/12/2016, audiência realizada. Para realização da Instrução designou-se a data de 24/08/2017, devendo as partes comparecer para depoimento pessoal, sob pena de confissão. Audiência de Instrução adiada para 16/10/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0120138-21.2016.8.13.0188
a. juízo	Juizado Especial Cível e Criminal de Nova Lima / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	12.01.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Lucimar Silveira Santos
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.200,00.
f. principais fatos	O Autor alega que seu nome foi indevidamente enviado para o Serviço de Proteção ao Crédito, cuja restrição foi causada pela Itaipu, sem que houvesse qualquer autorização legal ou contratual para tal fato, apenas considerando suposta dívida que afirma já ter paga em 25/10/2016. Pedidos: restituição em dobro ao autor da quantia indevidamente cobrada e indenização por danos morais. Em 28/11, deferido o pedido de tutela de urgência para determinar que a Itaipu, em até 48 horas contadas da data de sua intimação, retire o nome do requerente dos cadastros restritivos de crédito. Em 06/03, realizada audiência una sem possibilidade de acordo. Por não existirem mais provas a serem produzidas e nem testemunhas a serem ouvidas, as partes requereram o julgamento antecipado da lide. Em 16/05, prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos para: I. Declarar a inexigibilidade do débito de R\$ 630,50; II. Condenar a requerida a indenizar ao requerente, por danos morais, a quantia de R\$ 6.000,00, que deverá ser corrigida monetariamente (...); e, ainda, tornar definitiva a liminar concedida. Em dezembro/2017, a Turma Recursal negou provimento ao recurso apresentado mantendo a sentença em sua íntegra e condenando a Itaipu ao pagamento de honorários advocatícios. Pagamento realizado pela Ré em 27/12/2017. Processo arquivado definitivamente 17/04/2018.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0071487-45.2017.8.13.0471
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Pará de Minas – Belo horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.08.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	David Dener dos Santos
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e SCANIA Latin América Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 174.567,33.
f. principais fatos	O autor alega que após comprar um caminhão usado da primeira requerida (Itaipu), o qual lhe foi ofertado como veículo revisado, percebeu que o referido bem apresentava vícios de qualidade. Resumo dos pedidos: restituição da quantia paga em forma de Dano Material, Lucros Cessantes, Danos Morais e Tutela Provisória de Urgência para restituir, antecipadamente, os valores despendidos com o conserto do caminhão, os relativos ao lucros cessantes e danos morais alegadamente suportados. Em 03/08/2017 não foi concedida a antecipação de tutela e dispensada a audiência de Conciliação. Em 07/11/2017 houve a juntada de Contestação e em 07 e 08/02/2018 foi juntada petição de especificação de provas. Aguarda-se o despacho.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0011660-84.2017.5.03.0131
a. juízo	5ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	14/09/2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Estefone Martine Vieira
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Lanterauto Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28.482,70.
f. principais fatos	O autor alega que foi admitido em agosto de 2013 pela empresa Lanterauto, para exercer a função de mecânico. Aduz, ainda, que, por questionar o descumprimento de seus direitos (não pagamento do salário corretamente e não depósito do FGTS na conta vinculada), junto a 1ª reclamada (Lanterauto), também vem sofrendo perseguições por parte de seus superiores. Resumo dos pedidos: FGTS, férias, adicional de periculosidade, abono único especial, abono de férias, Dano Moral e complementação do auxílio previdenciário. Audiência realizada em 10/10/2017. Conciliação rejeitada. Em 02/11/2017 foi julgada procedente a ação. Em 14/11/2017, Embargos de Declaração Opostos pela Lanterauto alegando o erro material na Sentença no tópico que analisou a preliminar (rejeitada) de ilegitimidade passiva da Itaipu e quanto à fixação de custas processuais, na parte dispositiva. Embargos de Declaração providos corrigindo os erros materiais da Sentença. Em 07/12/2018, transita em julgado a Sentença e em 18/12/2018 Inicia-se a Liquidação de Sentença. Em 28/02/2018, despacho do juiz requerendo que fosse informada a possibilidade de conciliação nos autos a fim de evitar a nomeação de perito e a onerosidade ainda maior do processo. Audiência de Conhecimento em Conciliação realizada em 25/04/2018 e homologados os cálculos da reclamada que já constavam nos autos. O pagamento foi dividido em 07 (sete) parcelas e deverá ser finalizado até novembro de 2018. Aguardam-se as comprovações de pagamento e posterior arquivamento do feito.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	5003139-58.2017.8.13.0027
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Betim/ MG
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	13.09.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Leafer Ferro e Aço Ltda.-EPP
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 211.395,62.
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Indenização por danos materiais c/c lucros cessantes, em face da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. O autor alega que deu entrada com o caminhão na oficina para reparos em função de um acidente ocorrido. Aduz que o reparo demorou cerca de 06 meses para ser finalizado e após, com 01 dia de uso, apresentou novo problema, tendo de voltar à oficina. Resumo dos pedidos: danos morais e materiais, além de lucros cessantes. Audiência foi designada para 27/10/2017. Proposta a Conciliação, as partes não compuseram acordo. Em 10/04/2018 foi juntada a petição de especificação de provas. Aguardando a prolação de Sentença.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0026187-20.2017.8.13.0549
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Pará de Minas – Belo horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	30.01.2018 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Dom Bosco Empreendimentos Imobiliários Ltda.
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.370,00.
f. principais fatos	Ação Declaratória de inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Materiais e Morais movida em face da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. O autor é proprietário de veículo Scania que veio a apresentar problemas mecânicos mesmo após ter passado pela oficina 3 vezes. Aduz o autor, ainda, que na quarta vez que solicitou a assistência teve seu pleito negado, além de ter seu nome protestado, visto que as peças trocadas foram cobradas, e, quando do não pagamento, as duplicatas de venda de mercadoria foram protestadas. Resumo dos pedidos: Declaração da Inexistência do Débito de R\$ 9.370,00, Dano Material e Moral, e exclusão nome do cadastro de devedores SPC/SERASA. Audiência designada para 13/03/2018. Houve conciliação na audiência, sendo o processo suspenso para o cumprimento da obrigação. Em 12/04/2018 foi gerado novo boleto, conforme acordado, e em 25/04/2018 juntado o comprovante de baixa de protesto. Processo ainda suspenso. Aguardando despacho referente ao cumprimento das obrigações e suspensão.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000014-91.2018.5.05.0291
a. Juízo	Vara do Trabalho de Irecê / BA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	12/03/2018 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Gasparino Nunes Neto
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.796,49.
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista ajuizada em face de Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. O autor alega que foi admitido em Janeiro de 2015, para exercer a função de motorista, tendo sido desligado em Agosto de 2017. Aduz, ainda, que não recebeu aviso prévio, não recebeu rescisão, não obteve as guias para a liberação do seguro desemprego e do FGTS, não teve sua CTPS assinada e que não recebeu as verbas devidas, ressalta também que recebeu salário inferior ao mínimo legal durante todo o pacto laboral. Resumo dos pedidos: Reconhecimento de vínculo e depósito das verbas devidas, Férias, liberação das guias do seguro desemprego e repasse de contribuições previdenciárias. Audiência designada para 31/07/2018. Aguardando realização de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0018138-89.2013.8.16.0017
a. juízo	4ª Vara Cível de Maringá / PR
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	29.01.2014
d. partes no processo	
i. Autor:	Rodocampo Transportes Ltda.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Obrigação de não fazer cumulada com danos morais, movida contra a Quinta Roda e Scania Latin America Ltda. Contestação da Quinta Roda apresentada em 19.02.2014. Audiência de Conciliação realizada em 09.07.2014 - As partes foram intimadas para apresentar os quesitos e indicar assistentes técnicos. Em 25.09.2014, foi deferida a produção de prova pericial mecânica. Ainda em fase de produção de prova pericial. Em 26.02.2016, a Ação foi julgada improcedente. Em 20.04.2016, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso apresentado pelo Autor. Em 27/10/2017, Recurso de Apelação não conhecido. Em 30/08/2017, Quinta Roda e Scania solicitaram o cumprimento de Sentença quanto à verba honorária sucumbencial.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0022490-14.2014.8.13.0058
a. juízo	Juizado Especial Cível da Comarca de Três Marias / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	26.09.2014
d. partes no processo	
i. Autor:	Santos & Campos Empreendimentos Ltda. - ME
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28.207,12 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Indenização movida em face da Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. Audiência inicial realizada em 06.10.2014. Aguarda-se a designação de data para realização da audiência de instrução. Em 09.12.2015, realizada audiência de instrução e julgamento. Autos conclusos para despacho desde 16.12.2015. Em 09.11.2016, os pedidos foram julgados procedentes em parte para condenar a Quinta Roda ao pagamento de R\$ 2.177,86, com juros de mora de 1% ao mês desde a citação e correção monetária pela tabela da CGJ desde o desembolso do montante pelo autor, referente aos valores pagos a título de seguro obrigatório e 3ª parcela do IPVA. Em 27.01.2017, os autos foram remetidos à Turma Recursal para julgamento do Recurso Inominado interposto pela parte autora. Negado provimento ao Recurso Inominado interposto pela autora. Aguarda-se a remessa dos autos à Vara de origem.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0002856-54.2015.8.26.0084
a. juízo	3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa – Campinas /SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.04.20415 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Gesso Campeiro Comércio e Serviços Ltda.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outro.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$50.000,00
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 19.05.2015. Após realização da audiência, foi nomeado perito em 01.02.2016. Em 05.02.2016, apresentados Embargos de Declaração pela parte autora, em razão da decisão que determinou a realização de prova pericial. As requeridas foram intimadas a se manifestar. Decisão dos embargos, publicada em 17.05.16, pelo seu não provimento e consequente realização da perícia. Em 12.08.2016, laudo pericial juntado. Em 16.03.2016, julgada procedente a ação condenando a Quinta Roda e a Scania solidariamente a pagar à autora R\$ 13.470,00 de danos materiais e R\$ 38.000,00 de danos morais. Apresentado recurso de Apelação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0009048-63.2009.8.26.0229
a. juízo	2ª Vara Judicial - Foro Distrital de Hortolândia/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	20.07.2009 (data da distribuição)
d. partes no processo	
i. Autor:	Francisco dos Santos
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Transportadora Novo Milênio Ltda.-ME e TA Logística Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.543,16.
f. principais fatos	A parte autora pleiteia indenização por supostos danos materiais e morais decorrentes de supostos defeitos no caminhão, usado, por ela adquirido. Audiência de instrução e julgamento realizada em 28.01.2015. Aguarda-se o julgamento. Em 14.07.2016, ação julgada improcedente. Em 11.10.2016, remetidos os Autos para o Tribunal de Justiça para processamento da Apelação. Em 10/03, negado provimento ao recurso; sentença mantida. Trânsito em julgado em 05/04. Remetidos os autos para a Vara de Origem. Em 29/08/2017, arquivamento definitivo dos autos.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - TRABALHISTA	
Processo nº	0010626-39.2015.5.15.0122
a. juízo	Vara do Trabalho de Sumaré/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.06.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Nilton Cesar da Silva
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. in valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com pedido de acúmulo de função e adicionais de insalubridade e periculosidade. Audiência inicial realizada em 13.07.2015. Perícia realizada em 20.08.2015. Audiência de instrução realizada em 22.03.2016. Aguarda-se o julgamento. Em 17/07/2017, prolatada Sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo Reclamante. Interposto Recurso Ordinário pela Quinta Roda em 24/07/2017. Negado provimento ao Recurso Ordinário 03/10. Em 04/10/2017 foram opostos os Embargos de Declaração pela Quinta Roda. Em 23/11, Embargos de Declaração rejeitados. Recurso de Revista interposto em 05/03/2018. Aguarda-se a admissibilidade do RR.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	1000481-29.2015.8.26.0063
a. juízo	1ª Vara do Foro de Barra Bonita /SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	24.09.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Cerâmica Irmãos Pascheto Ltda.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 43.313,91.
f. principais fatos	A parte autora pleiteia indenização por suposto defeito e falha na prestação de serviços em veículo de sua propriedade. Contestação apresentada em outubro de 2015. Em 03.12.2015, publicada decisão que deferiu a produção de prova pericial no veículo, cabendo à parte autora o adiantamento das custas periciais. Aguarda-se a realização da perícia. Em 21.10.2016 foi realizada a perícia. Apresentado o laudo e proferido despacho concedendo à parte autora o prazo de 15 dias para emendar a inicial (em 05/05/2018). Após será dada vista às rés.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – EXECUÇÃO FISCAL	
Processo nº	0005033-17.2014.8.26.0604
a. juízo	SAF - Serviço de Anexo Fiscal do Foro de Sumaré / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.01.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de SP
ii. Executado:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 816,05.
f. principais fatos	A Ação tem por objeto a cobrança de multa decorrente da suposta inobservância ao que dispõe o artigo 59 da Lei nº 5.194/66 (registro no Conselho). O Processo é oriundo do auto de infração nº 629.075, do CREA-SP, recebido pela Quinta Roda em 20.12.2010. Em 20/10/2017, juntada a Exceção de pré-executividade. Aguarda-se a decisão.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0012595-55.2016.5.15.0122
a. juízo	Vara do Trabalho de Sumaré / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	31.03.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Elzio Adriano Maximiano
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. E Madri Serviços de Segurança Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 40.000,00.
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista movida em face de Quinta Roda e Madri Serviços de Segurança (prestadora de serviços à Quinta Roda). O autor alega ter sido admitido pela empresa Madri em outubro/11 para exercer a função de Vigilante, tendo sido demitido por justa causa em outubro/2015. Alega ainda não ter recebido as verbas rescisórias. Audiência realizada em 12/04/2018 - sem conciliação. Foi deferido o prazo de 5 dias para apresentação de Razões Finais. Aguarda-se a sentença.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0011330-74.2017.5.15.0092
a. juízo	7ª Vara do Trabalho de Campinas / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	14.07.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Romulo Ferreira Cuba
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Metrôpole Express Serviços Rápidos Eireli EPP.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 41.980,12.
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista movida em face de Quinta Roda e Metrôpole Express Serviços Rápidos Eireli EPP (prestadora de serviços à Quinta Roda). O autor alega ter sido admitido pela empresa Metrôpole em agosto/2013, tendo seu contrato anotado em setembro/2013 para o cargo de Motofretista, tendo sido desligado sem justa causa em agosto/2016. Determinada a realização de prova pericial para dia 02/06/2017. Audiência Inicial designada para 13/03/2018 em que houve conciliação com a 4ª reclamada (Itaú), continuando o processo para as outras reclamadas. Ainda em audiência o juízo determinou a realização de perícia que ficou agendada para 18/05/2018. Para que o juízo não fique adstrito ao laudo pericial, designou-se audiência de instrução para o dia 20/03/2019. Em 16/04/2018 a primeira reclamada, Metrôpole, protocolou acordo com o reclamante. Em 10/05/2018 os autos foram conclusos para Sentença de Homologação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	1019106-39.2017.8.26.0032
a. juízo	3ª Vara Cível do Foro de Araçatuba/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	04.09.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Expresso São José Transportes Rodoviários LTDA.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 33.115,86.
f. principais fatos	A parte autora pleiteia indenização por suposto defeito em veículo seminovo adquirido na Quinta Roda. Audiência designada para 23/10/2017 em que restou infrutífera a conciliação. Em 05/03/2018 foi juntada petição de especificação de provas. Em 16/03/2018 autos conclusos para decisão.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	1009237-82.2017.8.26.0604
a. juízo	3ª Vara Cível do Foro de Sumaré/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	29.11.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Transmanjuba LTDA.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.828,71.
f. principais fatos	Trata-se de ação cível ajuizada pela Transmanjuba em face da Quinta Roda (Sumaré/SP), referente à notificação extrajudicial recebida do Autor em que alega ter adquirido um caminhão junto à Quinta Roda e o mesmo apresentou problemas mecânicos. Insatisfeito com a resolução do problema ajuizou a demanda. Resumo dos pedidos: Ressarcimento dos valores pagos, referentes ao conserto do caminhão e indenização por danos morais. Em 27/10/2017, houve despacho determinando o prazo de 15 dias para contestar. Contestação protocolada em 14/12/2017. Em Março/2018 foi protocolada petição de especificação de provas e desde 03/05/2018 o processo está concluso para despacho.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	8000159-50.2017.8.05.0176
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Nazaré/BA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	07.12.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	F.F dos Santos Neto - ME
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Santander (Brasil S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.470,00.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória de inexistência de dívida c/c Indenização por danos morais, ajuizada por F.F dos Santos Neto - ME em Face de Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Santander (Brasil S.A.), em que o autor alega que seu nome foi protestado indevidamente com título no valor de R\$ 392,36. Aduz, ainda, que jamais realizou qualquer transação com as acionadas e que nunca recebeu qualquer informação de que seus dados foram incluídos no Cadastro de Inadimplentes, alegando ainda que a ré (Quinta Roda) não apresentou justificativa plausível para a suposta cobrança. Resumo dos pedidos: Tutela antecipada para baixa de protesto e exclusão dos cadastros de proteção ao crédito, declaração de inexistência de débito e condenação em danos morais. Em 28/08/2017, pedido liminar indeferido. Audiência designada para 31/01/2018. Audiência realizada e sem êxito na conciliação e solicitação da parte autora para que seja novamente apreciado o pedido liminar, reiterando todos os termos da inicial, pugnando pela total procedência dos pedidos. Em 20/02/2018 processo concluso para julgamento. Atualmente, aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0011630-06.2017.5.15.0005
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Bauru / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	12.12.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Fabrcício Lúcio da Silva
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista ajuizada em face de Quinta Roda. Autor alega que foi admitido, sem registro, em Novembro de 2012 na função de motoqueiro/entregador, percebendo salário de R\$ 1.500,00 que a partir de Maio de 2016 foi reajustado para R\$ 2.000,00, e após, em Setembro de 2016 foi reduzido para R\$ 1.150,00 mensais, sendo desligado em Setembro de 2017. Aduz ainda que faz jus ao adicional de periculosidade de 30% nos termos da lei 12.997/2014, que laborou em média 09h do período de 14/11/2012 até 31/01/2015 e que ficava à disposição da reclamada do período de 01/02/2015 até 18/09/2017. Resumo dos pedidos: Reconhecimento de Vínculo Empregatício e todas as verbas rescisórias e reflexos, multa, hora extra e reflexos, adicional de periculosidade e reflexos. Em 05/02/2018 foi protocolada a Contestação. Audiência de Conciliação designada para 08/02/2018. Não houve conciliação e foi designada nova audiência de Instrução para 31/10/2018. Em 05/03/2018 foi juntada a réplica da Contestação. Aguardando a realização de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0011225-07.2017.5.15.0122
a. juízo	7ª Vara do Trabalho de Sumaré / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.03.2018 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Luiz Carlos Caputo
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Madri Serviços de Segurança Ltda. e outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00.
f. principais fatos	Reclamação trabalhista ajuizada em face de Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. (4ª demandada), em que a primeira demandada é a Madri Serviços de Segurança Ltda. O autor alega que foi admitido em Abril de 2013 para exercer a função de vigilante, tendo sido desligado em Setembro de 2016. Aduz, ainda, que laborava em jornada superior a 12h diárias, que não recebia horas extras, que não recebia adicional noturno, que não era respeitado o intervalo interjornada, que sofreu descontos de contribuições sindicais indevidas e que não usufruía de intervalo intrajornada. Resumo dos pedidos: Reconhecimento da responsabilidade de todas as demandadas, hora extra e reflexos, diferença de adicional noturno, restituição de valores descontados indevidamente. Audiência Una designada para 12/09/2018. Aguardando a realização de Audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0472197-60.2012.8.19.0001
a. juízo	9ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	17.07.2013
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Foca 2010 Serviços Automotivos Ltda.-ME
ii. Reclamada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.837,84 (atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Indenização movida em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda., através da qual objetiva a Autora ser indenizada por danos materiais e imateriais suportados em virtude de suposto vício do produto adquirido da 1ª Ré (Equipo), precisamente de um caminhão, cuja entrega não teria ocorrido no prazo avençado, bem como pelo fato de o mesmo não ter sido entregue com uma especificidade técnica contratada. Em 22.08.2013, realizada audiência. Em 12.09.2014, proferida decisão indeferindo a preliminar de ilegitimidade arguida pela Scania, bem como a realização de prova pericial. Em 02.10.2014, a Scania apresentou Agravo de Instrumento. Posteriormente, o Agravo foi convertido em Retido pelo Relator. Após manifestação das partes "em provas", aguardando remessa dos autos para prolação da sentença. Em 17.12.2015, publicada sentença que julgou improcedente a ação. Em 24.02.2016, julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela parte autora. Foram recebidos e, no mérito, não foram acolhidos. Em 20/07/2016, apresentada Apelação. Em 09/02/2017, a sentença foi reformada em parte, reduzindo somente a verba honorária sucumbencial. Aguarda-se o arquivamento do feito.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – AMBIENTAL	
Processo nº	E - 07/502.604/2010
a. juízo	Secretaria de Estado do Ambiente – Governo do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.04.2011 (data de citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Instituto Estadual do Ambiente – INEA
ii. Réu:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00
f. principais fatos	<p>Recebido Auto de Infração, datado de 31.01.2011, decorrente de supostos lançamentos de efluentes líquidos no corpo receptor, acima dos padrões estabelecidos na NT-202.R-10 – “Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos”.</p> <p>Em 03.05.2011, protocolada impugnação ao auto de infração pela Ré, objetivando o cancelamento da multa administrativa.</p> <p>Em 25.02.2013, proferida decisão administrativa indeferindo a impugnação apresentada.</p> <p>Em 01.07.2013, interposto recurso administrativo requerendo que seja reformada a decisão proferida pela Vice Presidência do INEA, para conhecer a impugnação, por ser tempestiva, bem como que seja dado provimento à mesma para cancelar a multa administrativa decorrente do auto de infração ora combatido.</p> <p>Em 30.12.2014, autos remetidos à Coordenadoria Geral de Fiscalização.</p> <p>Em 26.06.2015, dada ciência da decisão proferida pelo Conselho Diretor do INEA. Em 17.10.2015, protocolada petição arguindo a nulidade do processo administrativo, desde a decisão de Primeira Instância.</p> <p>Em 16/06/2017 os autos foram remetidos ao arquivo por equívoco do INEA. Em 07/07/2017 protocolo de petição da Equipo requerendo o desarquivamento dos autos e apreciação do recurso. Aguarda-se o desarquivamento.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0016459-70.2013.8.19.0211
a. juízo	1ª Vara Cível da Regional da Pavuna / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	18.03.2015 (Equipo deu-se por citada)
d. partes no processo	
i. Autor:	M A Faria Ltda.-ME
ii. Réu:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 274.115,77 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Rescisória de contrato de compra e venda c/c Indenizatória por perdas e danos, lucros cessantes e Compensatória por danos morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Apresentada contestação, despacho proferido em 25.03.2015 para a parte autora se manifestar em réplica.</p> <p>Após apresentação de réplica pela parte autora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi indeferido em 17.02.2016.</p> <p>Em 22/02/2016, foram especificadas pela Equipo as provas que pretende produzir.</p> <p>Em 24/04/2018, foi nomeado novo perito em substituição ao anteriormente nomeado.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0016040-16.2014.8.19.0211
a. juízo	1ª Vara Cível da Regional da Pavuna / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	27.11.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Sonia Cristina Azevedo dos Santos de Araujo
ii. Réu:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.816,40
f. principais fatos	Trata-se de Ação de indenização por danos materiais e indenização por danos morais C/C devolução em dobro de valores cobrados indevidamente e pedido de concessão de liminar, movida em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.. Em 05.11.2014, proferida decisão no sentido de não conceder a antecipação dos efeitos da tutela. Aguarda-se a juntada dos AR's de citação para início do prazo para defesa. Em 06.04.2015, protocolada a contestação da Equipo. Em 21/02/2017, deferida a produção de prova pericial mecânica requerida pelos réus. Aguarda-se a manifestação do perito.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - CÍVEL	
Processo nº	0100584-25.2007.8.26.0004
a. juízo	2ª Vara Cível Regional IV Lapa São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.04.2009 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Rodoanel Transportes Ltda.
ii. Ré:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.192,20
f. principais fatos	Ação Indenizatória contestada a ação em 26.05.2009. Produzidas as provas. Proferida sentença em 13.08.2014, pela improcedência do pedido. Opostos embargos de declaração pelo autor. Embargos rejeitados. Apresentado recurso de apelação pelo autor. Recebido em 27.04.2015. Em 30.04.2015 despacho determinando vista à Ré para apresentar suas razões de recorrida. Em 24.11.2015, publicada decisão do Tribunal negando provimento ao recurso da empresa Rodoanel. Aguarda-se o trânsito em julgado e o retorno dos autos à vara de origem. Trânsito em julgado em 04/02/2016. Recebidos os autos na Vara de origem em 23/06/2016. Processo arquivado definitivamente em 06/10/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010986-35.2015.5.01.0551
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Barra Mansa / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	04.05.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	José Adilson da Cunha
ii. Reclamada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com audiência inicial designada para o dia 30.06.2016. Em 29/03/2017, o processo foi julgado extinto com resolução do mérito. Em 11/05, o autor interpôs RO. Aguardando o julgamento. Recurso Ordinário do Autor julgado improcedente em 06/12/2017. Interposto Recurso de Revista em 02/02/2018. Não admitido o Recurso de Revista. Aguardando a publicação da Decisão.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0100198-22.2017.5.01.0026
a. juízo	26ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	08.03.2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	André dos Santos Duarte
ii. Reclamada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00.
f. principais fatos	O autor alega ter sido admitido em junho/12 para trabalhar como mecânico D, tendo sido demitido em abril/15. Em 2012, foi diagnosticado com síndrome do pânico e encaminhado ao INSS (auxílio doença por aproximadamente 2 anos). Após, alega ter permanecido no "limbo jurídico" por 9 meses, quando o INSS o considerava apto, porém o médico do trabalho não concedeu alta médica. Audiência designada para 24/05/2017. Celebrado acordo entre as partes em audiência. Processo arquivado definitivamente em 22/06/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
iv. provável	-
v. possível	-
vi. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - CÍVEL	
Processo nº	0500603-58.2017.8.05.0146
a. juízo	2ª Vara de Feitos de Rel. de Cons. Cível e Comerciais – Comarca de Juazeiro/BA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	21/09/2017 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Danielli e Danielli Ltda-ME.
ii. Ré:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda., Scania Latin América Ltda. e Mapfre Seguros Gerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 383.457,00
f. principais fatos	Ação de Reparação por danos materiais e morais movida em face de Equipo, Scania e Mapfre. O autor (Empresa de pequeno porte) alega que o caminhão (Scania) da empresa, em 06/08/2015, envolveu-se em acidente na cidade de Barra Mansa, sofrendo algumas avarias e necessitando de reparos. Após acionada a seguradora, os reparos não foram feitos no prazo de 30 dias e sim no prazo de 90 dias, o que o impediu de exercer suas atividades com o veículo. Em 02/05/2018, publicada decisão que concedeu medida liminar para: A) Determinar a substituição do nome da ré MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A por BB SEGURO AUTO BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS S/A; B) Designar audiência de instrução para o dia 13/06/2018, devendo as partes que pretenderem a produção de prova testemunhal depositar o respectivo rol no prazo máximo de 10 dias.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - CÍVEL	
Processo nº	0005330-08.2017.8.19.0024
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí/RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	16/02/2018 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Monteiro & Machado de Itaguaí Com. de Veículos Ltda-ME.
ii. Ré:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.787,62.
f. principais fatos	Ação de Obrigação c/c Danos Morais e Materiais movida em face da Equipo Máquinas e Veículos Ltda. (2ª demandada) em que o autor alega que após adquirir um caminhão novo da primeira ré (Scania) através da Equipo, depois de pouco tempo de uso, o pneu de seu veículo estourou, o que aconteceu com mais quatro pneus. Após as tentativas de resolução dos problemas junto à segunda ré, Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e a terceira ré, Sociedade Michelin de Par. Ind. e Com. Ltda., não conseguiu solução da lide amigavelmente, visto que teve gastos com os pneus, alinhamento e montagens, recorreu à Justiça. Resumo dos pedidos: Dano Material, Dano Moral, e honorários advocatícios. Em 08/08/2017, houve despacho informando sobre a opção do autor pela não realização de audiência de conciliação, ficando designado o prazo de 15 dias para a juntada da Contestação. Em 15/05/2018, foram juntados os ARs. Aguardando a juntada de contestação a partir desta data.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA – TRABALHISTA	
Processo nº	0100208-86.2018.5.01.0008
a. juízo	8ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	20.03.2018 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Thiago da Silva
ii. Reclamada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.388,17.
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista ajuizada em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. O autor alega que foi admitido em Maio de 2016, para exercer a função de mecânico, tendo sido desligado em Janeiro de 2018. Aduz, ainda, que se afastou pelo INSS por acidente de trabalho em Junho de 2017, que teria garantia de emprego em função de estabilidade e que foi desligado sem que fosse observado o prazo da estabilidade. Resumo dos pedidos: reintegração ou indenização, caso seja indenizado, requer as verbas rescisórias, o salário que teria direito até o fim da estabilidade, guias do FGTS e seguro desemprego e dano moral. Audiência designada para 23/07/2018 e em 12/04/2018 foram recebidos os autos para tentativa de Conciliação. Audiência designada para 21/05/2018 na CEJUSC 1º Grau. Realizado acordo: a Reclamante pagará o valor de R\$ 7.000,00 ao Reclamado.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000507-63.2014.5.08.0117
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Marabá / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	07.05.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Maria do Amparo Farias Ferreira
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24.787,20 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Reclamação Trabalhista proposta em face de Super Quente Alimentos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., tomadora dos serviços da Reclamante.</p> <p>Em 27.05.2014, foi realizada a audiência. A primeira Reclamada não foi notificada. A próxima notificação será realizada por oficial de justiça. Apresentada a defesa da Itaipu Norte.</p> <p>Em 16.06.2014, realizada nova audiência. Novamente, a primeira Reclamada não foi notificada.</p> <p>Em 14.07.2014, realizada audiência de instrução e julgamento. Celebrado acordo entre Reclamante e primeira Reclamada.</p> <p>O acordo foi descumprido. A Executada Super Quente Alimentos Ltda. foi incluída no BNDT.</p> <p>Ainda em fase de execução.</p> <p>Em 29/02/2016, a Itaipu Norte recebeu ofício para informar a respeito de eventuais créditos ainda pendentes de pagamento à empresa SUPERQUENTE. Ofício respondido em 03/03/2016 – a Executada (empresa SUPERQUENTE) não possui créditos a receber da Itaipu Norte.</p> <p>Em 21/05/2018, foi realizada audiência de conciliação em fase de execução - a Itaipu Norte foi excluída do polo passivo.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001138-95.2014.5.08.0120
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ananindeua / PA
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	29.08.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Helder Dias Mota
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.216.953,77 (histórico)
f. principais fatos	<p>Reclamação Trabalhista com audiência realizada em 16.10.2014. Audiência de instrução designada para 17.12.2014. Realizada audiência de instrução, produzida prova oral e deferida produção de prova pericial.</p> <p>Em 04.03.2016, proferida sentença julgando totalmente improcedentes os pedidos do Reclamante. Interposto Recurso Ordinário, com prazo para Itaipu Norte apresentar contrarrazões até 28.03.2016, tempestivamente oferecidas. Aguarda-se o julgamento (autos recebidos na 2ª Instância em 04.04.2016).</p> <p>Em 01/08/2016, foi publicado acórdão reformando a sentença que julgou improcedente o pedido. Contra o acórdão, foram opostos - em 08/08 - embargos de declaração. Em 29/08, publicado Acórdão que, conhecendo dos Embargos de Declaração, negou provimento. Recurso de Revista protocolado em 06/09. Em 25/10, negado seguimento ao Recurso de Revista, sendo interposto Agravo de Instrumento para destrancar o respectivo RR. Em 03/03/2017, protocolados Embargos de Declaração diante da decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Itaipu Norte. Após negado o Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento, o Acórdão que reformou a sentença (reconhecendo o nexo de causalidade entre a doença do reclamante e o seu trabalho, declarando a nulidade da despedida e determinando sua reintegração) transitou em julgado em 04/04/2017. Os autos foram remetidos à comarca de origem e recebidos para prosseguir em 18/04. Em 04/05, proferido despacho homologando os cálculos e autorizando a expedição de mandado de reintegração do funcionário. Pagamento efetuado em 20/07/2017. Processo arquivado definitivamente em 03/11/2017.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0000503.58.2015.8.14.0057
a. juízo	Vara Única de Santa Maria do Pará /PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.04.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Ki-Brasil Comércio de Cereais Ltda. EPP
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 57.581,69
f. principais fatos	<p>Juntada do AR de citação em 04.05.2015. Em curso prazo para apresentar contestação. Aguarda-se designação de audiência.</p> <p>Em 28/02/2017, certificado que as contestações foram protocoladas tempestivamente. Autos no gabinete do magistrado. Aguardando despacho.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0000301-19.2015.8.14.0110
a. juízo	Vara Única de Goianésia do Pará / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	24.08.2015
d. partes no processo	
i. Autor:	Claudir Francisco de Souza Lanchonete ME
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. e Trust Seguros S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 181.788,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária de Reparação de Danos Materiais, consistente no cumprimento de contrato de seguro e reparação de danos morais. Foi apresentada contestação pela Itaipu Norte. Aguarda-se designação de data para realização de audiência. Designada audiência de conciliação para 07/06/2017. Não houve acordo. Em 09/08/2017, realizada audiência de instrução. Não houve proposta de acordo. O Reclamante inclui a empresa AVANTI BRASIL SOLUÇÕES no polo passivo. Concluso para despacho desde 28/03/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0021732-49.2015.8.27.2729
a. juízo	2ª Vara Cível de Palmas / TO
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	08.09.2015
d. partes no processo	
i. Autor:	Ferrobras Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda. e Outro.
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., Scania Latin America Ltda. e MCM Comercio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.978,97
f. principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória de inexistência de débito c/c obrigação de fazer e indenização por danos materiais e morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Foi apresentada contestação pela Itaipu Norte em 05.11.2015. Autos conclusos para despacho desde 02.12.2015. Em 23/09/2016, proferida decisão interlocutória, não acolhendo a preliminar suscitada, por ausência dos requisitos autorizadores da mesma. Processo concluso para despacho desde então.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo nº	092015730003364-0
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marituba
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	23.09.2015
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marituba – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.802.675,94
f. principais fatos	Trata-se de Processo Tributário Administrativo de nº 092015730003364-0 (Auto de Infração nº 092015510004075-1). Matéria: ICMS – Substituição Tributária. A impugnação foi protocolizada em 22.10.2015.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0015137-52.2014.8.14.0006
a. juízo	Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	08.09.2015 (citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Expresso Lobato Transportes e Turismo Ltda.
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., Scania Latin America Ltda. e Varella Veículos Pesados Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.333,33
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária com pedido de indenização por danos materiais e morais. Foi apresentada contestação pela Itaipu Norte em 20.11.2015. Aguarda-se designação de data para realização de audiência. Em 31/08/2016, foi realizada a audiência. Em 26/04/2017, proferido despacho deferindo a produção das provas requeridas por Varella e SCANIA. Audiência de instrução e julgamento designada para 18/07/2017. Audiência de instrução foi transferida para o dia 29/08/2017. Autos conclusos ao magistrados em 13/03/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Auto de Infração nº	032015510009908-8
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2016
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 381.552,58
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 18.01.2016, decorrente de suposta simulação de saída, para outra Unidade da Federação, de mercadoria efetivamente internada no território paraense. Apresentada impugnação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Auto de Infração nº	032015510009902-9
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2016
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 39.347,93
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 18.01.2016, decorrente de suposta ausência de escrituração, no Livro Fiscal de Registro de Entradas, de documento fiscal relativo à operação com mercadoria, no ano de 2011. Apresentada impugnação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Auto de Infração nº	032015510009903-7
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2016
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.138.529,71
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 18.01.2016. O órgão autuante alega que a Itaipu Norte deixou de recolher o ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias, apuradas através de levantamento específico, nos exercícios de 2010 e 2011. Apresentada impugnação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	1000105-62.2016.8.11.0051
a. juízo	Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde / MT
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.09.2016 (citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	R Linden Hidráulicas - EPP
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. E Varella Veículos Pesados
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.615,63
f. principais fatos	Trata-se de Ação de obrigação de fazer c/c Ressarcimento de valores e pedido de liminar, proposta em face de Itaipu Norte e Varella. O Autor requer que seu veículo seja consertado, alegando que os reparos realizados pela Itaipu Norte não foram adequados, levando a um problema mais grave poucos quilômetros após a retirada do caminhão da concessionária. Em 11/08/2016, indeferido o pedido de antecipação de tutela aduzido pelo Autor, pois ausente o requisito da plausibilidade do direito invocado. Contestação juntada em 09/09/2016. Autos conclusos para julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - TRABALHISTA	
Processo nº	0000075-39.2017.5.08.0117
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Marabá / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.05.2017 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Jarbas Silva Alves
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.795,36.
f. principais fatos	O Autor alega que foi admitido na Itaipu Norte em outubro/11, para exercer a função de mecânico, tendo sido demitido em agosto/14. Pedidos: horas extras, horas <i>in itinere</i> , intervalo interjornada e reflexos. Em 09/05/2017, o Reclamante compareceu em audiência e fez um requerimento de oitiva de duas testemunhas por carta precatória; a Itaipu Norte arrolou uma testemunha; defesa recebida e oitiva das partes designada para a próxima audiência que será realizada no dia 16/08/2017. Reclamante não compareceu em audiência. Foi aplicada a matéria de confissão quanto à matéria de fato. Julgados totalmente improcedentes os pedidos. Autos arquivados definitivamente em 03/10/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0001198-43.2017.8.21.0155
a. juízo	Vara Judicial da Comarca de Portão / RS
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	13.12.2017 (citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Distrito Transportes Ltda.-ME
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., SCANIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. e SUVESA – SUPER VEÍCULOS INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.652,50.
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer C/C Indenização de Danos Morais e Lucros Cessantes, proposta em face de SUVESA e SCANIA em que a Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. é a terceira demandada. O Autor alega que o caminhão adquirido com a primeira ré (SUVESA) apresentou defeitos mesmo após os consertos e devidas providências cobertas pela garantia, que foram realizados tanto na segunda demandada quanto na Itaipu Norte. O autor requer reparação de prejuízo emergentes e Lucros Cessantes, exibição de documentos (Contrato de Adesão, histórico de manutenções, gastos e notas), dano moral, custas e honorários advocatícios. Audiência designada para 23/02/2018. Não houve conciliação. Contestação juntada em 12/03/2018. Aguarda-se o próximo despacho/decisão.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo Administrativo nº	032018730004364-5
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	02.05.2018
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.044.101,00.
f. principais fatos	Auto de Infração nº 03.2018.510000035-0 lavrado em 27/03/2018. Decorrente de suposta ausência de recolhimento da antecipação especial de ICMS relativo à operação interestadual de mercadoria para fins de comercialização, no prazo estabelecido na legislação tributária estadual. Apresentada impugnação em 02/05/2018. Auto de Infração nº 0321851000036-9 lavrado em 27/03/2018. Decorre de suposta ausência de estorno, em hipótese legalmente prevista, do crédito do imposto recebido em decorrência da entrada de mercadoria em seu estabelecimento. Apresentadas Impugnação em 02/05/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo Administrativo nº	082018730000267-0
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Paragominas
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	30.01.2018
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Paragominas – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.861,00.
f. principais fatos	Auto de Infração nº 0820175100007490-8 lavrado em 20/12/2017. Decorrente de suposto fornecimento incorreto de informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração. Apresentada impugnação em 30/01/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo Administrativo nº	032018730001037-2
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	29.01.2018
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 122.238,83.
f. principais fatos	Auto de Infração nº 032017510020222-3 lavrado em 20/12/2017. Decorrente de suposta ausência de escrituração, no Livro Fiscal Registro de Entradas, do documento fiscal relativo às operações destacadas. Impugnação ao Auto protocolada em 29/01/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo Administrativo nº	042018730000581-0
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Santarém
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2018
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Santarém – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.596,06.
f. principais fatos	Auto de Infração nº 042017510006628-5 lavrado em 21/11/2017. Decorrente de suposta ausência de recolhimento de ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense. Apresentada impugnação em 18/01/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo Administrativo nº	042018730000579-8
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Santarém
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2018
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Santarém – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 759,08.
f. principais fatos	Auto de Infração nº 042017510006627-7 lavrado em 21/11/2017. Decorrente de suposta ausência de recolhimento do ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo do estabelecimento. Apresentada impugnação em 18/01/2018.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – CÍVEL	
Processo nº	050.2009.100001217-5 (CNJ nº 0001335-25.2009.8.14.0050)
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Santana do Araguaia/PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	01.04.2010
d. partes no processo	
i. Autor:	Wilson Araújo Coelho e Agropecuária Monte Cristo Ltda.
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S.A. e Outra (São Sebastião do Araguaia Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.000.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória por rompimento contratual. Em 12.05.2010, foi apresentada contestação. Ressalte-se que a expectativa quanto ao resultado da demanda, adiante destacada (chance de perda possível), foi estimada levando em consideração apenas o mérito da causa, não se referindo ao valor a ela atribuído, que reputamos abusivo e irreal. Em 16.03.2012, realizada audiência de instrução e julgamento. Concedido às partes o prazo de 10 dias, sucessivos, para apresentação de memorias. Memoriais apresentados no prazo. O processo encontra-se concluso para sentença. Decisão pela improcedência da ação em 04.02.2016, por não ter sido constatada a responsabilidade da Agropecuária São Sebastião do Araguaia S/A e Fartura Agropecuária S/A por danos materiais emergentes e lucros cessantes pleiteados pelo Autor. Aguarda-se julgamento do recurso interposto pelos autores.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	02103/00004/2012
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	12.04.2012
d. partes no processo	
i. Autor:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.764.221,68
f. principais fatos	Notificação de Lançamento referente ao recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR. Impugnação protocolada em 11.05.2012. No dia 11.04.2013, encaminhados autos pelo para Delegacia da Receita Federal – Julgamento – Brasília-DF. A impugnação julgada improcedente, subsistindo a Notificação de Lançamento. Em 30.07.2013, foi protocolado Recurso Voluntário. A Fartura Agropecuária S/A propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal (Nº 0046695-75.2013.4.01.3400), tendo por origem a Notificação de Lançamento 02103/00004/2012, que foi objeto de impugnação não acolhida. O processo encontra-se em análise do pedido de tutela antecipada. Proferida sentença em 06.03.2015, pela procedência do pedido, para declarar a nulidade da Notificação de Lançamento. Em 07.08.2015, os autos foram remetidos ao TRF1 face ao recurso de apelação apresentado pela Fazenda Nacional (conclusos desde 08.09.2015). O Recurso de Apelação continua concluso para relatório e voto. Em fase administrativa (sessão de julgamento realizada em 25.08.2016), o CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais invalidou de forma definitiva a cobrança fiscal em voga, reduzindo-a para o valor histórico de aproximadamente R\$ 209.099,17. Em 14.02.2017, a Fartura fez adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela Medida Provisória nº 766/2017 e regulamentada pela IN RFB nº 1.687/2017. A modalidade escolhida foi o pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada (R\$ 125.609,01 em 22.02.2017), e liquidação do restante (R\$ 502.436,02) com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – TRABALHISTA	
Processo nº	0101875-64.2017.5.01.0066
a. juízo	66ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	07.02.2018
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Adriano do Carmo Ferreira
ii. Reclamadas:	Fartura Agropecuária S.A., WLM Indústria e Comércio S.A. e Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 48.000,00.
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista ajuizada em face de Fartura Agropecuária S.A., como 1ª demandada, WLM indústria e Comércio S.A., como 2ª demandada, e Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., como 3ª demandada. O autor alega ter sido admitido em Setembro de 2011 para exercer a função de Assistente Fiscal, tendo sido desligado, sem justa causa, em Setembro de 2017. Resumo dos pedidos: Equiparação Salarial e reflexos; Danos morais; multa 477 e 467 da CLT e honorários Advocatícios. Audiência designada para 09/04/2018. Não houve conciliação. Ainda em audiência, foi determinada a realização de perícia e perito nomeado pelo juiz, determinando a sua citação para que manifeste interesse em atuar. Aguardando a manifestação do perito.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0011292-20.2014.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	18.08.2014
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Elivânio Dias Cardoso
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 154.936,00.
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista (ação de indenização) movida em face da empresa Itapura Agropecuária Ltda., com audiência inicial designada para 22.09.2014. Realizada audiência inicial: conciliação rejeitada. Deferida prova pericial médica. Audiência de instrução designada para 17.11.2014. Adiada audiência, a requerimento da reclamada, diante da necessidade de esclarecimentos pelo perito. Designada a data de 15.06.2015 para a realização da audiência. O Reclamante não compareceu à audiência de Instrução. Em 14.09.2015, prolatada sentença julgando a ação improcedente. Juntada petição informando ao Juízo que o Reclamante firmou acordo com a Reclamada no processo nº 0001580-82-15-5-3.0085. Em 30.09.2015, apresentado Recurso Ordinário pelo Reclamante. Em 14.12.2015, o TRT-MG deu provimento ao recurso do Reclamante, reconhecendo, de plano, a culpa recíproca para a ocorrência do acidente e condenou a empresa ao pagamento de indenização. Em 21.01.15, os Embargos de Declaração interpostos perante o TRT da 3ª Região ao Acórdão que deu provimento parcial ao recurso ordinário do reclamante, foram julgados "conhecidos e prestados os esclarecimentos", sem qualquer modificação do julgado. Em 22.03.2016, denegado seguimento ao Recurso de Revista apresentado pela Itapura. Em 30.04.2016, recebido o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista da Itapura, submetendo sua admissibilidade ao TST. Em 14/12/2016, o TRT deu provimento ao RO do Reclamante, reconhecendo, de plano, da culpa recíproca para a ocorrência do acidente. EM 24/02/2017, negado seguimento ao Agravo de Instrumento apresentado pela Itapura. Iniciada a execução trabalhista em 22/03. Em 08/05, homologados os cálculos da contadoria Judicial - fixado o valor total da Execução em R\$ 31.479,85 (existem 02 depósitos recursais que totalizam R\$ 25.852,14 – a diferença para complementação dos cálculos é de R\$ 5.627,71). Depósito realizado em 16/05. Em 27/06/2017, processo arquivado definitivamente.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010665-79.2015.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	13.05.2015
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Douglas Sérgio da Silva
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.000,00
f. principais fatos	<p>Audiência designada para o dia 20.07.2015.</p> <p>Realizada audiência, determinou-se perícia médica e de insalubridade, tendo sido apurado e estabelecido nexos causal entre a doença Dorsalgia e Tendinopatia de membros superiores, com limitação funcional de 36%. Quanto a insalubridade, foi caracterizada por ruído acima do limite, entre os meses de junho e setembro, além de sobrecarga térmica solar acima dos limites de tolerância entre os meses de outubro e abril.</p> <p>Audiência de instrução designada para 28.01.2016.</p> <p>Em audiência, a conciliação foi rejeitada.</p> <p>Em 19.02.2016, prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados.</p> <p>Em 19.04.2016, recebido o Recurso Ordinário da Reclamada no seu regular efeito, além do Recurso Adesivo do Reclamante.</p> <p>Autos conclusos para julgamento desde 26.04.2016 no TRT/MG.</p> <p>Em 27/06/2016, publicado acórdão dando parcial provimento ao RO da Itapura e negando provimento ao RO do Reclamante. Em 11/08, publicado despacho denegando seguimento ao RR apresentado pela Itapura.</p> <p>Em 23/08, o Agravo de Instrumento da Itapura foi encaminhado ao TST. Em 20/10, deferida a execução provisória (nº 0011477-87.2016.503,0151). Realizado depósito judicial no valor de R\$ 166.701,55 em 03/03/2017 (o processo principal encontra-se com recurso no TST).</p> <p>Em 28/06/2017, Agravo em RR não conhecido.</p> <p>Processo Arquivado definitivamente em 09/11/2017.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0011521-09.2016.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.10.2016 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	João Gonçalves Santiago
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 175.000,00.
f. principais fatos	<p>O Autor alega ter sido admitido em novembro/1987, para exercer a função de Tratorista, tendo sido demitido imotivadamente em setembro/2015. Pedidos: horas extras, adicional de insalubridade e reflexos, além de indenização por danos morais decorrentes de supostas irregularidades praticadas pela Itapura.</p> <p>Em 10/11/2016, realizada audiência: foi designada perícia para apuração da alegada insalubridade nas condições de trabalho do reclamante (alega que manuseava e tinha contato com produtos tóxicos: adubos, herbicidas e pesticidas). A audiência de instrução ficou designada para 14/03/2017. Perícia realizada em 01/12/2016. Em 14/03/2017, realizada audiência: conciliação rejeitada. Em 28/04, proferida sentença parcialmente procedente: condenação ao pagamento de adicional de insalubridade em grau médio (20%), a ser calculado com base no salário-mínimo. Trânsito em Julgado em 26/04/2017. Em 10/05, as partes foram intimadas para apresentar os cálculos de liquidação.</p> <p>Em 09/06/2017, foram homologados os cálculos apresentados pela Reclamada, por estarem mais corretos. Valor total da execução: R\$ 8.869,22.</p> <p>Processo Arquivado definitivamente em 28/07/2017.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0011522-91.2016.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.10.2016 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Luzia de Fatima Santiago
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.000,00.
f. principais fatos	A Autora alega ter sido admitida em janeiro/1990, para exercer a função de "Encarregada da Sede Social", tendo sido demitida imotivadamente em outubro/2015. Pedidos: horas extras, indenização por danos morais e cálculo do descanso semanal remunerado por todo o período reclamado. Em março, proferida sentença julgando procedentes em parte os pedidos formulados. Transitado em julgado em 05/04/2017. Cálculos homologados em 15/05 (atualizados até 30/04), no valor total de R\$ 50.249,99. Condenação paga pela Reclamada em 02/06/2017. Processo arquivado definitivamente em 10/10/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010565-56.2017.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	11.05.2017 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Elias Santos Barbosa
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 53.706,41.
f. principais fatos	O Reclamante alega que foi contratado em maio/2010 para a função de safrista, tendo sido demitido sem motivo justo em janeiro/2017. Ele relata que exercia atividades de zelador, além de ser responsável pela segurança do local. Pedidos: que seja promovida a correta anotação na CTPS, fazendo constar a prestação de serviço alegada; condenação ao pagamento de horas extraordinárias, DSR, adicional noturno e dano moral pela suposta jornada de trabalho excessiva. Audiência inicial realizada em 19/05/2017. Audiência de Instrução realizada em 04/08/2017. Acordo celebrado entre as partes e homologado pelo Juízo: "A Reclamada pagará ao Reclamante a importância líquida e total de R\$ 11.000,00 até o dia 25/08/2017.". Processo arquivado definitivamente em 01/09/2017.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0011289-60.2017.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.10.2017 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Isaque Botelho da Silva
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.732,96
f. principais fatos	Reclamação trabalhista ajuizada em face de Itapura Agropecuária Ltda. O autor alega ter sido admitido em Julho de 2017, sendo desligado em Setembro de 2017, tendo sido contratado para a função de safrista. Aduz, ainda, que no curso do pacto laboral, algumas verbas deixaram de ser pagas, as condições de trabalho não estavam de acordo com as normas de segurança do Trabalho e que foi obrigado a assinar o contrato de Safra por não se tratar da verdadeira remuneração ajustada. Resumo dos pedidos: Horas in itinere, adicional e reflexos; multas FGTS e CLT; Dano Moral e Honorários Advocatícios. Audiência Una designada para 11/10/2017. Conciliação foi rejeitada. Em 21/10/2017, foi julgada procedente em parte a ação, transitando em julgado em 09/11/2017. Iniciada em 22/11/2018 a liquidação de Sentença. A Itapura peticionou em 17/01/2018 informando o pagamento da condenação. Fomos intimados a pagar a diferença da condenação e em 06/02/2018, protocolamos nos autos petição informando o pagamento da diferença. Aguarda-se o arquivamento dos autos.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, estão assim representadas:

Em R\$ Mil	CONSOLIDADO		
	Total Provisionado		
Natureza dos processos	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	15	197	150
Cíveis	-	-	1.631
Total	15	197	1.781

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há, em curso, qualquer processo em que o emissor ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não se aplica.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

a. valores envolvidos

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não se aplica.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há qualquer outra contingência relevante a destacar.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a sede da Companhia é no território nacional, assim como sua atuação e negociação de valores mobiliários.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

A administração não vê, até o momento, a necessidade de transformar suas práticas de gestão de riscos em políticas formalizadas. Contribui para isso fatores como: baixo endividamento prática de não manter alavancagem financeira; bom relacionamento de mais de 43 anos com a marca Scania; acompanhamento diário de rotinas de segurança dos sistemas; manutenção de apólices de seguros compatíveis com a estrutura da Companhia; a WLM não realiza a contratação de hedges financeiros e não utiliza instrumentos derivativos, entre outras práticas.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. os riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos formalizada.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos formalizada.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

- c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Como a Companhia não tem política de gerenciamento de riscos formalizada também não existe estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados para a verificação da efetividade de tais políticas, conforme já explicitado no item (a).

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos de mercado uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos de mercado uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

Como a Companhia não tem política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada também não há adequação de estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade de tais políticas.

5.3 - Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia conta com sistema automatizado de gestão utilizado em todas as suas controladas que permite analisar e administrar os dados, de forma a facilitar a compra e a distribuição de veículos pesados e itens de estoque – como peças de reposição; receber, processar e enviar os pedidos a tempo; administrar o faturamento e realizar a cobrança de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores. Os dados são consolidados mensalmente na matriz do grupo que com base em suas informações são preparadas as demonstrações financeiras tanto das controladas como o consolidado WLM, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Cada Controlada tem um responsável pela verificação e confirmação dos dados inseridos no sistema automatizado que consolida todas as informações necessárias à preparação das demonstrações financeiras.

A consolidação dos dados e informações, assim como os controles internos, são de responsabilidade do setor de contabilidade. A Contadora, se reporta ao Diretor Administrativo e Financeiro ao Diretor de Relações com Investidores - DRI.

Mensalmente, a Diretoria Executiva se reúne para avaliação dos resultados mensais e, trimestralmente, após a avaliação e revisão da auditoria externa, as demonstrações financeiras são apresentadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal e disponibilizadas aos seus acionistas e ao mercado em geral, via ENET, por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.bmfbovespa.com.br) (www.b3.com.br) e no website da WLM (www.wlm.com.br).

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área estruturada na Matriz, composta de: Controladoria, Financeiro e Assessoria Jurídica, denominada Centro de Serviços Compartilhados – CSC, que têm como finalidade controlar, analisar e prestar assessoria a todas empresas controladas, bem como consolidar dados e informações destinadas à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Na Matriz, também, está concentrada a Presidência da Companhia, onde são tomadas as principais decisões operacionais da Companhia e suas Controladas

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são supervisionados: pela Contadora que é a responsável pela controladoria e pela correta aplicação das práticas contábeis e eventuais deficiências nos controles internos, que devem ser reportadas ao Diretor Financeiro.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração entende que as deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia apontadas pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”)* não causaram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Estas deficiências foram identificadas pelos Auditores Independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de determinar a natureza, período e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

5.3 - Descrição dos controles internos

Abaixo as principais deficiências significativas de controles internos e recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes:

1. Formalização e aprimoramento das rotinas e controles relacionados ao registro da receita por competência (*CUT-OFF*)
2. Formalização e aprimoramento dos controles relacionados aos ativos biológicos
3. Necessidade de aprimoramento dos controles relacionados às cotas de consórcio
4. Inconsistências entre as respostas de advogados externos e os controles auxiliares da companhia
5. Processo de elaboração das demonstrações de fluxos de caixa (DFC) e do valor adicionado (DVA) deve ser aprimorado para as mesmas não deixem de refletir as normas contábeis (CPC 03 e 09)

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração discutiu todas as recomendações com a Deloitte e inseriu seus comentários para cada uma das deficiências, apontadas como significativas ou não pela Deloitte.

A conclusão da Administração foi a de que se tratam de deficiências que não afetaram, significativamente, as demonstrações financeiras e planos de ação específicos foram estabelecidos com os respectivos gestores responsáveis para sanar as deficiências mencionadas.

5.4 - Programa de Integridade

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A WLM não possui política específica para prevenir, deter e remediar fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública pois não opera com empresas públicas nacionais ou estrangeiras.

A empresa possui um Código de Conduta que discrimina a conduta profissional que todos empregados e prestadores de serviço devem seguir para o desenvolvimento do trabalho e nas relações com internas e externas à WLM, incluindo relações com o governo.

O Código de Conduta, aprovado em 10 de março de 2014, pelo Conselho de Administração em Reunião deste conselho. Esse código de conduta é valido para membros do Conselho da Administração, Conselho Fiscal, todos funcionários e estagiários da WLM, além de profissionais de empresas contratadas. O código pode ser acessado no site da Companhia (www.wlm.com.br) e também no site da CVM.

O Código de conduta é obrigatoriamente de conhecimento de todos profissionais, que assinam um Termo de Compromisso declarando estar ciente e de acordo com o conteúdo.

Conforme descrito no Código de Conduta, qualquer profissional que violar os princípios éticos da Companhia ficará sujeito a medidas disciplinares determinadas pelo Comitê de Conduta (órgão composto por 3 membros fixos, indicado pelo Conselho de Administração e um quarto membro rotativo, que deverá ser o principal executivo do negócio em que alguma denúncia tenha ocorrido), podendo resultar em desligamento e processos judiciais, este último em caso de violação de leis.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A WLM possui um canal para que todos profissionais (funcionários e prestadores de serviço) possam informar imediatamente qualquer suspeita de violação do Código de Conduta e fazer qualquer reclamação relacionado ao código. A denúncia ou reclamação pode ser feita por escrito ou por e-mail (indicado no Código de Conduta) para o Comitê de Conduta. São vedadas as denúncias anônimas, tendo o denunciante a garantia de confidencialidade.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Os procedimentos de conduta descritos no Código de Conduta da WLM determinam princípios éticos para todas as atividades profissionais da empresa. Sendo assim, existe um procedimento mínimo que deve ser adotado em todos processos da empresa.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

A WLM não possui política específica para prevenir, deter e remediar fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública pois não opera com empresas públicas nacionais ou estrangeiras. Ainda assim, a empresa possui um Código de Conduta que discrimina a conduta profissional que todos empregados e prestadores de serviço devem seguir para o desenvolvimento do trabalho e nas relações com internas e externas à WLM, incluindo relações com o governo, conforme descrito no item a.

5.5 - Alterações significativas

Não existem alterações significativas.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1946
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/01/1971

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1946, atuando na distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil, através de sua principal controlada Supergasbras Distribuidora de Gás S/A.

Durante os anos 70, a diversificação de negócios levou a Companhia a também atuar fortemente nos setores de transporte e de comercialização de veículos pesados – caminhões e ônibus da marca Scania. A sinergia entre as diversas atividades da Companhia marcou o começo da duradoura e bem-sucedida parceria com a montadora Scania, hoje o principal foco de negócios da WLM.

A Companhia cresceu neste segmento, ampliou constantemente sua rede de concessionárias e fez do aperfeiçoamento de seu atendimento e de seus serviços um compromisso, uma marca.

Em julho de 2004, a Companhia alienou seus ativos do segmento de gás liquefeito (GLP) mediante a venda de todas as ações da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. Seguidamente, a Companhia alterou a sua denominação social para **WLM Indústria e Comércio S.A.**, mantendo o seu foco no segmento automotivo da marca Scania, por intermédio de suas quatro controladas: **Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.**, com vinte estabelecimentos localizados em vários estados do Brasil. No segmento agropecuário, permaneceu atuando por meio das suas controladas **Fatura Agropecuária S.A., Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda.**, como complemento da diversificação de suas atividades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017, a Companhia procedeu a alteração da sua denominação social para “**WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.**”, como também, o objeto social passou a ter a seguinte redação: “O objeto e fins desta Companhia são, diretamente ou participando de outras sociedades: importar, exportar, comprar, fabricar e vender instalações para indústria e comércio; comercialização de veículos automotores novos e usados, peças e acessórios, no varejo ou atacado; importação e exportação de máquinas e equipamentos, suas respectivas peças, implementos e acessórios; locação de veículos; prestação de serviços de assistência técnica, de manutenção e de intermediação de venda de veículos automotores, novos e usados, peças, implementos e acessórios; adquirir, possuir, vender e dispor de ações, quotas, obrigações e outros títulos de sociedades comerciais, industriais, agropecuárias e financeiras, vendas de artigos domésticos e utilidades em geral e prestação de serviços técnicos em geral, indispensáveis ao desenvolvimento de suas próprias atividades bem como das empresas das quais participa”.

As alterações visaram adequar a denominação social ao objeto social e à principal atividade da Companhia, então exercida somente de forma indireta através das empresas controladas ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA., QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA., ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. e EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

As modificações permitiram a melhor identificação das atividades da Companhia e possibilitaram que a **WLM** possa exercer diretamente essas atividades, além de constituir ato preliminar necessário à preparação da Companhia para uma futura incorporação das citadas controladas que deverá ser implementada entre os anos de 2018 e 2019.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável. Não houve pedido de falência e nem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 21 de dezembro de 2017, foram aprovadas as alterações dos artigos 1º e 3º do Estatuto Social da WLM, visando melhor identificação de suas atividades e, ainda, possibilitando que a Companhia possa exercê-las diretamente, além de constituir ato preliminar necessário à preparação da Companhia para uma futura incorporação das controladas do segmento automotivo:

Art. 1º - *A denominação desta Companhia é **WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.***

Art. 3º - *O objeto e fins desta Companhia são, diretamente ou participando de outras sociedades: importar, exportar, comprar, fabricar e vender instalações para indústria e comércio; comercialização de veículos automotores novos e usados, peças e acessórios, no varejo ou atacado; importação e exportação de máquinas e equipamentos, suas respectivas peças, implementos e acessórios; locação de veículos; prestação de serviços de assistência técnica, de manutenção e de intermediação de venda de veículos automotores, novos e usados, peças, implementos e acessórios; adquirir, possuir, vender e dispor de ações, quotas, obrigações e outros títulos de sociedades comerciais, industriais, agropecuárias e financeiras, vendas de artigos domésticos e utilidades em geral e prestação de serviços técnicos em geral, indispensáveis ao desenvolvimento de suas próprias atividades bem como das empresas das quais participa.*

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 22 de dezembro de 2017, foi aprovada, por unanimidade, a abertura de filiais da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Amapá, em preparação para futura incorporação das seguintes Sociedades Controladas pela Companhia:

- . Equipo Máquinas e Veículos Ltda. – CNPJ: 30.937.874/0001-30;
- . Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. – CNPJ: 16.638.413/0001-36;
- . Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. – CNPJ: 44.620.375/0001-20;
- . Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. – CNPJ: 07.959.236/0001-07.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 21 de dezembro de 2017, foram aprovadas as alterações dos artigos 1º e 3º do Estatuto Social da WLM, visando melhor identificação de suas atividades e, ainda, possibilitando que a Companhia possa exercê-las diretamente, além de constituir ato preliminar necessário à preparação da Companhia para uma futura incorporação das controladas do segmento automotivo:

Art. 1º - A denominação desta Companhia é **WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.**

Art. 3º - O objeto e fins desta Companhia são, diretamente ou participando de outras sociedades: importar, exportar, comprar, fabricar e vender instalações para indústria e comércio; comercialização de veículos automotores novos e usados, peças e acessórios, no varejo ou atacado; importação e exportação de máquinas e equipamentos, suas respectivas peças, implementos e acessórios; locação de veículos; prestação de serviços de assistência técnica, de manutenção e de intermediação de venda de veículos automotores, novos e usados, peças, implementos e acessórios; adquirir, possuir, vender e dispor de ações, quotas, obrigações e outros títulos de sociedades comerciais, industriais, agropecuárias e financeiras, vendas de artigos domésticos e utilidades em geral e prestação de serviços técnicos em geral, indispensáveis ao desenvolvimento de suas próprias atividades bem como das empresas das quais participa.

Atualmente a **WLM** comercializa, de forma indireta, produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

Controladas do Segmento Automotivo	Local da Sede
1. Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e filial em Barra Mansa, possui atendimento em todo o Estado do Rio de Janeiro.
2. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Contagem/MG, atua na capital mineira, centro-sul, norte e oeste do Estado de Minas Gerais e mantém filiais em Juiz de Fora, Montes Claros, Inconfidentes (Contagem), Patos de Minas, São Gonçalo do Rio Abaixo e Perdões.
3. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Marituba/PA, atua nos Estados do Pará e Amapá, com filiais em Marabá, Oriximiná, Ourilândia do Norte, Paragominas, Novo Progresso e Macapá.
4. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Sumaré/SP, atua no Estado de São Paulo, com filiais nas cidades de Porto Ferreira, Araçatuba e Bauru.

Através das controladas do Segmento Agropecuário, com fazendas situadas em diversos municípios dos estados do Pará, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais, a WLM atua nas seguintes atividades do agronegócio:

Controladas do Segmento Agropecuário	Local da Sede
1. Fatura Agropecuária S.A.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazenda em Santana do Araguaia/PA.
2. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazenda em Santa Terezinha/MT.
3. Itapura Agropecuária Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazendas em Campinas/SP e São Sebastião do Paraíso/MG.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Controlada descontinuada	Local da Sede
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Rio de Janeiro

As empresas **Fartura - Fazenda São João** (sul do Estado do Pará) e **São Sebastião do Araguaia – Fazenda São Sebastião** (norte do Estado de Mato Grosso), são dedicadas à agricultura e bovinocultura de corte. Em conjunto, possuem uma área contígua de 100 mil hectares com cerca de 80% da área total de reserva florestal, com registro no RGI de cada região, e rebanho de, aproximadamente, 25 mil cabeças de pecuária de corte, por meio da cria, recria e engorda.

A **Fartura** destina, ainda, uma área de 1.900 ha para a atividade agrícola de soja e milho.

A **Itapura - Fazenda São João do Atibaia** (entre Campinas e Jaguariúna/SP), tem como principal atividade a pecuária de corte, e conta com um rebanho em torno de 350 cabeças de gado para recria e engorda.

Através da **Fazenda São Judas Thadeu** (São Sebastião do Paraíso/MG), a **Itapura** dedica-se à atividade cafeeira numa área de 677 hectares, onde produz em torno de 3.500 sacas de café/ano. Complementarmente, são também desenvolvidas atividades ligadas à pecuária de corte, com aproximadamente 550 cabeças de gado.

Todas as atividades produtivas nas empresas do segmento agropecuário da WLM são realizadas simultaneamente com as práticas de conservação da fauna e da flora.

A alteração no objeto social da Companhia não implicará na incidência do direito de recesso previsto nos artigos 137 da Lei nº 6.404/76, constituindo simples alteração de forma de atuação e não de conteúdo do objeto social.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A **WLM** atua em dois segmentos operacionais: Automotivo e Agropecuário.

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorreram, principalmente, do segmento automotivo, através das quatro controladas Concessionárias Scania, que comercializam caminhões pesados, caminhões extrapesados, chassis de ônibus urbanos, chassis de ônibus rodoviários, peças, lubrificantes, e prestação de serviços de manutenção por meio de contratos manutenção preventiva programada e manutenção corretiva, como já comentado no item 7.1 deste Formulário.

Durante este mesmo período, as receitas da Companhia decorreram, em menor proporção, do segmento agropecuário que, por intermédio das três controladas, produz e comercializa gado de corte, café e soja.

b) receitas provenientes dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita por segmento			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	R\$		
	2017	2016	2015
Comercialização de veículos, peças e lubrificante	473.460	401.900	485.502
Prestação de serviços de manutenção	49.667	43.505	46.721
Sub total Segmento Automotivo	523.127	445.405	532.223
Segmento Agropecuário		14.300	13.670
Total Receita Bruta	523.127	459.705	545.893
Deduções Rec. Bruta – Segmento Automotivo	47.327	37.131	47.769
Deduções Rec.Bruta – Segmento Agropecuário		1.940	1.280
(-) Total Deduções Receita Bruta	47.327	39.071	49.049
Receita Operacional Líquida – Segmento Automotivo	475.800	408.274	484.454
Receita Operacional Líquida – Segmento Agropecuário	0	12.360	12.390
Total Receita operacional Líquida	475.800	420.634	496.844

Participação da receita líquida por segmento em relação à receita líquida total (em %)			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	2017	2016	2015
Segmento Automotivo			
Concessionárias Scania	97,15%	97,06%	97,51%
Segmento Agropecuário			
Fazendas	2,85%	2,94%	2,49%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

As informações abaixo são geradas internamente na Companhia e derivadas dos registros contábeis societários, sem segregação de despesas operacionais, ativos totais e depreciação.

Segmento	Lucro / (Prejuízo) – R\$ mil			% no Lucro Líquido da Companhia		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Automotivo ⁽¹⁾	11.756	4.596	18.743	175,40	(25,76)	472,83
Agropecuário ⁽²⁾	(6.144)	(6.872)	(5.027)	(91,67)	36,74	(126,82)
Administração ⁽³⁾	(11.581)	(16.538)	(9.889)	(172,80)	88,11	(249,47)
Descontinuadas	(733)	(169)	137	10,94	0,91	3,46
Total	(6.702)	(18.983)	3.964	100,00	100,00	100,00

(1) Inclui todas as controladas: Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte

(2) Inclui todas as controladas: Fartura, São Sebastião do Araguaia e Itapura

(3) Controladora

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O processo de produção não se aplica ao segmento automotivo de Concessionárias Scania, pois a Companhia atua no segmento comercial, como revendedora de veículos, peças e lubrificantes de produtos da marca Scania.

Bovinocultura de corte

Atividade realizada por três empresas do grupo, sendo duas na “Amazônia Legal” e outra em Minas Gerais com características um pouco distintas.

Nas fazendas da “Amazônia Legal”, uma no sul do Pará e outra no Norte do Mato-Grosso formando, em área contínua, uma fazenda com cerca de 100 mil hectares, sendo cerca de 20 mil hectares de pastos e o restante de reserva florestal, o sistema de produção se caracteriza por forte dependência das pastagens, fonte de toda a alimentação do gado que recebe como complemento a suplementação mineral.

O regime de chuvas na região se reflete na oferta e qualidade do alimento (pastagens), de forma que o gado é manejado estrategicamente de forma a diminuir as consequências da variação da disponibilidade nutritiva (qualitativa e quantitativa). Em alguns casos faz-se suplementação com proteína em lotes mais sensíveis a esta variação. As atividades de produção de gado de corte nestas fazendas são a cria e recria e, nos últimos anos, principalmente devido às características comerciais da região, a engorda de machos e fêmeas.

A atividade de cria consiste na produção de bezerros e bezerras. As matrizes são enxertadas por meio de monta natural com touros da Fazenda ou inseminadas com sêmen comercial. Com o rebanho atual, são produzidos cerca de 3.800 bezerros e 3.800 bezerras por ano. As crias resultantes são desmamadas com cerca de sete meses. Cerca de 20% das matrizes (1.800 a 2.000, no rebanho atual) e touros são descartados anualmente utilizando critérios de idade, fertilidade e características produtivas. Das bezerras produzidas, parte fica na fazenda para recria, reposição das matrizes (cerca de 1.800 a 2.000 por ano) e engorda e o restante é vendido para criadores da região. Dos bezerros, atualmente estão sendo mantidos na fazenda 1500 cabeças por ano, para a atividade de recria e engorda com venda para abate em torno de 30 meses. O restante dos machos (cerca de 2.500 cabeças/ano) é vendido para criadores da região.

Recentemente, foi implantado um projeto para confinamento de cerca de 1.200 cabeças, visando reduzir o tempo para terminação dos animais, possibilitando maior capacidade de suporte a pastagens e, conseqüentemente, maior aproveitamento das áreas.

Paralelamente, para melhoria do rebanho, são mantidas cerca de 700 vacas Nelore registradas com principal objetivo de produzir animais com qualidade genética para servir como touros na propriedade. Este rebanho tem manejo diferenciado, utilizando-se inseminação artificial com sêmen de touros provados de grandes centrais de inseminação, suplementação de alimento na seca, maior pressão de seleção nas vacas e manejo mais tecnificado, visando constante aprimoramento das características produtivas dos touros e, conseqüentemente, contínuo melhoramento genético de todo o rebanho. O excedente dos touros produzidos é comercializado entre produtores da região.

Esta preocupação com a qualidade das características produtivas, bem como com a sanidade e nutrição do rebanho, resulta em produtos de qualidade bastante acima da média na região, despertando grande procura dos produtores e frigoríficos, com preços diferenciados.

A atividade de corte nas fazendas São Judas Thadeu, em Minas Gerais e São João o Atibaia, em Campinas-SP, é bem menor em escala, seguindo modelo parecido com o das outras fazendas, porém mais tecnificado, principalmente, com relação à nutrição e manejo reprodutivo do gado. Na fazenda de São Judas Thadeu, são mantidas as matrizes e a atividade de cria e os bezerros e bezerras produzidos são enviados para recria e engorda na fazenda de Campinas. O tamanho do rebanho permite melhor avaliação de novas tecnologias que depois podem ser estendidas para as outras fazendas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Atividades Agrícolas

. Cultura Cafeeira

A produção de café tipo Arábica, na Fazenda São Judas Thadeu, em São Sebastião do Paraíso (MG), utiliza modernos modelos tecnológicos, que visam maior produtividade e qualidade do café. Busca-se aumentar a produção, sobretudo, por meio do aumento efetivo da produtividade. Para tanto, é dada atenção especial à adubação e correção do solo, ao controle de pragas e doenças e a utilização eficaz dos insumos, de forma a atenuar os efeitos de variações climáticas. As características climáticas, a fertilidade do solo e a altitude, aliados a outros fatores, permitem a produção de café arábica de muito boa qualidade, particularidade da região, grande produtora de café.

A adubação é realizada anualmente, seguindo recomendação agrônômica através de análise do solo e das folhas do cafeeiro, principal fator de produção da cultura, porém outros tratamentos culturais, como o combate às ervas daninhas, também são efetuados por meio de utilização de herbicida e capina manual e/ou mecânica, o combate a pragas e doenças, a desbrota, etc..., elementos importantes na qualidade e quantidade do café produzido.

A colheita do café constitui uma das principais atividades do processo produtivo por ser um dos itens que mais pesam nos custos de produção. É realizada entre os meses de maio e setembro utilizando, principalmente a colheita mecânica.

Após ser colhido, o café é seco e beneficiado na propriedade; limpo da casca e de impurezas, e, em seguida, vendido ou enviado para armazenamento.

. Milho e soja

A Fartura, acompanhando a tendência da região, onde essa atividade vem se introduzindo em escala cada vez maior, deu continuidade ao seu projeto de cultivo de milho e soja. Na safra 2016/2017 foram colhidos 1.100 ha de soja e abertos mais 800 ha para a safra 2017/2018. O cultivo do milho destina-se, principalmente, ao consumo dos animais em confinamento, na forma de silagem e milho em grão.

Na safra 2016/2017 foram colhidos cerca de 35.000 sacos de soja e para a safra 2017/2018 estima-se colheita de 70.000 sacas.

A execução deste projeto requer investimento em maquinário e serviços apropriados, visando a otimização das áreas de plantio e adequação do manejo, desde a correção dos solos até a colheita.

b) características do processo de distribuição

Segmento Automotivo

A venda de caminhões e ônibus é feita por todas as Controladas Concessionárias Scania. Suas equipes de vendas realizam diariamente um roteiro de visitas às instalações do cliente. As peças são comercializadas nos 20 pontos de presença, contando com equipes de vendas específicas.

. Caminhões

Após as tratativas comerciais e definições das especificações do veículo, a concessionária formula o pedido do veículo com todos os opcionais desejados e o envia à Scania, que programa a sua produção. Após sua fabricação, pode ser faturado diretamente para o cliente ou para a concessionária, hipótese em que é posteriormente refaturado para o cliente. A entrega do veículo é realizada por transportadoras credenciadas pela Scania até a concessionária, quando então é efetuada a entrega ao cliente. Durante todo o processo, o veículo tem a cobertura de seguro. Todos os custos com fretes e seguros já são embutidos no preço do veículo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

. Ônibus

O processo é semelhante à venda de caminhões. Neste caso, a Scania sempre fatura para a concessionária. O chassi, inicialmente, é enviado para a colocação da carroceria em empresa indicada pelo comprador, retornando posteriormente para a concessionária, que efetua a entrega para o cliente. A única diferença é que em ônibus o custo de frete é do cliente.

. Peças

O estoque de peças é mantido por meio de compras programadas diárias ou solicitações em emergência.

Segmento Agropecuário

A venda de bovinos de corte, sacas de café, milho e soja é feita nas fazendas das empresas controladas e o transporte dos produtos é realizado pelos próprios compradores.

c) características dos mercados de atuação:

i. *participação em cada um dos mercados por renda*

Segmento Automotivo

Não aplicável, tendo em vista que mais de 90% das vendas são destinadas a pessoas jurídicas, conforme tabela abaixo:

% de receita para pessoa jurídica			
Concessionária Scania	2017	2016	2015
Equipo	97,70%	96,82%	97,20%
Itaipu	94,80%	95,30%	92,60%
Quinta Roda	95,20%	94,10%	90,60%
Itaipu Norte	97,20%	96,12%	95,30%

Segmento Agropecuário

Não aplicável, tendo em vista que os produtos são comercializados diretamente para indústrias e revendedores.

ii. *participação em cada um dos mercados por localização*

A Companhia por meio de suas controladas, apresenta grande diversificação geográfica, atuando em mais de 900 cidades em diversos estados do Brasil na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas, tais como:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento Automotivo

As controladas da Companhia mantêm concessionárias em 19 cidades, localizadas em cinco estados brasileiros (RJ, MG, SP, PA e AP).

Controladas Concessionárias Scania	Área de Atuação / Estado	Abrangência
Equipo	Rio de Janeiro	92 municípios
Itaipu	Minas Gerais	455 municípios
Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais	238 municípios
Itaipu Norte	Pará e Amapá	159 municípios

A participação no mercado por área de atuação está assim representada:

MARKET SHARE - CAMINHÕES PESADOS			
Concessionárias Scania	2015	2016	2017
Equipo	26,70%	32,50%	39,50%
Itaipu	23,60%	22,40%	20,10%
Itaipu Norte	29,70%	25,20%	22,10%
Quinta Roda	15,40%	15,30%	17,60%
WLM	22,10%	20,70%	20,20%

MARKET SHARE - ÔNIBUS RODOVIÁRIOS			
Concessionárias Scania	2015	2016	2017
Equipo	21,70%	10,10%	81,00%
Itaipu	19,00%	36,90%	27,10%
Itaipu Norte	17,60%	12,90%	26,30%
Quinta Roda	6,00%	41,00%	40,00%
WLM	17,60%	21,80%	56,10%

Segmento Agropecuário

- Bovinocultura de corte - Fatura Agropecuária S.A., Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda.
- Cultivo de soja e milho - Fatura Agropecuária S.A. e
- Cafeicultura - Itapura Agropecuária Ltda.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Não existem dados consolidados, seja a nível nacional ou regional, que permitam estabelecer a participação de mercado em cada uma das atividades agropecuárias em que a Companhia atua.

Controladas Agropecuárias	Área de Atuação / Estado
Fartura	Sul do Estado do Pará e Norte do Mato Grosso
São Sebastião do Araguaia	Norte do Estado do Mato Grosso e Sul do Pará
Itapura	Sul do Estado de Minas Gerais e Região de Campinas/SP

O rebanho bovino da Fartura Agropecuária S.A. e da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. são comercializados para frigoríficos ou produtores da região do sul do estado do Pará e Norte do Mato Grosso.

O rebanho bovino da Itapura Agropecuária Ltda. – filial Campinas/SP - é comercializado na própria região.

O rebanho bovino e a produção de café da Itapura Agropecuária Ltda. - filial São Sebastião do Paraíso/MG - são vendidos na região do sul de Minas.

A produção da soja da Fartura é comercializada na região com grandes empresas do segmento, destinada principalmente para exportação e possivelmente para o mercado interno de óleo.

iii. participação e condições de competição nos mercados

Segmento Automotivo

As controladas concessionárias Scania têm áreas de atuação geograficamente delimitadas, ou seja, cada concessionária Scania é única na sua área de atuação. Assim sendo, a competição é representada basicamente pelas concessionárias de outras marcas que trabalham com veículos pesados: Man, Mercedes, Volvo, Ford e Iveco, sendo que estas duas últimas não têm participação no mercado de ônibus rodoviários. A Scania trabalha com uma linha de produtos “Premium” e tem como diferenciais competitivos: alta tecnologia, baixo consumo de combustível, alta disponibilidade e equipe técnica especializada e em constante treinamento.

Segmento Agropecuário

O mercado agropecuário no Brasil é altamente fragmentado e competitivo. As principais vantagens competitivas incluem preço, qualidade e capacidade de distribuição. Dada esta fragmentação, não existem informações quantitativas consolidadas em nível nacional acerca dos segmentos de atuação da Companhia e suas controladas para análise de participação de mercado e competição. Cabe comentar que a qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para carga e embarque de bovinos, é refletida nos preços alcançados - acima da média de preços praticados nas respectivas praças.

Todas as empresas agropecuárias da WLM, em cada região, são conhecidas pela qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para embarque e desembarque de animais, alcançando diferencial considerável acima da média de preços da praça.

d) eventual sazonalidade

Segmento Automotivo

Não se aplica. As vendas são influenciadas pelo nível de atividade econômica no País.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento agropecuário

O rebanho bovino sofre os efeitos das variações climáticas, uma vez que estas influenciam a produção de pastagem o que, por consequência, afeta o ganho de peso e a reprodução dos animais. Desta forma, o manejo da produção do gado é baseado na oferta de alimento.

O nascimento dos animais ocorre no segundo semestre do ano e a desmama e venda nos meses de maio a julho.

Os animais destinados à engorda no confinamento são vendidos nos meses de setembro e outubro e a pasto nos meses de abril a junho.

A produção pecuária deve ser vendida no prazo adequado pois, a partir de um dado momento, sua manutenção na propriedade torna-se antieconômica já que continua gerando custo sem ganho produtivo.

A produção cafeeira também é afetada pela sazonalidade climática, tendo em vista que se reflete no próprio ciclo de produção da planta, com maturação e colheita entre os meses de maio a setembro e venda imediatamente após a colheita. A produção também poderá ser armazenada sem a perda da qualidade para venda estratégica.

A soja é colhida entre fevereiro e maio, podendo ser, dependendo do mercado, imediatamente comercializada ou armazenada para venda posterior.

e) principais insumos e matérias primas:

- i. **descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

Segmento Automotivo

O relacionamento da WLM com seu principal fornecedor – a Scania Brasil - se refere à aquisição de produtos da marca Scania (caminhões, chassis de ônibus, peças e lubrificantes) que são comercializados por meio da rede de concessionárias das quatro controladas (Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte) da Companhia. Todas as concessionárias são autorizadas da marca Scania, com exclusividade em suas áreas de atuação. O trabalho conjunto e o relacionamento de longo prazo entre a WLM e a Scania possibilitam que a comercialização de caminhões e ônibus seja feita por meio de programações realizadas previamente e com clientes - em grande parte das vezes - já definidos, o que possibilita baixo custo de estocagem. Por conta desta sistemática, nos últimos anos o índice de atrasos na entrega de veículos encomendados foi mínimo.

Não há processo produtivo e, portanto, não são realizadas aquisições de insumos e matérias primas. Os estoques de peças, lubrificantes e outros insumos necessários à prestação de serviços de manutenção são controlados por sistemas de alta precisão. Esses sistemas proporcionam alto giro destes itens e elevado índice de atendimento às demandas dos clientes. A velocidade na reposição por parte do principal fornecedor reduz ao máximo a imobilização dos veículos e equipamentos.

Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento de revenda de veículos e peças.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento agropecuário

Os principais insumos e matérias primas para as atividades do segmento agropecuário corretivos de solo, fertilizantes e defensivos agrícolas. A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados por meio de cotações e análise de custo/benefício dos produtos. Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Segmento Automotivo

A Companhia adquire caminhões e chassis de ônibus de um único fornecedor - a Scania - em um segmento que não realiza venda direta ao consumidor e coloca seus produtos no mercado basicamente por meio de revendedores autorizados. Ou seja, o modelo de distribuição em que a WLM atua é o padrão de comercialização existente no segmento revenda de veículos pesados. Adicionalmente, mais de 90% do volume de peças de reposição também são adquiridos da Scania, uma vez que as peças originais da marca representam garantia de qualidade tanto para os serviços de manutenção prestados como para os veículos comercializados. Eventualmente, e sem expressividade no negócio, a Companhia adquire peças de outros fornecedores, desde que estejam em conformidade com os padrões Scania.

Segmento agropecuário

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que as controladas da Companhia atuam com vários fornecedores de insumos agropecuários. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade, que deve atender a requisitos mínimos necessários para cada destinação.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Segmento Automotivo

A Companhia não adquire matérias primas e/ou insumos, pois não mantém processo produtivo. Como atua na revenda de produtos, sua rentabilidade provém de uma margem de comercialização cuja possibilidade de variação é bastante estreita, dado as características do segmento de atuação. Eventuais variações de preços, que podem ocorrer no setor de veículos pesados, são repassadas diretamente aos clientes, o que pode ocasionar efeitos relevantes sobre as vendas, dado a alta elasticidade da grande maioria dos produtos comercializados.

Segmento Agropecuário

Os preços de venda dos produtos – bovinos, café, soja e milho - estão diretamente relacionados aos preços praticados no mercado de *commodities* agropecuárias. A produção das fazendas da Companhia é de pequena magnitude, portanto não tem volume suficiente para obter condições de negociação e preços diferenciados.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a) montante total de receitas provenientes do cliente:****Segmento Agropecuário**

Não aplicável, tendo em vista que o percentual da receita líquida do segmento representa pouco mais de 1% da receita líquida total.

Segmento Automotivo

As tabelas abaixo trazem as informações relativas aos clientes relevantes por controlada:

Controlada EQUIPO			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	%
			Participação no Total
2017	JCA Locadora de Veículos Ltda	18.267	24,13%
2016	Transporte Excelsior Ltda.	10.127	17,68%
2015	Auto Viação 1001 Ltda.	17.591	20,62%
	Transporte Excelsior Ltda.	9.501	11,13%

Controlada QUINTA RODA			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	%
			Participação no Total
2017	Aranão Transportes Rodoviários Ltda.	7.715	5,77%
2016	Aranão Transportes Rodoviários Ltda.	8.021	6,39%
2015	-	-	-

Controlada ITAIPU			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	%
			Participação no Total
2017	Acelormitral Brasil S/A	13.924	6,56%
2016	Ibor Transporte Rodoviário Ltda.	9.580	5,45%
2015	Não houve	0	0,00%

Controlada ITAIPU NORTE			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	%
			Participação no Total
2017	Mineração Rio Norte S.A.	37.546	36,91%
2016	Mineração Rio Norte S.A.	22.860	20,72%
2015	Mineração Rio Norte S.A.	20.917	18,05%
	Vale S.A	15.744	13,59%

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente****Segmento Automotivo**

Controlada EQUIPO	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2017	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2016	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2015	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada QUINTA RODA	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2017	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2016	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2015	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada ITAIPU	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2017	Não houve
2016	Não houve
2015	Não houve

Controlada ITAIPU NORTE	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2017	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2016	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2015	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A atividade de comercialização de veículos pesados e de peças de reposição da marca Scania, assim como a prestação de serviços de manutenção para os produtos comercializados, não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

Da mesma forma, as atividades do segmento agropecuário da WLM – bovinocultura de corte, produção e comercialização de café em grão, soja e milho – não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia, no segmento Agropecuário, para o efetivo exercício de suas atividades, realiza um rigoroso controle de procedimentos, auxiliada por empresa externa de assessoria rural e engenharia agrônoma, para fins de manutenção e obtenção das devidas autorizações governamentais legais ambientais junto aos respectivos órgãos da Administração Pública.

As referidas autorizações, tais como, CCIR (certidão de cadastro de imóvel rural), CAR (cadastro ambiental rural), LAR (licença ambiental de regularização), APF (autorização provisória de funcionamento), LAU (licença ambiental única), PRA (programa de regularização ambiental), APP (área de preservação permanente), RL (reserva legal), CAFIR (cadastro de imóveis rurais), são concedidas por meio de solicitações e processos administrativos protocolados junto ao respectivo órgão da administração.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A WLM está sujeita a leis e regulamentos locais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente, através das atividades das seguintes empresas controladas:

- As empresas do segmento automotivo possuem coleta seletiva de lixo, estação de tratamento de esgoto sanitário e industrial, captação água pluvial e estação de tratamento de efluentes com reaproveitamento da água.
- Empresas do segmento agropecuário possuem coleta seletiva de lixo, processos nas secretarias de meio ambiente dos estados do Pará e Mato Grosso, cadastro ambiental rural e licença ambiental provisória e a definitiva em fase de liberação.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Inexistentes quaisquer dependências relacionadas a patentes, marcas, licenças, franquias ou royalties.

No que concerne às relações traduzidas na concessão comercial existente entre as empresas concessionárias controladas e o fabricante Scania, embora originariamente derivadas de contratos há décadas formalizados, hoje são regidas pela legislação específica vigente, bem assim pelas Convenções de Marcas também em vigor.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não existem receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, uma vez que não há receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Políticas socioambientais

a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não se aplica uma vez que a Companhia não divulga tais informações.

c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não se aplica uma vez que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não se aplica uma vez que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

7.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

Incorporação de empresa Controlada

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2016, a Companhia aprovou a incorporação da controlada SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA., pelo valor do patrimônio líquido contábil de R\$ 289.436,95 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme laudo pericial da empresa especializada APSIS CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA., CNPJ nº 08.681.365/0001-30, para efeito de incorporação.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados contratos pelo emissor e suas controladas que não se relacionem diretamente com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há informações dessa natureza.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1.a - Ativos imobilizados

A Companhia possui os seguintes ativos imobilizados e propriedades para investimento de valor relevante:

a.1) Ativos imobilizados

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Santa Terezinha (MT)

Área de terras designada por Gleba Edwin, localizada no Estado do Mato Grosso, Município de Santa Terezinha, Comarca de São Félix do Araguaia, com 2.053,6297ha, conforme Título Definitivo nº 01698-4TD emitido em 10 de fevereiro de 2012 pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, processo 196087/2007.

Três Rios (RJ)

Área de terras designada como Área nº 1, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.939 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 2, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.940 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 3, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 7.100,00m² (sete mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.941 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 4, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.942 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 5, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.250,00m² (cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.943 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 6, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.200,00m² (cinco mil e duzentos metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.944 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 7, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.945 do livro 2-K.

Pirajú (SP)

Lotes de terrenos no Condomínio Fazenda Santo Antônio, situado no município e comarca de Pirajú (SP), com área total de 42.995,00 m², registrados no Cartório do Registro de Imóveis de Pirajú (SP), sob as matrículas nºs 5103, 5104, 5105, 5106, 5107, 5108 e 5109 - Rua das Tulipas; 5110, 5111, 5112, 5113, 5114, 5115 e 5116 - Avenida dos Flamboyants; 5125 - Rua Girassol; 5117, 5118, 5119 e 5120 - Rua das Acácias e 5121, 5122, 5123 e 5124 - Rua Amor Perfeito.

Itanhaém (SP)

Lote de terreno nº 47, quadra "E" – Vila Parque Fluvial, situado no município e comarca de Itanhaém (SP), com área de 2.925,00 m², registrado sob a matrícula nº 3.584, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itanhaém (SP).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Rio de Janeiro (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, à Rodovia Presidente Dutra nº 2.351 – Km 2, Pavuna e, respectivo terreno, lote nº 1, de 2ª categoria, do PA: 42,280, medindo: 159,80m x 149,80m, devidamente registrado no 8º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro – RJ, sob o nº 123.579, no livro 2-DJ-9, às fls. 18.

Barra Mansa (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Município de Barra Mansa(RJ), à Rodovia Presidente Dutra, Km 102, designado por lote B, com área de 19.200m2, devidamente registrado no 4º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Barra Mansa – RJ, sob o nº 9.474, no livro nº 2 – AG, às fls. 210.

Carapebus (RJ)

Área de terras contando 25.000,00 m2, desmembrada de maior porção do imóvel rural denominado Andorinha, situado no Município de Carapebus, Estado do Rio de Janeiro, adquirida através de escritura pública de compra e venda lavrada em 13.02.2012, no Cartório do 10º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no livro 6694, fls. 167/169, ora em fase de registro perante o Cartório do Ofício Único de Carapebus/RJ.

ITAIPIU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Contagem (MG)

Imóvel localizado no Estado de Minas Gerais, Município de Contagem, à Rodovia Fernão Dias nº 4000 – BR 381, com área de 29.000m2, denominada “E”, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Contagem – MG, sob o nº 4.538, no livro nº 3-D, às fls. 175.

Betim (MG)

Área de terras com aproximadamente 45.651,00m2, composta de 22 (vinte e dois) lotes com dimensões variadas, localizadas no Bairro Cidade Verde, zona urbana do Município de Betim, Estado de Minas Gerais, adquiridas através de escritura pública de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca, lavrada em 17.08.2011 no Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Betim, no livro 0230, fls. 058/061, devidamente descritas e caracterizadas nas matrículas nºs 33.677, 51.110, 51.111, 51.112, 51.113, 51.114, 51.115, 51.116, 51.117, 51.118, 51.119, 51.120, 51.121, 51.122, 51.123, 51.124, 55.900, 55.901, 55.902, 55.903, 55.904 e 48.375, do Cartório de Registro de Imóveis de Betim/MG.

Betim (MG)

Trecho de parte da Rua Castor, com área de 4.069,81m2, situada no Bairro Cidade Verde, no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, adquirido através de escritura pública de compra e venda, lavrada em 30 de maio de 2012 no Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Betim, no Livro 0238, folhas 075/076, devidamente descrito e caracterizado conforme a matrícula de nº 146322, do Cartório de Registro de Imóveis de Betim/MG.

Montes Claros (MG)

Uma parte de terras, com área de 2,0063 ha, integrante da gleba nº 05 (cinco), situada na propriedade rural denominada “Melancias e Lages”, integrante da primitiva Fazenda Montes Claros, localizada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros/MG, no 2.2.CG, fls.136, sob o nº 1, na matrícula 42.756.

Juiz de Fora (MG)

Gleba de nº L-2, no Loteamento do Distrito Industrial I, do Município de Juiz de Fora, com área de 10.500 m2, às margens da BR 040, no KM 776,8, área esta sobre a qual existe uma edificação com 3.000 m2, conforme consta na matrícula nº 61.599, no Livro 2RG, ficha 61.599, do Cartório de 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG.

Imóvel com área de 20.662,00m2, localizado no Estado de Minas Gerais, Município de Juiz de Fora à Rodovia BR-040 s/nº, Bairro Colônia de São Pedro, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, 3º Ofício da Comarca de Juiz de Fora – MG, Ficha nº 18.005, Livro nº 2, R-3.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Sumaré (SP)

Área situada no Estado de São Paulo, Comarca de Sumaré, distrito de Nova Veneza, Bairro São Francisco, à Rodovia Anhanguera s/nº - Km 114,5, com área total de 79.294m2, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré, sob o nº 5805, livro 2, fls.1-2.

Bauru (SP)

Imóvel localizado no município de Bauru, Estado de São Paulo, à Rua Inácio Conceição Vieira nº 55, com área total de 13.404,50 m2, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Bauru, sob o nº 22.421, livro 2, fls.1-3.

Araçatuba (SP)

Imóvel localizado na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Marcos Toquetão nº 50, com 14.100m2, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba, sob o nº 42.040, livro 2, fichas 1-2.

ITAIPIU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Marabá (PA)

Imóvel localizado no Estado do Pará, Município de Marabá, à Rodovia PA, 150, Km 8,5, com área de 10.000m2, devidamente registrado no Registro Geral da Comarca de Marabá, sob o nº 13.430, às fls. 001, do Livro Ficha 2.

Marituba (PA)

Imóvel com área total de 114.768,00 m2, localizado no Estado do Pará, Município de Marituba, que faz frente para a Rodovia BR-316, Km 11, nº 2.807, Bairro São João, Setor IV, devidamente registrado no Cartório do Registro Geral de Imóveis de Marituba/PA, sob o nº 1.196, do Livro nº 2, Ficha nº 01 F.

Novo Progresso (PA)

Lotes urbanos de números 1 a 24, integrantes da Quadra 285, situada na Avenida Dr. Isaias Pinheiro, Bairro Bela Vista, na Cidade e Comarca de Novo Progresso, Estado do Pará, cujas áreas, somadas, totalizam 10.842,209m2 e perímetro de 461,50m, registrados no Cartório do Registro de Imóveis de Novo Progresso (PA), sob as matrículas de nºs 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2527, 2528, 2529, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542 e 2543.

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.

Fazenda São João do Atibaia - Imóveis rurais com área total de 143,13 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis das comarcas de Pedreira e Jaguariúna (SP):

Fazenda São João do Atibaia

Imóvel rural denominado Fazenda São João do Atibaia, localizado parte no município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira e, parte inclusive as benfeitorias e sede, no município e comarca de Campinas (SP), com área de 104,41ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 80.001, da Comarca de Campinas (SP).

Sítio Recreio

Imóvel rural denominado Sítio Recreio, no município de Jaguariúna, comarca de Pedreira(SP), com área de 38.72,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira, sob o nº R-2-M-3.409, Livro nº 276, fls. 17-18.

Fazenda São Judas Thadeu - Imóveis rurais com área total de 677,54 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG):

Fazenda São Judas Thadeu

Imóvel rural denominado Fazenda São Judas Thadeu, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 484,00ha, de terras de várias sortes, com benfeitorias, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG), sob o nº 27.694, do livro 3-U, às fls. 352.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Gleba Taquaral

Área de terras, denominada Taquaral, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 10,89ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 9.041, do livro nº 2, ficha nº 1.

Gleba Taquaral ou Usina

Área de terras, denominada Taquaral ou Usina, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 158.63.71ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº R3-M-15.934, do livro nº 67, às fls.007.

Córrego das Contas

Imóvel agrícola, denominado Córrego das Contas, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 24.02.75ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 20.289, do livro nº 2, ficha nº 1.

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

Imóveis rurais com área total de 53.087,17 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA)

Fazenda São João (Lotes 32 a 35)

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.451, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.452, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.453, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.454, livro 2M.

Santa Fé – Lotes 44 e 49

Terreno rural, constituído por parte dos lotes 44 e 49, Região do Rio Campo Alegre, município e comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 535,27,39ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 440, livro 2, fl. 01.

Núcleo Barra das Princesas

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.586,40ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.456, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.457, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.455, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.504,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.459, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.458, livro 2M.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 3.013, livro 2P.

Núcleo Santana Rios

Terreno rural constituído pelo lote nº 38, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 3.778,50ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 901, livro 2D, fl. 001.

Terreno rural constituído pelo lote nº 39, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.768,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 902, livro 2D, fl. 001.

AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.

Imóveis rurais com área total de 46.632,90 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica(MT).

Fazenda Belagro

Gleba de terras, denominada Gleba Belagro, situada no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área total de 20.761,10 ha, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 4.119, livro 2.

Fazenda Gaiola de Ouro

Lote de terras, denominado Fazenda Gaiola de Ouro, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 6.764,6ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 3.655, livro 2.

Gleba Araguaia

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.582,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.652, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 706,20ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.653, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.928,90ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.651, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 4.778,50ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.654, livro 2.

Gleba Santo Antônio

Lote de terras, denominado Santo Antônio, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área de 6.103,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 4.120, livro 2.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a.2) Propriedades para Investimento

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Jaguariúna (SP)

Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000 m²(136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.

Santana do Araguaia (PA)

Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo:

Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA).

Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).

Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Os bens da Companhia e de suas Controladas estão descritos no quadro 9.1	Brasil			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA - Nominativa - Registro nº 815.884.133 - Classe 22:10	13/10/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 819.994.375 - Classe 40:15-20	22/08/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 819.994.421 - Classe 07:10-25-35	21/09/20019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 819.994.448 - Classe 07:55-60	21/09/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 810.532.131 - Classe 38:50	20/09/2018	Informações detalhadas 9.2	Informações detalhadas 9.2
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 810.532.115 - Classe 40:15	23/07/2015	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	wlm.com.br	28/06/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	equiporj.com.br	29/09/2020	Informações detalhadas no 9.2.	Informações detalhadas no 9.2.
Concessões	itaipumg.com.br	29/09/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	quintaroda.com.br	06/09/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	lemosdemoraes.com.br	28/06/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	SUMASA - Nominativa - Registro nº 816.635.471 - Classe 19:60	09/11/2013 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 810.532.123 - Classe 35:10	23/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 818.040.629 - Classe 35:10	05/11/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	itaipuweb.com.br	29/05/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	fazendafatura.com.br	04/07/2022	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Concessões	wlmscania.com.br	10/07/2026	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	WLM - Figurativa - Registro nº 827.910.002 - Classe NCL(8)36	03/02/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	WLM - Nominativa - Registro nº 827.541.953 - Classe NCL(8)36	18/10/2021	Informação detalhada no 9.2	Informação detalhada no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.066 - Classe 07:10-25-35	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	FARTURA - Mista - Registro nº 909.757.003 - Classe NCL(10)31	30/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando processamento no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	FARTURA - Mista - Registro nº 909.757.232 - Classe NCL (10) 37	30/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando processamento no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	FARTURA - Mista - Registro 909.756.937 - Classe NCL (10) 19	30/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando processamento no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAIM - Nominativa - Registro nº 815879156 - Classe 40:15	12/11/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAIPU - Nominativa - Registro nº 740.036.424 - Classe 37:43	19/04/2023	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ITAIPU - Nominativa - Registro nº 815.875.215 - Classe 40:15	01/09/2022	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAPURA - Nominativa - Registro nº 740.037.692 - Classe 31:10-20	05/03/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.031 - Classe 40:15-20	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.040 - Classe 37:42-43	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.058 - Classe 07:55-60	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 007.008.287 - Classe 37:42-43	25/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 740.093.487 - Classe 40:15-20	12/07/2013(*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 819.969.672 - Classe 07:55-60	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 819.969.702 - Classe 07:10-25-30	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAPURA - Nominativa - Registro nº 816.037.523 - Classe 30:10	01/12/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ITAPURA - Nominativa - Registro nº 816.037.531 - Classe 22:10	01/12/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Figurativa - Registro nº 006.323.154 - Classe 37:43	25/05/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Nominativa - Registro nº 740.036.416 - Classe NCL(8) 37	27/10/2021	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Nominativa - Registro nº 815875.223 - Classe 07:25-55-60	21/07/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Nominativa - Registro nº 815.875.231 - Classe 40:15	28/11/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Rio de Janeiro e filial no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	52.195.692,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-14,715207	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Rio de Janeiro e filial no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	51.652.995,00		
31/12/2016	-1,039735	0,000000	0,00					
31/12/2015	-14,715207	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Rio de Janeiro e filial no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	7,848825	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	55.707.148,00		
31/12/2016	-1,039735	0,000000	0,00					
31/12/2015	-14,715207	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
---------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	--	------------

				Valor mercado		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	33.766.221,00
31/12/2016	-1,388409	0,000000	0,00			
31/12/2015	-6,762510	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
---------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	--	------------

				Valor mercado		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	34.241.635,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	-6,762510	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ		A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-3,397632	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	32.618.969,00		
31/12/2016	-1,388409	0,000000	0,00					
31/12/2015	-6,762510	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	51284-2	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Fartura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tendo como filial a Fazenda São João, localizada no Município de Santana do Araguaia – PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte, cultivo de milho e soja.	99,340000
				Valor mercado				
31/12/2017	8,339991	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	65.672.021,98		
31/12/2016	-6,117243	0,000000	0,00					
31/12/2015	-10,733019	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Há mais de 40 anos, a Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	51284-2	Controlada	Brasil	RJ		A Fartura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tendo como filial a Fazenda São João, localizada no Município de Santana do Araguaia – PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte, cultivo de milho, soja e arroz.	99,260000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	64.566.279,52		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-10,733019	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 40 anos, a Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.

FATURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	51284-2	Controlada	Brasil	RJ		A Fatura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tendo como filial a Fazenda São João, localizada no Município de Santana do Araguaia – PA, onde explora as atividades pecuária de corte e agricultura.	99,260000
-------------------------	--------------------	---------	------------	--------	----	--	---	-----------

				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	60.616.603,03		
31/12/2016	-6,177243	0,000000	0,00					
31/12/2015	-10,733019	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 40 anos, a Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial destas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	A Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. é uma sociedade limitada, concessionária de produtos da marca SCANIA, que atua na venda de ônibus, caminhões, peças e assistência técnica, com sede na cidade de Contagem e filiais nos municípios de Matias Barbosa, Montes Claros, Inconfidentes (Contagem), Patos de Minas, Barão de Cocais e Perdões, todos localizados no Estado de Minas Gerais. Localizada junto ao maior polo de minerações do País, a Itaipu possui unidades de vendas e de serviços para atendimento exclusivo às empresas mineradoras, de forma a garantir o fornecimento de peças para reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mais diversos locais de exploração de minério.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-1,283923	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	75.174.436,00		
31/12/2016	-14,843500	0,000000	0,00					
31/12/2015	5,428131	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36	-	Controlada	Brasil	MG		A Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. é uma sociedade limitada, concessionária de produtos da marca Scania, que atua na venda de ônibus, caminhões, peças e assistência técnica, com sede na cidade de Contagem e filiais nos municípios de Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Barão de Cocais, Perdões e Contagem, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. Localizada junto ao maior polo de minerações do País, a Itaipu possui unidades de vendas e de serviços para atendimento exclusivo às empresas mineradoras, de forma a garantir o fornecimento de peças para reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mais diversos locais de exploração de minério.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Valor mercado								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	89.426.140,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	5,428131	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia								
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36	-	Controlada	Brasil	MG		A Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. é uma sociedade limitada, concessionária de produtos da marca SCANIA, que atua na venda de ônibus, caminhões, peças e assistência técnica, com sede na cidade de Contagem e filiais nos municípios de Matias Barbosa, Montes Claros, Patos de Minas, Barão de Cocais e Perdões, todos localizados no Estado de Minas Gerais. Localizada junto ao maior polo de minerações do País, a Itaipu possui unidades de vendas e de serviços para atendimento exclusivo às empresas mineradoras, de forma a garantir o fornecimento de peças para reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mais diversos locais de exploração de minério.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	76.152.171,00		
31/12/2016	-14,843500	0,000000	0,00					
31/12/2015	7,325621	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA	Marituba	A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas, Marabá, Ourilândia, Oriximiná e Novo Progresso, todos localizados nos Estado do Pará e em São Lázaro, Macapá/AP, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-2,328946	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	54.824.752,00		
31/12/2016	6,379037	0,000000	0,00					
31/12/2015	4,883252	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA		A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas, Marabá, Ourilândia, Oriximiná e Novo Progresso, todos localizados nos Estado do Pará e em São Lázaro, Macapá/AP, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	52.766.070,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	4,883252	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA		A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas, Marabá, Ourilândia, Oriximiná e Novo Progresso, todos localizados nos Estados do Pará e em São Lázaro, Macapá/AP, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	56.132.037,00		
31/12/2016	6,379037	0,000000	0,00					
31/12/2015	4,883252	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	32.168.476,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	3,171435	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2017	3,171435	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	30.773.142,00		
31/12/2016	-7,278194	0,000000	0,00					
31/12/2015	3,153190	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	29.827.192,00		
31/12/2016	-7,278194	0,000000	0,00					
31/12/2015	3,153190	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma sociedade limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Porto Ferreira, Bauru e Araçatuba, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica. Possui certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard), concedida pela Scania devido a sua excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,596122	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	53.729.422,00		
31/12/2016	-9,956689	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

31/12/2015	-0,146068	0,000000	0,00					
------------	-----------	----------	------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP		A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma sociedade limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Porto Ferreira, Bauru e Araçatuba, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica. Possui certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard), concedida pela Scania devido a sua excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente.	100,000000
--------------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	--	--	------------

Valor mercado

31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	59.317.040,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00		
31/12/2015	-0,146068	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Araçatuba, Bauru e Porto Ferreira, todos localizadas no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
--------------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	--------	--	------------

Valor mercado

31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016	53.411.027,00
31/12/2016	-9,956689	0,000000	0,00		
31/12/2015	-0,146068	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.	16.738.098/0001-19	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Empresa com operação descontinuada.	100,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	-------------------------------------	------------

Valor mercado

31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	347.766,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-20,452263	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.	16.738.098/0001-19	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Empresa com operação descontinuada.	100,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	-------------------------------------	------------

Valor mercado

31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	161.826,00		
31/12/2016	-53,466986	0,000000	0,00					
31/12/2015	-20,452263	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Tabela A** - Registros e pedidos de registro de marcas no Brasil, em nome da Companhia ou de suas Controladas, além de marcas de seu interesse:

Marca	Tipo	Registro nº	Classe	Data do Depósito	Vigência	Território atingido	Titularidade
WLM	Figurativa	827.910.002	NCL(8)36	31/10/2005	03/02/2019	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
WLM	Nominativa	827.541.953	NCL(8)36	03/06/2005	18/10/2021	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
EQUIPO	Nominativa	007.008.287	37:42-43	18/04/1974	25/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	740.093.487	40:15-20	23/05/1974	12/07/2023	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.672	07:55-60	14/07/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.702	07:10-25-30	14/07/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.421	07:10-25-35	30/07/1997	21/09/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.448	07:55-60	30/07/1997	21/09/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.031	40:15-20	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.040	37:42-43	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.058	07:55-60	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.066	07:10-25-35	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
FARTURA	Mista	909.756.937	NCL(10) 19	30/07/2015	21/11/2027	Brasil	Fartura Agropecuária S.A.
FARTURA	Mista	909.757.003	NCL(10) 31	30/07/2015	21/11/2027	Brasil	Fartura Agropecuária S.A.
FARTURA	Mista	909.757.232	NCL(10) 37	30/07/2015	21/11/2027	Brasil	Fartura Agropecuária S.A.
ITAIM	Nominativa	815.879.156	40:15	12/11/1990	12/11/2026	Brasil	Itaim Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPI	Nominativa	740.036.424	37:43	09/11/1974	19/04/2023	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPI	Nominativa	815.875.215	40:15	07/11/1990	01/09/2022	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAPURA	Nominativa	740.037.692	31:10-20	08/03/1974	05/03/2025	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.523	30:10	07/02/1991	01/12/2022	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.531	22:10	07/02/1991	01/12/2022	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
QUINTA RODA	Figurativa	006.323.154	37:43	06/03/1974	25/05/2026	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	740.036.416	NCL(8) 37	06/03/1974	27/10/2021	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.223	07:25-55-60	07/11/1990	21/07/2022	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.231	40:15	07/11/1990	28/11/2025	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA	Nominativa	815.884.133	22:10	19/11/1990	13/10/2022	Brasil	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.
SUMASA	Nominativa	816.635.471	19:60	26/02/1992	09/11/2023	Brasil	Sumasa Indústria e Comércio Ltda.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.131	38:50	12/06/1981	20/09/2018	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	818.040.629	35:10	26/09/1994	05/11/2026	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.

9.2 - Outras informações relevantes

Tabela B – Principais domínios da WLM e controladas na rede mundial de computadores (Internet):

Domínios	Vencimento
wlm.com.br	28/06/2020
equiporj.com.br	29/09/2020
itaipumg.com.br	29/09/2020
itaipunorte.com.br	24/03/2020
quintaroda.com.br	06/09/2020
itaipuweb.com.br	29/05/2020
fazendafatura.com.br	04/07/2022
wlmscania.com.br	10/03/2026
Itaipuseminovos.com.br	08/05/2020
leмосdemoraes.com.br	28/06/2020

i. Duração

Conforme tabelas “A” e “B” acima.

ii. Território Atingido

No Brasil, o registro de marca tem vigência de dez anos contados da data de concessão, sempre podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. As datas de concessão e validade dos registros encontram-se citadas na Tabela “A” (marcas no Brasil), assim como a descrição dos pedidos de registro de marca sob análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

No âmbito administrativo junto ao INPI, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do Instituto podem ser negados (indeferidos), sendo possível a apresentação prévia de Oposição por terceiros interessados, dentro do prazo legal pertinente. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar nossos registros, como por exemplo por meio de processos administrativos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade. Os requerimentos podem ser parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada, durante 5 anos consecutivos, tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a WLM está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória, ou que requeiram judicialmente a anulação de ato oficial do INPI, por exemplo, em ação de nulidade de registro de marca.

9.2 - Outras informações relevantes

A manutenção dos registros de marcas é realizada por intermédio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal (ou até perder o direito de utilização da própria marca em razão de terceiro, tendo em vista que no Brasil a marca é protegida com base na data de prioridade do registro vigente e não pelo uso). Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Não há como identificar o impacto além do descrito.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Os diretores devem comentar sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras de 2017 da WLM foram elaboradas seguindo os princípios estabelecidos pelo *IFRS – International Financial Reporting Standards*, assim como as demonstrações financeiras de 2016 e 2015, que serão aqui utilizadas para comparar a evolução do desempenho.

A WLM encerrou o exercício social de 2017 com situação financeira e patrimonial suficiente para arcar com os seus compromissos, preservando alto nível de liquidez, a despeito da contratação de empréstimos para o custeio da safra de café e modernização de maquinário do segmento agropecuário e linha de crédito rotativo para financiamento de caminhões usados. Em 2016 e 2015, a Companhia manteve sua posição de não alavancagem financeira, registrando, em ambos os anos, endividamento zero no curto e no longo prazo.

Para a efetiva análise das condições patrimoniais da WLM, ressalta-se que as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e o Formulário DFP - data base 31.12.2017, adotam o critério de mensuração do ativo imobilizado a valor de custo, com os devidos ajustes retrospectivos, conforme Fato Relevante publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil no dia 28 de fevereiro de 2018, dado que a Companhia acatou determinação da CVM a respeito, com a inclusão de nota explicativa específica, anterior às demais notas (*nota explicativa 3.2 – Reapresentação de exercícios anteriores*).

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Total atingiu R\$ 473,8 milhões, 2,4% abaixo dos R\$ 485,6 milhões registrados no encerramento do exercício de 2016. Em 31/12/2015, o montante do Ativo Total correspondeu a R\$ 485,9 milhões. A conta “Caixa e equivalentes de caixa” registrou R\$ 9,4 milhões em 31/12/2017, redução de 69,7% frente os R\$ 31,0 milhões de 31/12/2016. No encerramento do exercício de 2015, o montante da conta “Caixa e equivalentes de caixa” era de R\$ 20,7 milhões. A variação entre os exercícios 2017 e 2016 decorre da migração de parte dos recursos para a conta de “Aplicações financeiras” em função da gestão eficiente da administração do caixa. Dessa forma, a conta “Aplicações financeiras” totalizou R\$ 29,8 milhões no encerramento do exercício de 2017, montante 2,0 vezes superior aos R\$ 14,8 milhões registrados no encerramento do exercício anterior, enquanto no exercício de 2015 a conta encerrou o período somando R\$ 50,8 milhões. A conta “Contas a receber de clientes” do ativo circulante apresentou variação negativa de 8,3% ao passar de R\$ 60,2 milhões em 31/12/2016 para R\$ 55,2 milhões em 31/12/2017. Ao final do exercício de 2015, o valor era de R\$ 37,5 milhões.

No 3T17, a Companhia recebeu de pedido de compra de 55 chassis de ônibus com adiantamento de R\$ 14,0 milhões, contabilizados na conta “Crédito de clientes” do passivo circulante. Desse total, R\$ 13,9 milhões foram pagos à Scania e apresentados na conta “Adiantamento a fornecedores” do ativo circulante ao fim do exercício social de 2017. A operação foi concretizada no primeiro trimestre de 2018.

As exigibilidades do Passivo Total apresentaram redução de 6,9%, passando de R\$ 105,9 milhões em 31/12/2016 para R\$ 98,6 milhões no encerramento do exercício 2017. Em 31/12/2015, o montante registrado era de R\$ 86,4 milhões. A conta “Contas a pagar” totalizou R\$ 32,9 milhões em 31/12/2017, 15,8% inferior aos R\$ 39,1 milhões de 31/12/2016 sendo que, ao final do exercício de 2015, o valor reportado foi de R\$ 17,5 milhões.

Após anos sem a contratação de qualquer tipo endividamento, em 2017 a Companhia contraiu empréstimo para o custeio da safra de café e modernização de maquinário do segmento agropecuário e linha de crédito rotativo para financiamento de caminhões usados. Dessa forma, no passivo circulante, a conta “Empréstimos e financiamentos” atingiu R\$ 1,4 milhão, enquanto a mesma conta no Passivo Não Circulante totalizou R\$ 0,3 milhão.

A conta “Outras Obrigações” do passivo circulante apresentou retração de 39,5%, passando de R\$ 4,0 milhões em 31/12/2016 para R\$ 2,4 milhões ao final do exercício de 2017. Em 31/12/2015 o montante era de R\$ 0,8 milhão. A mesma conta no Passivo Não Circulante atingiu R\$ 1,7 milhão no encerramento do exercício de 2017, montante 3,4 vezes superior ao verificado em 31/12/2016. As diferenças

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

percentuais de ambas as contas representam variações na aquisição de cotas de consórcio, provisões para honorários de êxito, provisões administrativas e contratos de seguros a pagar.

A despeito da melhora do resultado líquido da Companhia no último exercício social, a grave crise econômica nos anos de 2015 e 2016 impactaram negativamente os resultados da Companhia. Dessa forma, apesar da retomada verificada em 2017, a conta "Dividendos a pagar" sofreu redução nos últimos três exercícios ao atingir R\$ 1,2 milhão em 2017, redução de 28,5% na comparação com o exercício anterior. Dado o prejuízo líquido ajustado no exercício de 2017 a Companhia não provisionou dividendo mínimo obrigatório. No exercício de 2015, o montante distribuído a título de dividendos somou R\$ 3,3 milhões em 2015.

b. Estrutura de capital:

O Patrimônio Líquido em 31/12/2017 totalizou R\$ 375,1 milhões, com redução de 1,2% frente os R\$ 379,6 milhões em 31/12/2016. Em 31/12/2015, o valor registrado foi de R\$ 399,0 milhões.

2017: 79,2% capital próprio e 20,8% capital de terceiros

2016: 78,2% capital próprio e 21,8% capital de terceiros

2015: 82,2% capital próprio e 17,8% capital de terceiros

Composição do capital de terceiros e indicador dívida líquida / Ebitda – (R\$ mil)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidade	39.215	45.899	71.504
Dívida de curto prazo	1.456	-	-
Dívida de longo prazo	353	-	-
Dívida líquida (caixa líquido)	(37.405)	(45.899)	(71.504)
Ebitda	(5.227)	(22.754)	(991)
Dívida líquida / Ebitda (*)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

(*) No encerramento dos três exercícios analisados a WLM possuía caixa líquido - não dívida líquida - e, portanto, o indicador Dívida líquida/Ebitda não é aplicável.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício de 2017, a WLM contraiu empréstimo para o custeio de safra e aquisição de maquinário do segmento agropecuário e linha de crédito rotativo para financiamento de caminhões usados, totalizando R\$ 1,8 milhão, sendo R\$ 1,4 milhão de curto prazo e R\$ 0,3 milhão de longo prazo. Nos exercícios 2016 e 2015, a Companhia não tinha qualquer dívida financeira registrada, seja de curto ou longo prazo.

Nos três exercícios analisados, apresentou resultado financeiro líquido positivo em suas demonstrações de resultados (DRE). A geração de caixa proveniente das atividades operacionais e a posição de liquidez da Companhia nos permitem afirmar que, na WLM, temos plena capacidade de honrar nossos compromissos financeiros nos próximos anos.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ciclo de caixa (número de dias médios em dezembro)	25	38	30
Ebitda / Dívida líquida *	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Ebitda / Despesa financeira líquida (vezes) *	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Dívida de longo prazo (% da dívida bruta, em 31 de dezembro)	19,5%	0%	0%

(*) Os itens considerados "não aplicáveis" justificam-se pela preservação de disponibilidades financeiras, mantendo-se caixa líquido. Adicionalmente, a Companhia registrou, nos três períodos em questão, receita financeira superior à despesa financeira, com saldo de receita financeira líquida.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para o financiamento de investimentos em ativos circulantes e não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos recursos próprios e geração de caixa operacional, além de eventual captação de recursos no sistema financeiro nacional e a utilização de linhas de capital de giro (a exemplo da Operação de Vendor) disponíveis a partir de contratos firmados com instituições financeiras sólidas. No exercício de 2017, a Companhia contratou crédito para o custeio agrícola de café (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ), sendo aplicados no Capital de giro, e linha de financiamento destinada a modernização de frota (Finame - BNDES), recursos aplicados no Imobilizado.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando o perfil atual de liquidez da WLM e o apresentado nos últimos exercícios, não consideramos haver cenário provável de deficiência de liquidez. Mantemos firme controle, com acompanhamento de nosso fluxo de caixa no dia a dia, e administramos nossa posição financeira, sempre de acordo com nossa capacidade de pagamento. Adotamos política de não operar com base em alavancagem financeira.

Temos capacidade para financiar investimentos para manter a eficiência e o crescimento dos negócios com capital próprio. Eventuais necessidades de captação de recursos serão sempre analisadas cuidadosamente e, caso sejam interessantes para os negócios da WLM, serão tomados de maneira a manter nossos padrões de gestão de caixa, nível de liquidez e reduzido grau de alavancagem financeira.

Pretendemos manter essa administração cuidadosa do aspecto financeiro. A intenção da Diretoria é continuar administrando a questão financeira de modo a garantir a otimização do uso de recursos próprios, maximizando a rentabilidade de sua operação e do seu caixa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como citado anteriormente, a WLM contraiu, no exercício de 2017, financiamento junto a instituições financeiras para o custeio de safra agrícola e aquisição e de maquinário do segmento agropecuário e linha de crédito rotativo para financiamento de caminhões usados.

A principal categoria de dívida da Companhia corresponde a recursos provenientes do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, no montante de R\$ 1,2 milhão, e foram destinados ao custeio agrícola do café. A amortização será realizada em parcela única, com vencimento em 29/12/2018, no montante correspondente ao principal, acrescido dos encargos financeiros. Além disso, obtivemos junto ao BNDES recursos do programa Finame, linha de financiamento destinada para aquisição de máquinas e equipamentos e a modernização de frota. As amortizações são realizadas anualmente, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/03/2018 a 15/03/2022.

Nos quadros resumo abaixo estão os valores da dívida bruta, de curto e longo prazo:

Descrição	(R\$ mil)		
	2017	2016	2015
Dívida bruta	1.809	0	0
Ganhos (perdas) não realizadas com operações de derivativos	0	0	0
Caixa e equivalentes	39.215	45.899	71.504
Dívida líquida / (caixa líquido)	37.406	Não aplicável	Não aplicável

Endividamento perfil (%)	2017	2016	2015
Longo prazo	19,5%	0%	0%
Curto prazo	80,5%	0%	0%
Moeda nacional (%)	100%	0%	0%
Moeda estrangeira (%)	0%	0%	0%

Dívida de longo prazo - vencimentos	(R\$ mil)		
	2017	2016	2015
Em 2015	0	0	0
Em 2016	0	0	0
Em 2017	0	0	0
Em 2018	1.456	0	0
Em 2019 e anos seguintes	353	0	0

Nos exercícios de 2016 e 2015, a WLM não registrava qualquer exposição a empréstimo ou financiamento de terceiros.

Nos três últimos exercícios a Companhia também não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, uma vez que a WLM não mantém quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- iii. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Não se aplica, já que a WLM não tem contratos de financiamento firmados nos quais existam cláusulas e condições a serem cumpridas - *covenants* – relacionadas ao seu grau de liquidez.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica, uma vez que a WLM não tem financiamentos contratados para serem utilizados em tranches.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise aqui apresentada para os anos de 2017, 2016 e 2015 refere-se aos resultados e balanços patrimoniais consolidados da WLM. As referidas demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os ajustes já regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e modificações introduzidas pela lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/08, convertida na lei 11.941/09.

Ressalta-se que as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data base 31/12/2017, adotam o critério de mensuração do ativo imobilizado a valor de custo, com os devidos ajustes retrospectivos, conforme Fato Relevante publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil no dia 28 de fevereiro de 2018, dado que a Companhia acatou determinação da CVM a respeito dos ajustes e respectivos esclarecimentos, com a inclusão de nota explicativa específica, anterior às demais notas (*nota explicativa 3.2 – Reapresentação de exercícios anteriores*).

Análise do desempenho 2017 x 2016 x 2015

Em 2015, as incertezas políticas e econômicas se intensificaram no decorrer do ano, de forma que os indicadores macroeconômicos, espelhando a conjuntura, não trouxeram boas novidades. A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano com alta acumulada de 10,67% enquanto o PIB registrou queda de 3,8%, o pior resultado desde o início da série histórica com a metodologia de cálculo adotada pelo IBGE a partir de 1996. Além disso, o conturbado cenário político vivenciado pelo País tem potencializado o fraco desempenho da atividade econômica, uma vez que os empresários e consumidores não vislumbram perspectiva de melhora dos fundamentos econômicos. Dado que as atividades da WLM são voltadas principalmente para o mercado interno, esses fatores impactaram diretamente os resultados da Companhia. Mesmo frente às adversidades da conjuntura econômica, a WLM entregou melhores margens de venda e redução nas despesas operacionais, demonstrando os esforços para ajustar as atividades perante o complicado contexto macroeconômico e setorial.

Em 2016, a continuidade do conturbado ambiente político somou-se a maior recessão da história do País. O PIB recuou 3,6% no ano e desde 2014, ano de início da recessão, a queda acumulada atinge 9%. O desemprego atingiu milhões de trabalhadores e a atividade industrial permaneceu sem sinais de recuperação. A lenta retomada da atividade e seus efeitos sobre o mercado de trabalho aliados à baixa confiança dos consumidores e ao forte endividamento das famílias manteve a demanda doméstica contraída, contribuindo para a desaceleração da inflação que encerrou 2016 no patamar de 6,29%. Esse cenário permitiu o afrouxamento monetário por parte do Banco Central. Nesse sentido, por mais um ano, os resultados da Companhia foram diretamente afetados pela retração da atividade econômica. Frente à

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

adversidade da conjuntura vivenciada em 2016, a WLM adotou uma postura proativa a fim de preparar-se para a retomada da atividade econômica prevista para os próximos anos, adotando uma série de medidas em suas áreas de atuação.

Em 2017 a economia brasileira apresentou sinais de retomada de atividade econômica, especialmente no segundo semestre. Após 2 anos de recessão, a inflação medida pelo IPCA encerrou o ano abaixo do piso inferior do intervalo da meta do Banco Central, em 2,95%. Esse forte processo desinflacionário permitiu um ciclo de corte na taxa básica de juros (Selic) que, ao final de 2017 atingiu 7%, o menor nível histórico registrado, além de queda, em menor grau, do desemprego, aumento da renda e melhora do consumo das famílias. Ainda que tenha sido impactado pela grave crise dos anos anteriores, dado que seus segmentos de atuação estão intrinsecamente ligados ao nível de atividade econômica no Brasil, a WLM implementou uma série de mudanças em todas as áreas e atividades da Companhia em um processo contínuo de redução de despesas.

Receita operacional líquida

A principal fonte de receita da WLM advém do segmento automotivo, com a comercialização de caminhões (pesados e extrapesados), chassis de ônibus (rodoviários e urbanos), suas peças e prestação de serviços de manutenção: 97,2% da receita bruta obtida no exercício de 2017, 96,9% da receita bruta obtida no exercício de 2016, 97,5% da receita bruta obtida no exercício de 2015.

Desde 2005, é uma das líderes nacionais na venda de veículos pesados Scania e detém o primeiro lugar na comercialização de peças da marca no Brasil. Ao final do exercício de 2017, a Companhia contava com uma rede de quatro concessionárias com vinte estabelecimentos localizados em cinco estados do Brasil, – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pará e Amapá. Algumas de suas concessionárias contam, ainda, com postos avançados dedicados à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em atendimento a demandas específicas de clientes.

Ainda que represente pequena parcela nas receitas consolidadas da Companhia, a atuação no setor agrícola, com atividades nos segmentos de pecuária, cafeicultura e produção de soja e milho, tem aumentado sua participação nos resultados consolidados da WLM.

Como sua principal atividade operacional tem forte correlação com o nível de investimento na economia doméstica, o desempenho da receita operacional da WLM nos exercícios de foi prejudicado pelo cenário econômico, em especial, nos anos de 2016 e 2015. A evolução do PIB reflete essa deterioração, chegando à retração de 3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016. Ao mesmo tempo, a inflação oficial medida pelo IPCA veio crescendo, chegando aos dois dígitos, com 10,67% em 2015 e atingindo 6,29% em 2016. Em 2017, em função da contenção de preços decorrente da crise econômica dos anos anteriores aliada ao controle das expectativas dos agentes de mercado, a inflação alcançou o patamar de 2,95%, abaixo do piso inferior do intervalo da meta do Banco Central, e permitiu um ciclo de corte de juros com a taxa básica (Selic), que atingiu 7% ao final do ano. Dessa forma, a economia apresentou leve recuperação a partir do segundo semestre do ano, com crescimento de 1,0% do PIB brasileiro no acumulado de 2017, impulsionado pela forte safra do agronegócio.

Assim, em 2017, a WLM comercializou 839 unidades de caminhões, considerando vendas da Companhia (novos e usados) e vendas diretas realizadas pela montadora comissionadas à WLM, avanço de 11,7% frente aos 751 caminhões negociados em 2016. Em relação à 2015, quando comercializou 975 unidades, houve queda de 13,9%. O segmento de chassis de ônibus registrou vendas de 200 unidades em 2017, quantidade 2,7 vezes superior às 73 unidades negociadas em 2016 e avanço de 20,5% frente às 166 unidades de 2015.

Em 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 489,7 milhões, o que representa avanço de 16,2% frente os R\$ 421,5 milhões reportados em 2016 e 1,4% abaixo dos R\$ 496,8 milhões auferidos em 2015. O desempenho em 2017 resulta da melhora do ambiente macroeconômico e das margens na

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comercialização de veículos usados que foram positivamente impactadas por meio de melhores aquisições, ajustes nos preços de vendas e redução do prazo médio de estoque.

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Tendo como atividade principal a comercialização de veículos pesados (caminhões e chassis de ônibus) e peças, o custo dos produtos vendidos (CPV) da WLM é principalmente representado pelo pagamento desses produtos à montadora, cuja bandeira representa e, portanto, está diretamente relacionado ao volume de vendas. No exercício de 2017, o CPV atingiu R\$ 385,7 milhões, aumento de 17,5% quando comparado aos R\$ 328,3 milhões registrados em 2016 em função do aumento no número de caminhões, chassis de ônibus e peças comercializados pela Companhia no período, além do avanço no preço médio praticado, principalmente, no segmento de caminhões. Na comparação com os R\$ 394,1 milhões reportados em 2015, houve redução de 2,1%.

A variação percentual positiva entre os exercícios de 2016 e 2017 reflete ao aumento no número de unidades comercializadas em 2017.

Lucro bruto

O lucro bruto da WLM passou de R\$ 102,7 milhões em 2015, para R\$ 93,2 milhões no exercício de 2016 e R\$ 104,0 milhões em 2017, com margem bruta de 20,7%, 22,1% e 21,2%, respectivamente. O avanço verificado entre os exercícios 2015 e 2016 pode ser explicado pelo aumento de participação na receita dos serviços de manutenção, venda de peças e lubrificantes que, usualmente, conferem maior rentabilidade à Companhia. Em 2017, o lucro bruto está relacionado ao aumento do número de veículos comercializados e impacto positivo de preços.

Despesas gerais e administrativas

As atividades da WLM de comercialização e prestação de serviços têm por característica ter na mão-de-obra sua principal despesa operacional, incluindo as comissões da equipe de vendas. Nesse sentido, suas despesas operacionais mais representativas são aquelas relacionadas à remuneração de pessoal, incluindo honorários, salários, encargos e benefícios.

Em 2017, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 108,3 milhões, 12,2% inferior aos R\$ 123,2 milhões registrados em 2016 e retração de 6,7% na comparação com os R\$ 116,1 milhões do exercício de 2015. Destaque para a redução verificada entre os exercícios de 2017 e 2016 das despesas que ocorreu mesmo com despesas extraordinárias da ordem de R\$ 11,1 milhões referentes à provisão de contingências, honorários de advogados e despesas com rescisões.

Os dispêndios com honorários, salários, encargos e benefícios, principal grupo das despesas operacionais da WLM, totalizaram R\$ 79,6 milhões em 2017, ou 71,4% do total. Desde 2016, a WLM implementou processo de reestruturação em diversas áreas do Grupo o que gerou despesas de rescisão, justificando o aumento de 10,0% nas despesas com pessoal entre 2016 e 2015.

No decorrer dos três últimos exercícios, houve também redução do número de funcionários, que passou de 922 no encerramento de 2015 para 871 ao final do exercício de 2016, e 865 no encerramento de 2017, sempre considerando as diferentes atividades e todas as unidades da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Depreciação e amortização

As despesas referentes à depreciação e amortização do ativo imobilizado apresentou pequena variação no decorrer dos últimos três exercícios: R\$ 3,7 milhões em 2015; R\$ 3,7 milhões em 2016 e R\$ 3,5 milhões em 2017.

Outras receitas (despesas) operacionais

As demais contas que compõem o total das despesas operacionais da Companhia, incluindo reversão de contingências e provisões, ajustes a valor líquido de ativos, resultado de equivalência patrimonial, participação em coligadas, além de outras receitas e despesas operacionais, somaram R\$ 0,3 milhão negativo em 2017, R\$ 7,5 milhões positivos em 2016 e R\$ 12,3 milhões positivos em 2015. Os itens aqui agrupados têm pouca representatividade no resultado consolidado e estão relacionados a fatores normais do dia a dia das atividades operacionais.

Em 2015, no entanto, o saldo desses itens apresenta valor com maior representatividade para o resultado da Companhia, somando receita de R\$ 12,3 milhões. Tal desempenho se deve, basicamente, a fatores extraordinários registrados no exercício, principalmente: (i) receita de R\$ 6,0 milhões referente à reversão de contingências, principalmente, tributárias; e (ii) receita de R\$ 1,7 milhão contabilizada a título de ajuste a valor justo dos ativos biológicos.

Em 2016, o montante desses valores atingiu R\$ 7,5 milhões, em função de R\$ 5,1 milhões de outras receitas operacionais, R\$ 2,3 milhões do ajuste a valor justo dos ativos biológicos, R\$ 0,8 milhão de equivalência patrimonial e participação em coligadas, deduzidas da provisão para contingências, R\$ 0,8 milhão.

Em 2017, o somatório das contas totalizou montante negativo de R\$ 0,3 milhão: sendo: (i) R\$ 0,9 milhão de ajuste de ativos biológicos; (ii) (R\$ 0,1) milhão reversão de provisão para contingências; (iii) R\$ 0,5 milhão de equivalência patrimonial (iv) R\$ 1,4 milhão de arrendamentos; (v) (R\$ 3,7) milhão de perda de crédito tributário e (vi) R\$ 0,7 milhão de outras receitas operacionais.

EBITDA ou LAJIDA

O indicador de desempenho operacional e medida da geração de caixa Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida) foi negativo em R\$ 5,2 milhão, com margem negativa de 1,4%. Em relação ao resultado do exercício de 2016, quando atingiu resultado negativo de R\$ 22,8 milhões e margem negativa de 5,4%, o desempenho incorpora evolução positiva decorrente do aumento de vendas e redução das despesas ao longo de 2017. Em 2015, o indicador atingiu montante negativo de R\$ 1,0 milhão, com margem negativa de 0,2%.

O método utilizado pela WLM para calcular seu Ebitda contempla a Instrução CVM 527/12, a qual visa à melhora no nível de compreensão das informações, considerando somente os valores que constam em suas demonstrações financeiras. Tal indicador, no entanto, não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e não deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

Resultado financeiro líquido

A despeito da contratação de crédito junto a instituições financeiras em 2017, a WLM apresentou receita líquida no último exercício, assim como nos exercícios anteriores. Nos três últimos exercícios, a WLM registrou receita líquida na conta referente ao resultado financeiro de R\$ 3,0 milhões em 2017, R\$ 8,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões em 2016 e R\$ 11,2 milhões em 2015. A redução entre 2017 e 2016 está relacionada ao impacto da queda de juros nas receitas financeiras, de R\$ 6,0 milhões no ano, ainda que o volume de recursos disponíveis na conta de Aplicações Financeiras em 31/12/2016 tenha apresentado evolução de 92,0% em relação à mesma data do ano anterior. Essa variação, no entanto, é pontual do dia de encerramento do balanço, não indicando que se manteve superior ao exercício anterior na maior parte do ano, especialmente considerando que a atividade de revenda de caminhões e ônibus envolve alto fluxo financeiro de caixa. Além disso, as despesas financeiras apresentaram crescimento de 38,9%, ao atingir R\$ 3,0 milhões, em função da contratação de créditos em condições vantajosas para o financiamento de investimentos (aquisição e modernização de maquinário) no segmento de agropecuário da Companhia e financiamento da operação de veículos usados.

Em 2017, o resultado financeiro líquido proveio de receitas financeiras de R\$ 6,0 milhões e despesas financeiras de R\$ 3,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2017, o valor apurado de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi de R\$ 0,8 milhão frente os R\$ 1,5 milhão de 2016 e R\$ 2,5 milhões de 2015. No exercício de 2017, a conta considera o valor corrente de R\$ 1,3 milhão, reduzido do valor positivo de R\$ 0,5 milhão referente à reversão de tributos diferidos.

Lucro líquido

Em 2017, a WLM registrou resultado líquido negativo de R\$ 6,7 milhões, recuperação frente os R\$ 19,0 milhões registrados no exercício de 2016 e revertendo resultado positivo de R\$ 4,0 milhões auferidos em 2015. No exercício de 2017, o desempenho foi impactado por despesas com rescisões e tributos. Dessa forma, a margem líquida foi negativa em 1,4%, avanço frente a margem negativa de 4,5% de 2016 e abaixo da margem positiva de 1,4% em 2015.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha R\$ 39,2 milhões em disponibilidades totais (contas “Caixa e equivalentes de caixa” e “Aplicações financeiras” do ativo circulante) ante R\$ 45,9 milhões ao final do exercício de 2016 e R\$ 71,5 milhões em 31/12/2015.

As disponibilidades variam em função do fluxo de comercialização de veículos e do giro do caixa, uma vez que a comercialização de veículos pesados – caminhões e chassis de ônibus, nosso principal negócio, envolve alto giro e a manutenção de grande volume de recursos disponíveis para fazer frente às negociações comerciais. Nesse sentido, mantemos as disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades e operamos com forte posição de liquidez.

Contas a receber

No encerramento do exercício de 2017, o saldo do contas a receber registrou montante de R\$ 55,2 milhões, R\$ 60,2 milhões em 2016 e R\$ 37,5 milhões em 31/12/2015. A posição do “Contas a Receber” varia em razão do período de realização dessas vendas. Assim, a variação entre 2016 e 2017 pode ser explicado pelo volume de vendas efetuado em dezembro de 2016 e aumento no prazo de recebimento, principalmente, sobre vendas peças e serviços.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No 3T17, a Companhia recebeu pedido de compra de 55 caminhões, com adiantamento de R\$ 14,0 milhões, contabilizados na conta “Crédito de clientes” do passivo circulante. Desse total, R\$ 13,9 milhões foram pagos à Scania e apresentados na conta “Adiantamento a fornecedores” do ativo circulante ao fim do exercício social de 2017. A operação foi concretizada no primeiro trimestre de 2018.

Estoques

Atuando principalmente com concessionárias de veículos pesados e semipesados, não mantemos estoques relevantes de produtos para venda. Nossos estoques são basicamente constituídos por peças para reposição e manutenção dos veículos que comercializamos.

No encerramento do exercício de 2017, a Companhia registrava posição de R\$ 27,5 milhões. Em 2016 era de R\$ 26,8 milhões, comparado a R\$ 25,8 milhões em estoques em 2015.

Ativos biológicos circulante e não circulante

O valor registrado a título de ativos biológicos no ativo circulante consolidado da WLM se refere ao plantel de gado (corte e leite), equinos e cultura permanente (café) das unidades agrárias da Companhia. Na data de encerramento do exercício de 2017 essa conta apresentava saldo de R\$ 10,8 milhões. Em 2016, R\$ 12,3 milhões e R\$ 14,5 milhões em 2015.

No ativo não circulante os saldos registrados totalizam R\$ 16,0 milhões em 2017 e R\$ 18,8 em 2016. Em 31/12/2015, o valor era de R\$ 17,8 milhões.

Impostos a recuperar e créditos tributários – Circulante e não circulante

A conta de impostos a recuperar constante no ativo circulante e não circulante apresentava saldo de R\$ 5,3 milhões ao final do exercício de 2017, R\$ 9,4 milhões ao final do exercício de 2016 e R\$ 12,4 milhões no encerramento do exercício de 2015.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante consolidado da WLM apresentava a seguinte posição no encerramento dos três últimos exercícios:

2017: R\$ 302,6 milhões equivalente a 63,9% do ativo total;

2016: R\$ 306,6 milhões equivalente a 63,1% do ativo total;

2015: R\$ 304,6 milhões, equivalente a 62,7% do ativo total;

O principal componente do ativo não circulante da Companhia é representado pelo imobilizado, que totalizava R\$ 274,5 milhões, R\$ 271,4 milhões e R\$ 272,0 milhões, ao final dos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Conforme já mencionado, as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e o Formulário DFP - data base 31/12/2017, adotam o critério de mensuração do ativo imobilizado a valor de custo, com os devidos ajustes retrospectivos, conforme Fato Relevante publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil no dia 28 de fevereiro de 2018, dado que a Companhia acatou determinação da CVM a respeito dos ajustes e respectivos esclarecimentos, com a inclusão de nota explicativa específica, anterior às demais notas (*nota explicativa 3.2 – Reapresentação de exercícios anteriores*), estornando o valor justo das propriedades para investimento no imobilizado consolidado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Propriedade para investimento

A Companhia possui terras classificadas como propriedade para investimentos que estão arrendadas para suas controladas que exploram atividades agropecuárias. Como prática contábil, desde a adoção às normas internacionais de contabilidade, a classificação contábil desses imóveis adotada pela Companhia era de propriedade para investimento na controladora e como ativo imobilizado no consolidado, seguindo o que determina o item 15 do CPC 28. Desta forma, as propriedades para investimento eram mensuradas como base no método de valor justo, com a respectiva variação no valor justo reconhecida no resultado do período em que ocorresse.

Porém, o método de valor justo adotado pela Companhia foi ressalvado pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, que entende que o método de valor justo para mensurar as propriedades para investimento em suas Informações financeiras difere do método de reavaliação previstos no IAS/16 e Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado. Adicionalmente, o CPC 27 não permite adoção do método de reavaliação, uma vez que a Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, conforme disposto no CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08. Desta forma, as Demonstrações Intermediárias Consolidadas da Companhia alusivas ao 2º e 3º trimestres de 2017 foram apresentadas com “**Relatório de Revisão Especial – Com Ressalva**”, emitido pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

A questão quanto ao método de mensuração das propriedades para investimento foi submetida à apreciação da Comissão de Valores Mobiliário no **Processo Administrativo Não Sancionador - Processo CVM nº 19957.007713/2017-80**, onde foram dirimidas, pela CVM, as divergências de interpretações de normas contábeis então existentes entre a Companhia e os Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Através do **Ofício nº 20/2018/CVM/SEP/GEA-5**, datado de 14/02/2018, **Processo CVM nº 19957.007713/2017-80**, Comissão de Valores Mobiliários elucidou a questão de natureza contábil, emitindo entendimento de que para o ativo imobilizado somente é possível adotar-se o critério de mensuração a valor de custo, enquanto que o entendimento da Companhia era de que no caso das propriedades para investimento (que estão classificadas como ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas), o critério de mensuração deveria ser a valor justo nas demonstrações financeiras individuais e nas consolidadas, procedimento que vinha sendo adotado pela Companhia com base no Pronunciamento Técnico CPC 28, aprovado pela Deliberação CVM nº 584/09.

A Companhia decidiu não recorrer ao Colegiado da CVM, optando por atender às determinações da CVM indicadas nos **parágrafos 24 e 25 do Ofício nº 20/2018/CVM/SEP/GEA-5**, adotando o critério de mensuração do ativo imobilizado a valor de custo, fazendo os devidos ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva), da seguinte forma: **(i)** nas **Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data-base 31/12/2017**, os devidos ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva) são realizados, com a inclusão de nota explicativa específica, anterior às demais notas, informando sobre a determinação desses ajustes e os esclarecimentos dos motivos considerados, nos termos dos itens 41 e 49 (retificação de erro) do Pronunciamento Técnico CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM nº 592/09; **(ii)** os Auditores Independentes deverão incluir parágrafo de menção acerca dos ajustes retrospectivos no relatório de auditoria a ser emitido para as **Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data base 31.12.2017**; e **(iii)** deverá ser adotado esse mesmo padrão para os **Formulários ITR (Informações Trimestrais)** a serem entregues no curso do exercício social de 2018, ao se referirem às informações trimestrais comparativas.

Fato Relevante no mesmo sentido do parágrafo acima foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil no dia 28 de fevereiro de 2018, em observância ao **Ofício nº 20/2018/CVM/SEP/GEA-5**.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em sendo assim, seguem abaixo os esclarecimentos sobre os ajustes retrospectivos (reapresentação retrospectiva) nas **Demonstrações Financeiras Anuais Completas e Formulário DFP - data base 31.12.2017**.

Com base nas orientações pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu os seguintes ajustes nos seus Balanços Patrimoniais e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 01 de dezembro de 2016:

Realizou na Controladora reversão do ajuste a valor justo contabilizados na rubrica de Propriedades para investimentos contra as rubricas de Reserva de lucros e Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, os valores de R\$ 32.971, R\$ 21.761 e R\$ 11.210, respectivamente.

PASSIVO CIRCULANTE

Contas a pagar

Em 31/12/2017, a conta “Contas a pagar” totalizou R\$ 32,9 milhões, 15,8% inferior aos R\$ 39,1 milhões de 31/12/2016 sendo que, ao final do exercício de 2015, o valor reportado foi de R\$ 17,5 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Em 2017, a Companhia contraiu empréstimo para o custeio da safra de café e modernização de maquinário do segmento agropecuário e linha de crédito rotativo para financiamento de caminhões usados. Dessa forma, no passivo circulante a conta “Empréstimos e financiamentos” atingiu R\$ 1,4 milhão a final do exercício.

Salários e contribuições sociais

No encerramento do exercício de 2017, o saldo no passivo circulante referente a “Salários e contribuições sociais” a serem pagos pela Companhia era de R\$ 6,7 milhões, avanço de 14,4% frente os R\$ 5,9 milhões de 31/12/2016, reflexo do efeito da reestruturação ocorrida na Companhia. Na comparação com os R\$ 7,8 milhões do exercício 2015, a redução foi da ordem de 13,7%. A Companhia encerrou o ano de 2017 com 865 empregados, enquanto em 2016, possuía 871 e, em 2015, 922.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos a pagar

Em virtude da ocorrência de prejuízo líquido ajustado no exercício de 2016, a Companhia não provisionou dividendo mínimo obrigatório.

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 37 do seu Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia provisionou o valor de R\$ 1.382 mil, a título de dividendo mínimo obrigatório (31 de dezembro de 2014 - R\$ 5.115 mil).

Assim, o saldo da conta de “Dividendos a pagar” do passivo circulante, em 31/12/2017 totalizava R\$ 1,2 milhão (em 31/12/ 2016: R\$ 1,6 milhões e 31/12/2015: R\$ 3,3 milhões).

DIVIDENDOS A PAGAR	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	0	0	1.382
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	1.195	1.672	1.943
Total	1.195	1.672	3.325

Outras obrigações

A conta “Outras Obrigações” do passivo circulante apresentou retração de 39,5%, passando de R\$ 4,0 milhões em 31/12/2016 para R\$ 2,4 milhões ao final do exercício de 2017. Em 31/12/2015 o montante era de R\$ 0,8 milhão. A mesma conta no Passivo Não Circulante atingiu R\$ 1,7 milhão no encerramento do exercício de 2017, montante 3,4 vezes superior ao verificado em 31/12/2016. As diferenças percentuais de ambas as contas representam variações na aquisição de cotas de consórcio, provisões para honorários de êxito, provisões administrativas e contratos de seguros a pagar.

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
SHV Gás Brasil Participações Ltda	462	712	712
Cotas de consórcio	1.943	2.598	-
Provisões para honorários de êxito	914	-	-
Provisões administrativas	60	1.123	
Outros	794	83	140
Total	4.173	4.516	852

* O montante total considera os valores da conta Outra Obrigações do passivo circulante e não circulante

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A WLM e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

No encerramento do exercício de 2017, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais registrada no Passivo Não Circulante da Companhia foi de R\$ 0,01 milhão, tendo registrado R\$ 0,2 milhão em 31/12/2016 e R\$ 1,8 milhão em 31/12/2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis citados anteriormente. Os valores apresentados são revisados anualmente. Dessa forma, os saldos da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos na data de encerramento dos três últimos exercícios foram:

2017: R\$ 44,3 milhões;

2016: R\$ 46,6 milhões; e

2015: R\$ 47,7 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Nos três últimos exercícios, não houve alteração do Capital Social da Companhia, que se manteve em R\$ 177,4 milhões.

Reservas de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469/08, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

Como citado anteriormente, os ajustes retrospectivos decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis impactaram as provisões de tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação de terrenos (terra nua) da Companhia. Considerando tais ajustes, o saldo da conta de “Reservas de reavaliação” era de R\$ 78,3 milhões em 31/12/2017, R\$ 77,9 milhões em 31/12/2016 e R\$ 78,5 milhões em 31/12/2015.

Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de “Ajuste para avaliação patrimonial” representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados nos ativos imobilizado e biológico (circulante e não circulante). A Companhia registrou em seu balanço consolidado os seguintes valores no encerramento dos três últimos exercícios:

2017: R\$ 31,4 milhões;

2016: R\$ 31,7 milhões; e

2015: R\$ 32,2 milhões.

Reserva legal

De acordo com o definido no artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da WLM, a Companhia constituiu reserva equivalente a 5% do lucro líquido ajustado nos últimos três exercícios a título de reserva legal. Ao final de 2017 e 2016, a Companhia não destinou valores para a constituição da reserva legal em função dos prejuízos apurados nos períodos. Em 2015, a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 0,3 milhão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reserva de lucros a realizar

Tendo em vista a decisão da CVM, conforme item – Propriedades para Investimento, a Companhia realizou a reversão do ajuste a valor justo contabilizados na rubrica de Propriedades para investimento contra as rubricas de Reserva de lucros e Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, os valores de R\$ 32,9 milhões, R\$ 21,7 milhões e R\$ 11,2 milhões, respectivamente.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determinado nos artigos 36 e 37 do Estatuto Social da Companhia, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos, até o limite do capital social.

Em razão do resultado negativo apresentado em 2017, não foram destinados valores para as referidas reservas. A Administração está propondo a absorção do prejuízo líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 4.880 milhões, utilizando a reserva de lucros “Reserva de Investimentos”. Nos exercícios anteriores os montantes destinados para essas reservas foram de R\$ 17,6 milhões em 2016 e R\$ 4,1 milhões em 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Os diretores devem comentar sobre os resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita é reportada em Reais e provém da venda dos produtos que comercializamos e dos serviços que prestamos em território nacional. A WLM possui sete empresas controladas: quatro delas focadas na venda de veículos pesados, semipesados (caminhões e chassis de ônibus) e peças da marca Scania, além da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva aos veículos e outras três voltadas às atividades no setor de agropecuária, com a produção de soja, café e gado de corte. As atividades agropecuárias ainda têm, no entanto, pouca representatividade no resultado consolidado da Companhia, tendo sido responsável por cerca de 2,8% da receita operacional bruta em 2017. Assim, 97,2% da receita operacional bruta da Companhia provém da comercialização de veículos pesados e extrapesados (caminhões e ônibus), suas peças, lubrificantes e prestação de serviços de manutenção de tais veículos.

A WLM é uma das principais líderes na comercialização de veículos pesados Scania no País, com volume de vendas nos últimos três exercícios de:

UNIDADES	31/12/17	31/12/16	31/12/15
Caminhões	839	751	975
Ônibus	200	73	166

RECEITA BRUTA - R\$ mil	2017	2016	Var. %	2015	Var. %
(1) Comércio de veículos, peças e lubrificantes	473.461	401.899	17,8	485.503	(17,2)
(2) Prestação de serviços de manutenção	49.666	43.505	14,2	46.721	(6,9)
(3) Total segmento automotivo (1) + (2)	523.127	445.404	17,5	532.224	(16,3)
(4) Segmento Agropecuário	14.818	14.300	3,6	13.670	4,6
Total (3) + (4)	537.945	459.704	17,0	545.894	(15,8)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017, a retomada da atividade econômica a partir do segundo semestre do ano refletiu positivamente nos resultados da WLM. Com a contenção de preços decorrente da recessão dos anos anteriores e o ciclo de queda de juros, houve melhora em indicadores econômicos como queda do desemprego, aumento da renda e retomada do consumo das famílias.

De acordo com dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) o volume de unidades produzidas de caminhões e chassis de ônibus, segmentos responsáveis por 97,2% do faturamento da WLM no ano, alcançou 83,0 mil e 20,6 mil no ano, crescimento de 37,3% e 10,4%, respectivamente, na comparação com a quantidade acumulada em 2016.

Em 2016, a pior recessão econômica da história do País continuou influenciando negativamente os resultados da Companhia. A seletividade das instituições financeiras na concessão de crédito resultante do aumento aversão ao risco devido ao aumento do desemprego e alto grau de endividamento das famílias tem impactado o setor automotivo brasileiro, que amargou o terceiro ano consecutivo de retração.

Em 2015, o setor automotivo brasileiro já havia acompanhado a tendência de queda verificada em 2014, atingido pela contração da atividade econômica e incertezas do cenário político. Naquele ano, o segmento de caminhões registrou decréscimo de 47,1% com relação a 2014, com 74 mil unidades produzidas enquanto o segmento de ônibus alcançou produção de 21,5 mil unidades, volume 34,7% inferior às 32,9 mil unidades produzidas em 2014.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada basicamente por alterações no volume de vendas, modificações de preços e, em menor escala, pela introdução de novos modelos Scania de caminhões e ônibus em nosso portfólio.

Em 2017, as vendas de caminhões usados foram o destaque na comercialização de veículos com margens positivamente impactadas por meio de melhores aquisições, ajustes nos preços de vendas e redução do prazo médio de estoque. Dessa forma, a Companhia comercializou um total de 1.039 veículos em 2017, aumento de 26,1% frente às 824 unidades vendidas no ano anterior. Desse total, as vendas de caminhões somaram 839 unidades entre vendas diretas da Scania (56 veículos), vendas em concessionárias (681 veículos) e vendas de caminhões usados (102 unidades).

Em 2016, o segmento de peças e lubrificantes e serviços registrou aumento no volume de vendas, opção alternativa à compra de novas unidades de caminhões e ônibus, sendo desempenho esperado em períodos de retração econômica. No ano, a venda direta de caminhões totalizou 28 unidades (nas quais a WLM é comissionada) enquanto as unidades vendidas pelas concessionárias WLM somaram 723. O segmento de ônibus contabilizou 13 unidades via venda direta e 60 unidades por meio das concessionárias. O preço médio de venda das unidades comercializadas de caminhões e ônibus apresentou variação positiva de 2,4% e 39,9%, nessa ordem.

Em 2015, a redução nas vendas de peças e lubrificantes e na prestação de serviços de manutenção de veículos foram inferiores à queda na receita gerada pela venda de caminhões e ônibus. O preço médio de venda de caminhões e ônibus apresentou variação negativa no ano, com redução de 3,14% e 19,1% frente aos preços praticados em 2014, respectivamente. As vendas diretas de caminhões somaram 31 unidades e 944 unidades vendidas pelas concessionárias da WLM. No segmento ônibus, foram vendidas 166 unidades pelas concessionárias da Companhia sendo que não foram registradas vendas diretas no ano.

Nos três exercícios analisados não ocorreram lançamentos relevantes ou introduções de novos produtos no portfólio de produtos vendidos pela Companhia que trouxessem impacto significativo em nossas receitas. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2017, 2016 e 2015 são explicados pelas alterações em volumes de vendas e refletem, notadamente, as condições de mercado.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação

Nosso desempenho operacional pode ser afetado por variações na taxa de inflação, uma vez que a quase totalidade de nossos custos e despesas operacionais é incorrida em Reais e pode sofrer eventuais reajustes conforme oscilações na inflação. Nossa receita bruta de vendas também pode ser afetada pela inflação já que, de modo geral, buscamos repassar parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, o repasse integral de eventuais aumentos dos custos para nossos clientes no futuro.

Câmbio

No que tange a nossa atuação no segmento Automotivo, variações no câmbio podem influenciar o custo de produção dos veículos e peças que são comercializados pelas empresas do grupo WLM, uma vez que são constituídos também por componentes importados. O repasse do maior ou menor custo não é imediato e são efetivados por meio de reajustes periódicos pelo fabricante. Apesar da busca pelo repasse de eventuais reajustes para o preço de venda final, não é possível garantir que o mesmo será integral, podendo, portanto, impactar a margem operacional do segmento.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa atuação no segmento Agro se concentra na produção e comercialização de commodities agrícolas (gado, soja e café), cujos preços de venda são influenciados pelo mercado externo e conseqüentemente, pelo câmbio. Nosso custo da produção agrícola também pode ser afetado pelo câmbio uma vez que as matérias-primas, ingredientes e formulações de alguns insumos utilizados são importados, a exemplo dos defensivos e fertilizantes.

A administração monitora e analisa os riscos e oportunidades com vista a mitigar o risco cambial no resultado das operações das empresas do grupo WLM.

Cabe salientar que a Companhia e suas Controladas não possuem dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira, realizando a totalidade de suas atividades em território nacional.

Taxa de juros

Os efeitos de variações nas taxas de juros influenciam, principalmente: (i) o acesso ao crédito e as condições de financiamento obtidas por nossos clientes com instituições financeiras, entre elas o BNDES, o que pode impactar o desempenho de nossas vendas de veículos; (ii) a receita financeira derivado das aplicações do caixa e (iii) a despesa financeira por eventuais financiamentos de curto prazo que sejam indexados à SELIC, tal como a linha de capital de giro para aquisição de veículos usados.

Cabe mencionar que as linhas de empréstimo para o custeio da safra de café e de modernização de maquinário do segmento agropecuário são pré-fixadas, e, portanto, não sofrem alterações conforme variação das taxas de juros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Ao longo de 2017, 2016 e 2015, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operação não usuais realizadas pela Companhia no decorrer dos três últimos exercícios.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia possui terras arrendadas para suas controladas que exploram atividades agropecuárias. Como prática contábil, desde a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), a classificação contábil adotada pela Companhia para esses imóveis era de “propriedade para investimento” na controladora e “ativo imobilizado” no consolidado, seguindo o que determina o item 15 do CPC 28. Dessa forma, ambos os registros das propriedades para investimento foram mensurados com base no método de valor justo, com a respectiva variação no valor justo reconhecida no resultado do período em que ocorresse.

Porém, o método de valor justo adotado pela Companhia foi ressalvado pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, que entendem que o método utilizado pela Companhia para mensurar as propriedades para investimento em suas Informações financeiras difere do método de reavaliação previsto no IAS/16 e Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado. Adicionalmente, o CPC 27 não permite a adoção do método de reavaliação, uma vez que a Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, conforme disposto no CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08. Dessa forma, as Demonstrações Intermediárias Consolidadas da Companhia alusivas ao 2º e 3º trimestres de 2017 foram apresentadas com “Relatório de Revisão Especial – Com Ressalva”, emitido pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Após consulta formal à CVM, a Companhia acatou a determinação da CVM a respeito dos ajustes e respectivos esclarecimentos, com a inclusão de nota explicativa específica, anterior às demais notas (*nota explicativa 3.2 – Reapresentação de exercícios anteriores*). Nesse sentido, as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e o Formulário DFP - data base 31.12.2017 adotam o critério de mensuração do ativo imobilizado a valor de custo, com os devidos ajustes retrospectivos, conforme Fato Relevante publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil no dia 28 de fevereiro de 2018.

Nos exercícios de 2016 e 2015 não foram introduzidas mudanças significativas nas práticas contábeis da WLM. As demonstrações financeiras dos três exercícios são apresentadas de acordo com os padrões contábeis internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações.

Balanço Patrimonial

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015. Mudanças já foram comentadas anteriormente.

Demonstração de resultados

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As Demonstrações Intermediárias Consolidadas da Companhia alusivas ao 2º e 3º trimestres de 2017 foram apresentadas com “Relatório de Revisão Especial – Com Ressalva”, emitido pelos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU uma vez que o Auditor entende que o método de valor justo para mensurar as propriedades para investimento em suas Informações financeiras difere do método de reavaliação previstos no IAS/16 e Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado utilizado anteriormente pela WLM.

Não houve ressalvas no parecer do auditor referente às demonstrações financeiras e de resultados dos exercícios de 2016 e 2015.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações financeiras foi realizada seguindo as normas contábeis internacionais - IFRS, de acordo com a lei 11.638/07 e pronunciamentos do CPC.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Demonstrações financeiras consolidadas

Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado e, quando cabível, ajustadas a valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A quase totalidade do Contas a Receber da Companhia tem prazo médio em torno de 30 dias.

Estoques

No segmento automotivo, a Companhia não tem como política manter estoque relevante dos produtos, como caminhões e ônibus. As peças de reposição são estocadas e avaliadas com base no custo médio de aquisição de mercadorias para revenda, deduzido de provisão para perda, que não excede o valor de mercado - para itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade – ou de realização.

Ativos biológicos

No segmento agropecuário os ativos biológicos estão representados ao preço de custo ou produção, ajustados ao valor de mercado. Com relação ao rebanho bovino em formação, a safra em produção, e o café em grão, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a Instrução CVM nº 247/96. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

Ativos intangíveis

São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. Os ativos intangíveis mais relevantes estão relacionados a seguir, e para aqueles com vida útil definida estão indicadas as taxas anuais de amortização:

- Marcas e patentes
- Direito de uso de software – 10%
- Fundo de comércio.

Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 0,24 milhão para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos:

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos:

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada:

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

- b. natureza e o propósito da operação:**

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As atividades operacionais da WLM não demandam investimentos relevantes regulares. Os investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimento da Companhia em cada região que atua e, também, voltados ao desenvolvimento de Tecnologia de Informação (TI), como suporte a suas atividades operacionais.

Em 2015, foi finalizada a construção da Filial da Itaipu de Montes Claros-MG, com o custo total de R\$ 10,8 milhões, do qual R\$ 9,5 milhões foram incorporados à conta de Edifícios e instalações e o restante na conta de Equipamentos e acessórios.

No exercício 2016, a controlada Itaipu Norte adquiriu um terreno pelo montante de R\$ 1,7 milhão, situado na Avenida Dr. Isaias Pinheiro, bairro Bela Vista, na cidade e comarca de Novo Progresso - PA, cujas áreas somadas totalizam 10.842, 209 m².

Também em 2016, a controlada Itaipu também adquiriu uma área comercial, composta por 2 (dois) galpões e um terreno de 10.500 m², localizada na BR-040, na altura do Km 776, Distrito Industrial, Juiz de Fora - MG, pelo valor total de R\$ 6.300 mil.

Em 2017 foram realizados investimentos com o objetivo de aumentar o volume de produção de soja e café, e de melhorar o índice de produtividade do segmento Agro. Foram adquiridos máquinas e equipamentos agrícolas que somam o valor de R\$ 3,3 milhões. Houve investimentos na ordem de R\$ 1,9 milhão em reforma de áreas para o plantio de soja e de pasto, além de R\$ 0,225 milhão no plantio e formação de novas mudas café.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para o financiamento de investimentos em ativos circulantes e não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos recursos próprios e geração de caixa operacional, além de eventual captação de recursos no sistema financeiro nacional e a utilização de linhas de capital de giro disponíveis a partir de contratos firmados com instituições financeiras sólidas.

No exercício de 2017, a Companhia contratou crédito para o custeio agrícola do café (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ), sendo aplicados no Capital de giro, e linha de financiamento destinada a modernização de frotas de micro e pequenas empresas do Banco Nacional do Desenvolvimento (Finame - BNDES), recursos aplicados no Imobilizado.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica, uma vez que não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2017 foram investidos R\$ 3,3 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas com o objetivo de suportar o aumento da área de plantio de soja e de buscar maior produtividade nas atividades agrícolas. Na atividade cafeeira, foram investidos cerca de R\$ 0,225 milhão na aquisição, plantio e formação de novas mudas café com vista a um aumento de produção e de produtividade nos próximos anos.

10.8 - Plano de Negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, pois não foram introduzidos novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a quase totalidade das receitas da WLM provém da comercialização de veículos (caminhões pesados e extrapesados e chassis de ônibus) e de suas peças, por meio de concessionárias representantes de bandeira de indústria montadora. Suas atividades, portanto, não requerem investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, pois não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, pois não foram desenvolvidos novos produtos ou serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica. Não houve outros fatores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A WLM não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) **atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

- i. **se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo três e no máximo de seis membros, pessoas naturais, acionistas, residentes no país, entre eles um Presidente e até três Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente, o Conselho de Administração da WLM é composto por seis membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e os demais membros sem designação especial.

A Diretoria, conforme definido em Estatuto, deve ser composta por mínimo de dois e máximo de seis diretores, dentre os quais um Diretor-Presidente, dois com o título de Vice-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração. A um dos membros da Diretoria será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Diretor de Relações com Investidores (DRI), nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Conselho de Administração – tem a função de estabelecer a estratégia dos negócios e eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser seu Estatuto Social. É também responsável pela fiscalização da gestão dos diretores, além do exame, a qualquer tempo, dos livros e de outros papéis da Companhia. O Conselho pode solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos. Além disso, o Conselho deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

Diretoria – suas atribuições são: praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia; determinar as atribuições específicas de cada um de seus membros, sem prejuízo das atribuições privativas estabelecidas no Estatuto; deliberar sobre a escolha, remoção, demissão de Executivos, Gerentes e outros empregados de alto nível, assim como a fixação de suas atribuições, funções e ordenados; deliberar sobre operações financeiras relativas à obtenção ou concessão de empréstimos pela Companhia; deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza; e, zelar pela observância da lei e do Estatuto Social, bem como pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, pelo Conselho de Administração e por ela própria.

Comitê de Conduta – suas atribuições são: Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia em Reunião realizada em 24 de maio de 2018, foi aprovado o Código de Conduta de Companhia destinado a tornar-se referência para o trato de todos quantos, direta ou indiretamente, estejam relacionados com a Companhia e empresas controladas e, portanto, aplicável a todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, funcionários e estagiários da Companhia e de todas as suas empresas controladas. O Código de Conduta atribui ao Comitê de Conduta composto de três membros fixos e um rotativo, indicados pelo Conselho de Administração, todos empregados da Companhia, para o conhecimento de denúncias e/ou reclamações e a apreciação possíveis violações do Código de Conduta, determinando a aplicação das medidas disciplinares cabíveis, assegurado o amplo e legítimo exercício do direito de defesa.

Comitê Estratégico – O Comitê Estratégico instalado em 2016 e em funcionamento até 2017, em caráter experimental, era composto de 05 membros escolhidos entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, com expertises especiais e diferenciadas, tendo por atribuição fazer os estudos, pesquisas e exames técnicos prévios de situações econômicas e/ou propostas de negócios que servirão de base para orientação e a definição dos negócios Companhia,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

quando submetidas para deliberação do Conselho de Administração. Em 2018, não está prevista a instalação do Comitê Estratégico.

- ii. **se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

Não se aplica, pois ao emissor não possui comitê de auditoria estatutário

- iii. **de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui política de contratação de serviço de extra auditoria. Normalmente, a Companhia permanece com o mesmo auditor independente pelo prazo de 05 (cinco) anos, atendendo às disposições da Instrução CVM nº 308/99, de 14/05/1999 (artigo 31) e Deliberação nº 549/08, de 10/09/2008.

- b) **em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria, conforme definido em Estatuto, deve ser composta por mínimo de dois e máximo de seis diretores, dentre os quais um Diretor-Presidente, dois com o título de Vice-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração. A um dos membros da Diretoria será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Diretor de Relações com Investidores (DRI), nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

São atribuições da diretoria, previstas nos artigos 24 ao 30 do Estatuto Social: praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia; determinar as atribuições específicas de cada um de seus membros sem prejuízo das atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto; deliberar sobre a escolha, remoção, demissão de Executivos, Gerentes e outros empregados de alto nível, assim como a fixação de suas atribuições, funções e ordenados; deliberar sobre operações financeiras relativas à obtenção ou concessão de empréstimos pela Companhia; deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza; e zelar pela observância da lei e deste Estatuto, bem como pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, pelo Conselho de Administração e por ela própria.

Será de competência exclusiva do Diretor-Presidente: convocar e presidir as Reuniões da Diretoria; representar a Companhia em Juízo, ou designar outro Diretor para fazê-lo; administrar, de um modo geral, os negócios sociais, de conformidade com a orientação geral e os planos estabelecidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria; e representar a Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas de empresas controladas ou coligadas, proferindo voto previamente fixado pelo Conselho de Administração.

Nos limites de suas atribuições, a Diretoria poderá nomear procuradores, especificando os poderes conferidos e a duração do mandato que, no caso de poderes “*ad-judícia*” poderá ser por prazo indeterminado, devendo o instrumento ser assinado por dois membros da Diretoria, um dos quais, obrigatoriamente, o Diretor-Presidente.

Será sempre exigida a assinatura de 02 (dois) membros da Diretoria, ou um deles com um procurador com poderes especiais ou ainda dois procuradores, também com poderes especiais, nos seguintes casos: emissão de cheques e movimentação de contas bancárias; e aceite de duplicatas.

A Companhia poderá fazer-se representar por um membro da Diretoria ou por um procurador com poderes específicos para prática dos seguintes atos: endosso de cheques, duplicatas ou quaisquer outros títulos, desde que destinados a depósito, cobrança, caução ou desconto a crédito da Companhia; representar a Companhia perante as repartições públicas, federais, estaduais, municipais, bem como entidades paraestatais; retirada de documentos e valores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresas de transporte aéreo, ferroviário, rodoviário, marítimo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e outros do gênero.

O Diretor-Presidente, em caso de impedimento legal ou ausência temporária, designará previamente, por escrito, qualquer um dos demais Diretores para substituí-lo em suas funções. Os demais membros da Diretoria substituir-se-ão uns aos outros em seus impedimentos legais ou ausências temporárias.

Ocorrendo vaga na Diretoria, o Conselho de Administração poderá nomear substituto, que exercerá o mandato pelo tempo que restava ao substituído; se a vaga for de Diretor-Presidente, o Conselho de Administração será convocado imediatamente para proceder à substituição para completar o mandato.

A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente; as convocações serão feitas por documento interno. Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas de que constarão, ainda que resumidamente, os assuntos tratados e as deliberações tomadas; as decisões da Diretoria somente serão válidas se contarem com voto favorável da maioria dos seus membros em exercício.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme o artigo 32 do estatuto social da Companhia, o Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente se instalará nos casos e na forma prevista em lei.

Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018 foi instalado o Conselho Fiscal, conforme os artigos 31 e 32 do Estatuto Social. O Conselho Fiscal tem as atribuições que a lei lhe confere, sendo composto de 03 (três) membros efetivos e três suplentes, todos residentes no País, eleitos pela assembleia geral.

d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
- iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
- iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Conselho de Administração - Não há um mecanismo formal de avaliação do Conselho de Administração. Cabe ao Conselho de Administração avaliar a Diretoria, considerando para tal o desempenho dos negócios e a devida execução das metas e estratégias estabelecidas. Não há um mecanismo formal de avaliação do Comitê de Conduta e do Comitê Estratégico.

Diretor-Presidente - Dentre outras atribuições: representar a Companhia ativa e passivamente; coordenar a diretoria e zelar pela execução do planejamento da Companhia; acompanhar o desempenho dos negócios; convocar e presidir reuniões da Diretoria; informar aos membros do Conselho de Administração sobre o andamento das operações; exercer outras atividades necessárias para o bom desempenho dos negócios e que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores - Dentre outras atribuições: substituir o Diretor-Presidente quando de sua ausência ou impedimento; auxiliar o Diretor-Presidente na sua gestão; gerir as finanças da Companhia; coordenar os negócios, zelar pelo cumprimento da estratégia e acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas; representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; prestar

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

informações aos investidores e órgãos reguladores, além de zelar pelo cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante em toda a Companhia, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e oito dias corridos de antecedência em segunda convocação, conforme exigido pela legislação vigente e Estatuto Social. As convocações são realizadas por meio de anúncio no **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ)** e **Jornal Monitor Mercantil**, veículos de grande circulação, e disponibilizadas, via ENET, por meio da Comissão de Valores Mobiliários – **CVM** (www.cvm.gov.br) e da **B3** (www.bmfbovespa.com.br) (www.b3.com.br) e no website da **WLM** (www.wlm.com.br) - Informações aos Acionistas / Comunicados ao Mercado.

b. competências

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária referente às competências da Assembleia Geral.

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social a Assembleia Geral Ordinária deve: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do (exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, quando for o caso, d) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro deliberar a forma de distribuição do valor fixado entre seus membros e os da Diretoria.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos na rede mundial de computadores	Endereço físico
www.cvm.gov.br www.bmfbovespa.com.br.com.br www.b3.com.br www.wlm.com.br	Praia do Flamengo, 200 – 19º andar CEP 22210-901, Rio de Janeiro/RJ

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não mantém política estruturada para identificação e administração de conflitos de interesses, seguindo apenas as determinações da legislação societária. No entanto, conforme o item “s”, inserido no capítulo 5, artigo 21 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nas assembleias gerais, cada acionista poderá comparecer e participar, deliberando e votando pessoalmente, ou por intermédio de um procurador, conforme estabelecido pela legislação societária.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- f. **formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. Na companhia aberta, como é o caso da WLM, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar o instrumento de mandato na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

- g. **formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados especificamente a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

Os acionistas podem enviar quaisquer comentários para o Diretor de Relações com Investidores - RI da Companhia – Álvaro Veras do Carmo (alvaro.carmo@wlm.com.br).

- h. **se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância nas Assembleias Gerais.

- i. **instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A Companhia adota as práticas previstas na legislação societária e as normas da CVM.

- j. **se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

- k. Não se aplica, pois, a Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

- l. **Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

A Companhia adota, rigorosamente, a Instrução CVM nº 481/09, para disponibilizar o exercício do direito de voto a distância, nos casos legalmente previstos.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

REUNIÕES REALIZADAS EM 2017			
Órgão	Quantidade de reuniões	Tipo	
		Ordinária	Extraordinária
Conselho de Administração	18	12	6
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	4	X	-

- b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Conforme o art. 40 do Estatuto Social, os acordos de acionistas sobre o exercício do direito a voto ou do poder de controle, somente serão observados pela Companhia quando arquivados em sua sede.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme o item "s", inserido no capítulo 5, artigo 21 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

- d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O emissor não possui política específica de indicação e preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Conforme o item “s”, inserido no capítulo 5, artigo 21 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
LEANDRO CARDOSO MASSA	18/09/1978	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	12 meses	1
084.151.267-19	ENGENHEIRO CIVIL	19 - Outros Diretores Diretor	30/04/2018	Sim	0.00%
EUGÊNIO RICARDO ARAÚJO COSTA	23/10/1958	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	12 meses	0
355.583.006-63	ENGENHEIRO MECÂNICO	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/04/2018	Sim	0.00%
Vice-Presidente da Área Scania da WLM e Diretor das empresas controladas: Equipe Máquinas e Veículos Ltda. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.					
ÁLVARO VERAS DO CARMO	07/01/1951	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	12 meses	2
267.676.197-87	CONTADOR E ADVOGADO		30/04/2018	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Conduta no emissor					
LUIS OCTÁVIO CARVALHO DA MOTTA VEIGA	03/12/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	1 ANO	2
254.704.777-20	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
ÉLVIO LUPO JUNIOR	23/05/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	1 ANO	2
863.132.158-34	ENGENHEIRO CIVIL	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
NELSON HIGINO DA SILVA	24/02/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	1 ANO	2
740.532.058-91	ENGENHEIRO MECÂNICO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê Estratégico no emissor					
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI	25/04/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	1 ANO	5
113.336.817-47	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Estratégico no emissor.					
FELIPE LEMOS DE MORAES	14/01/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	1 ANO	0

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
076.197.287-08	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
ARMANDO VILLELA FOSSATI BALTEIRO	08/08/1980	Conselho Fiscal	27/04/2018	1 ANO	0
053.259.297-20	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2018	Sim	0.00%
Não exerce.					
LUIS FELIPE KRIEGER MOURA BUENO	09/08/1979	Conselho Fiscal	27/04/2018	1 ANO	0
084.156.207-56	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2018	Sim	0.00%
Não exerce.					
JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA	11/05/1967	Conselho Fiscal	27/04/2018	1 ANO	0
962.732.757-34	ADVOGADO	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
MASSAO FÁBIO OYA	07/11/1981	Conselho Fiscal	27/04/2018	1 ANO	7
297.396.878-06	CONTADOR	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	27/04/2018	Não	100.00%
Não exerce					
VITOR ROGÉRIO DA COSTA	18/02/1943	Conselho Fiscal	27/04/2018	1 ANO	7
012.622.707-15	ADVOGADO	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
MARIA ELVIRA LOPEZ GIMENEZ	18/05/1970	Conselho Fiscal	27/04/2018	1 ANO	0
136.012.018-10	ECONOMISTA	42 - Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2018	Não	0.00%
Não exerce					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

LEANDRO CARDOSO MASSA - 084.151.267-19

Formado em Engenharia Civil, pela Pontifícia Universidade Católica PUC-Rio, em 2000, pós-graduado (MBA) em Engenharia Econômica Financeira pela UFF em 2008, sólida experiência nas áreas de Finanças Corporativas, Análise de Investimentos e Mercados de Capitais, adquirida ao longo de 12 anos no Banco BTG Pactual. Ingressou na WLM em agosto/2016, ocupando o cargo de Gerente Financeiro. Em janeiro/2018, foi eleito Diretor. Atualmente, participa da administração das seguintes sociedades: GL Gestão Patrimonial e Participações Ltda., LCM Investimentos e Participações Eireli e Sinais Vitais Serviços de Tecnologia S.A. Além dessas, não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

EUGÊNIO RICARDO ARAÚJO COSTA - 355.583.006-63

Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1981 com Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, em 1999. Iniciou sua carreira na Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. em 1984, tendo exercido funções gerenciais nesta empresa até 1986. Transferido para Equipe Máquinas e Veículos Ltda., foi Gerente de Vendas de Caminhões até 1989. Foi Diretor Comercial da Rio Bom Veículos Ltda., concessionária Volkswagen em Paracatu/MG (1994 a 1998), Diretor Comercial da Equipe Máquinas e Veículos Ltda. (1998 a 2011) e Diretor Comercial da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. (2011 a 2014). Atualmente, exerce a função de Vice-Presidente da Área Scania da WLM e foi escolhido como Presidente do Conselho de Administração da ASSOBRASC (Associação Brasileira de Concessionários Scania) no biênio 2016/2017 e reeleito para o biênio 2018/2019. Não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

ÁLVARO VERAS DO CARMO - 267.676.197-87

Graduado em Ciências Contábeis em 1979, pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta e Direito em 2002, nas Faculdades Integradas do Instituto Metodista Bennett, possui Licenciatura em Ciências Contábeis e diversos cursos de reciclagem nas áreas de Contabilidade ao longo da carreira. Ingressou na WLM em outubro de 1978, passando a Chefe da Contabilidade Agropecuária em maio de 1980. Em agosto de 1982, passou a ocupar a Gerência da Contabilidade Agropecuária e a Gerência de Controles Contábeis, em julho de 1989, atuando em todas as divisões da Contabilidade das Empresas do Grupo - Holding e Controladas, em especial nas áreas de Gás, Agropecuária, Veículos e Águas Minerais, participando, inclusive, de vários processos de reestruturação das empresas nesses segmentos. A partir de novembro de 1991, passou a Gerente de Controles Internos até maio de 1995 quando assumiu Departamento de Controladoria das Empresas do Grupo. Em 2016 foi eleito Diretor da WLM e Diretor de Relações com Investidores e Diretor das Empresas Controladas até 2017. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

LUIS OCTÁVIO CARVALHO DA MOTTA VEIGA - 254.704.777-20

Advogado, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1975, e cursos de pós-graduação em Direito Tributário na Fundação Getúlio Vargas, em 1977, e Administração Pública no IAP - Institut International d'Administration Publique, em 1978. Foi Diretor do Banco da Bahia entre 1980 e 1984. Presidiu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e atuou como Membro do Conselho Monetário Nacional – CMN, entre 1984 e 1986. Presidiu a Anglo American do Brasil, de 1986 a 1990. Foi Presidente da Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A, de março a outubro de 1990, e Vice-Presidente da London Rayner Coffe International, entre 1990 e 1993. Desde 1993, é Sócio do Escritório Motta Veiga Advogados. Em 1996, foi CEO do Jornal do Brasil S/A e, em épocas diversas, membro do Conselho de Administração, das empresas: Minasgás, Supergasbras, Valepar, Brasil Telecom e Multiner. Atualmente, atua como árbitro em painéis de arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BVMF; na Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ e na London International Chamber of Commerce.

ÉLVIO LUPO JUNIOR - 863.132.158-34

Engenheiro Civil formado pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP, em 1976, e pós-graduado em Engenharia Têxtil pela Leicester Polytechnic – Inglaterra em 1978. Iniciou sua carreira profissional em 1976 na empresa de sua família, a Lupo S/A, tendo trabalhado em praticamente todos os setores ao longo dos quinze anos em que lá permaneceu, os últimos dos quais como seu principal executivo. Em 1991, liderou a reestruturação organizacional que resultou na implantação da governança na Lupo. Nessa ocasião, deixou a direção executiva da empresa, passando a integrar apenas o Conselho de Administração. Em 1992, assumiu a presidência da Reebok do Brasil, joint venture criada pelo Grupo Grendene e pela Reebok International para lançar a marca Reebok no Brasil, tendo ali permanecido por oito anos como presidente. Em 1999, assumiu as presidências da Umbro do Brasil e da Kappa do Brasil, duas empresas pertencentes ao Grupo Clássico (hoje Grupo Dass), empresa industrial de Santa Catarina e um dos maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Em 2004, fez nova transição em sua carreira profissional e passou a desenvolver a atividade de consultor de empresas familiares, coach, especializado em governança corporativa e familiar, através da sua própria empresa de consultoria Legare. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Lupo e de outras empresas familiares brasileiras; é também presidente do Conselho de Família da Lupo. É membro de várias instituições como o FBN Brasil (Family Business Network, FFI (Family Firm Institute) e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). É consultor de empresas familiares certificado pelo FFI e conselheiro de administração certificado pelo IBGC. É professor convidado da Fundação Dom Cabral no programa para empresas familiares PDA - 'Parceria para o Desenvolvimento de Acionistas' e palestrante convidado do IBGC nos cursos 'Governança Corporativa em Empresas Familiares', 'Curso para Conselheiros de Administração' e outros cursos 'In Company'; é também membro da Comissão de Empresas Familiares do IBGC. Como consultor tem atendido várias empresas familiares em vários estados brasileiros. Fez diversos cursos de reciclagem ao longo da carreira no Brasil e no exterior, entre os quais se destacam programas para executivos no IMD (Suíça) em 1992 e na Columbia (EUA) em 1999 e também de Mediação e Coaching. Fala Inglês e Espanhol fluentemente e tem bons conhecimentos de Italiano.

NELSON HIGINO DA SILVA - 740.532.058-91

Engenheiro Mecânico, formado pelo ITA (Instituto Tecnológico Aeronáutica), em 1975, possui sólida experiência financeira, estratégica e operacional atuando como Membro de Conselho Consultivo e de Administração, como Presidente e Diretor de empresas nacionais e internacionais e como empreendedor em diversos segmentos de negócios. De 2001 a 2007 como Presidente da SBCE, reestruturou a empresa que foi escolhida para o Premio FGV - Revista Conjuntura Econômica como a Maior Margem Operacional entre as médias seguradoras no ano de 2005. De 2003 a 2006 foi Presidente do Comitê das Américas do Credit Alliance. Em outubro de 1995, foi contratado pelo Bradesco para liderar e/ou participar do processo de reestruturação de várias empresas, tais como: Cofap, CPM Sistemas de Informação, Scopus, etc., assumindo, por um período de oito meses, a Presidência da Cofap, até a sua venda para a Magneti Marelli do Grupo Fiat. Paralelamente a estas atividades, foi indicado pelo Bradesco para participar do Conselho de Administração de várias empresas tais como: CSN, Companhia VALE do Rio Doce, Mahle Metal Leve, Latasa, Globocabo (NET TV a cabo), Cimento Ribeirão, Ioshpe Maxion, etc. Nomeado Diretor Estatutário da Bradespar, participou ativamente da estruturação da empresa, bem como da definição do plano estratégico da companhia. Em 2000, foi escolhido como um dos melhores executivos do Brasil, em uma pesquisa anual realizada pela Gazeta Mercantil, junto às principais empresas de seleção e recrutamento de executivos do Brasil. De 1992 a 1995, foi Presidente da AlliedSignal, para a América do Sul. Foi premiado, em 1993, como reconhecimento por ter conseguido um dos três melhores desempenhos entre todas as divisões e negócios da AlliedSignal de todo o mundo. Ocupou posições de Diretoria em varias entidades empresariais, como FIESP, Sindipeças e AEB (Associação de Comercio Exterior do Brasil). Possui inglês fluente.

DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI - 113.336.817-47

Formado em Engenharia Agrônoma e em Administração Rural e Laticínios, pela California Polytechnic State University - Cal Poly, em San Luis Obispo, Califórnia, EUA, e cursos para Conselheiro de Administração (58ª Edição – SP), Governança Corporativa em Empresas Familiares (1ª Edição-RJ), Governança Corporativa para Executivos (5ª Edição – SP) no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e, Secagem e Aeração de Grãos e Classificação e Análise de Grãos, na Universidade Federal de Viçosa-MG (CENTREINAR - CONAB). Gerenciou a Fazenda Barra do Cahy, de 2007 até 2011. Ingressou na WLM em 2012 quando atuou no cargo de Gerente de Análise e Negócios. Foi eleito membro do Conselho de Administração em 2013, tendo sido reeleito em 2014 e 2015. Em 2016 foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração e a partir de 2017 assumiu o cargo de Presidente. Fala Inglês fluentemente.

Não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

FELIPE LEMOS DE MORAES - 076.197.287-08

Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade de Rio Verde – FESURV/GO, em 2000, e pós-graduado pela Queensland University – Austrália, em 2001, onde adquiriu o “Certificate in Animal Science”, ministrado pelo professor PHD Max Shelton, com ênfase em ciência animal, nutrição de bovinos e uso da leguminosa “Leucena” em pastagens, como fonte de proteína para bovinos de corte. Possui diversos cursos ligados à área agropecuária: Cultura do Cafeeiro, realizado no IAC com o professor PHD Wallace Gonçalves, em 1999, com ênfase no melhoramento genético para controle de nematoides e produção de mudas – enxertos Conilon x Arábica, visando resistência a nematoides; Inseminação Artificial pela Central Lagoa da Serra, Sertãozinho/SP; Manejo de Pastagens em Sistema Rotacionado para Bovinos de Corte, realizado na FASU - Universidade de Uberaba/MG - 2000; Capacitação Profissional em “Segredos do Manejo de Cocho na Fazenda”, pela Companhia Zootécnica Agrária TORTUGA, em Aparecida do Rio Doce/GO - 2007; Inseminação Artificial em Bovinos - IATF, pelo CTPEC – 2013, e Governança Corporativa em Empresas Familiares, realizado pelo IBGC de Porto Alegre/RS – 2016, além de experiência como administrador de fazendas com área total de 6.000 hectares, com foco em produção animal: cria, cria e engorda de bovinos a pasto e em confinamento; agricultura, cultura de pastagens, soja, milho, sorgo, leguminosas, girassol e milho; sistemas de irrigação e pivô central, para uso em agricultura e pecuária; criação, reprodução e manejo de bovinos e equinos para apresentação em feiras e exposições agropecuárias. Em 2016 foi eleito membro do Conselho de Administração e a partir de 2017 assumiu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração. Inglês em nível avançado e Espanhol em nível básico. Não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organização do terceiro setor.

ARMANDO VILLELA FOSSATI BALTEIRO - 053.259.297-20

Trabalhou no escritório Chalfin, Godlberg & Vainboim Advogados Associados (2003 a 2005), como estagiário, e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira como estagiário (2005 a 2006) e como advogado (2006 a 2009). Atualmente é sócio do Escritório Vitor Costa Advogados atuando em Direito Societário, Direito de Empresa, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

LUIS FELIPE KRIEGER MOURA BUENO - 084.156.207-56

Advogado especializado em direito tributário, sócio do Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira, onde ingressou no ano de 1999.

JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA - 962.732.757-34

Bacharel em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1993, com Especialização em Direito Empresarial. Ingressou no GVA em janeiro de 1986. Conselheiro do Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, 1996 a 1998. Foreign Intern no Escritório Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom, Nova Iorque, set. 1995 / jun. 1996. Membro da Comissão Especial de Advocacia Corporativa do Conselho Federal da AOB e Coordenador da Área Empresarial.

MASSAO FÁBIO OYA - 297.396.878-06

Conselheiro Fiscal Independente/ Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria, é Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda, prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas, tendo sido Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzel S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (abr/15 a abr/16), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (abr/15 a abr/17 e abr/10 a abr/11), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (abr/15 a abr/17 e abr/13 a abr/14). É Conselheiro Titular presentemente das seguintes Companhias: Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abr/17); Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (desde abr/17); São Martinho S.A. (desde jul/17) Rossi Residencial S.A. (desde abr/17); Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), WLM Indústria e Comércio S.A. (desde out/11), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/14), Whirlpool S.A. (desde abr/18) e Bicycles Monark S.A. (desde abr/15), sendo também Conselheiro Fiscal Suplente: Schulz S.A. (desde abr/17), Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (desde abr/18) e Liq Participações S.A. (desde abr/18).

VITOR ROGÉRIO DA COSTA - 012.622.707-15

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1966). Master of Laws – Universidade da Califórnia – Berkeley (1970). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (Seções do Rio de Janeiro e São Paulo). É membro da International Fiscal Association, da Associação Brasileira de Direito Financeiro, foi membro da Comissão de Estudos do Mercado Acionário da CVM e membro do Conselho Consultivo do Museu Histórico Nacional. Recebeu a Ordem de Comendador do Rio Branco. Trabalhou no Escritório de Advocacia José Thomaz Nabuco (1966 a 1975) e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira (1966 a 2009). Sócio do Escritório Vitor Costa Advogados desde 2009. Atua em Direito Societário, Direito de Empresa, Direito Tributário, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

MARIA ELVIRA LOPEZ GIMENEZ - 136.012.018-10

Economista, Associada a Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, exercendo o cargo de Supervisora Financeira e Administrativa, prestando também serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheira Fiscal suplente nas seguintes empresas: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Bicycletas Monark S.A., WLM Indústria e Comércio S.A., Pettenati Indústria Têxtil S.A., Whirlpool S.A., Cristal Pigmentos do Brasil S.A. e Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa. Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A. e Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A. e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
ÁLVARO VERAS DO CARMO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador e Advogado	22/11/2016	Indeterminado	0.00%
267.676.197-87	Comitê de Conduta		07/01/1951	22/11/2016	1	
Diretor Relações com Investidores da Companhia.						
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Agrônomo	26/07/2016	Indeterminado	100.00%
113.336.817-47	Comitê Estratégico		25/04/1981	26/07/2016	1	
Presidente do Conselho de Administração						
EUGÊNIO RICARDO ARAÚJO COSTA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	26/07/2016	Indeterminado	100.00%
355.583.006-63	Comitê Estratégico		23/10/1958	26/07/2016	1	
Diretor de empresas Controladas da Área Scania da WLM						
FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	26/07/2016	Indeterminado	100.00%
695.099.216-53	Comitê Estratégico		04/10/1966	26/07/2016	1	
Diretor-Presidente da WLM e demais empresas Controladas						
NELSON HIGINO DA SILVA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	26/07/2016	Indeterminado	100.00%
740.532.058-91	Comitê Estratégico		24/02/1952	26/07/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
ROBSON LUIZ FERREIRA	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	22/11/2016	Indeterminado	0.00%
452.479.007-15	Comitê de Conduta		07/12/1957	22/11/2016	0	
Assessoria Jurídica						
WILSON LEMOS DE MORAES NETO	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Agrônomo	26/07/2016	Indeterminado	100.00%
003.177.687-60	Comite Estratégico		18/09/1969	26/07/2016	1	
Diretor de empresas Controladas da Área Agropecuária da WLM						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
ÁLVARO VERAS DO CARMO - 267.676.197-87						

DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI - 113.336.817-47

EUGÊNIO RICARDO ARAÚJO COSTA - 355.583.006-63

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES - 695.099.216-53

NELSON HIGINO DA SILVA - 740.532.058-91

ROBSON LUIZ FERREIRA - 452.479.007-15

WILSON LEMOS DE MORAES NETO - 003.177.687-60

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI	113.336.817-47	WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.	33.228.024/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro Presidente do Emissor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES	624.466.307-15	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.458.020/0001-71	
Diretora				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
FELIPE LEMOS DE MORAES	076.197.287-08	WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.	33.228.024/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração do emissor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	096.779.256-87	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.458.020/0001-71	
Diretor-Presidente				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES NETO	003.177.687-60	FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	096.779.256-87	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.458.020/0001-71	
Diretor-Presidente				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES
DIRETOR-PRESIDENTE

695.099.216-53

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA
DIRETOR-PRESIDENTE

30.937.874/0001-30

ObservaçãoAdministrador do Emissor

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES
DIRETOR-PRESIDENTE

695.099.216-53

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA
DIRETOR-PRESIDENTE

44.620.375/0001-20

ObservaçãoAdministrador do Emissor

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES
DIRETOR-PRESIDENTE

695.099.216-53

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA
DIRETOR-PRESIDENTE

16.638.413/0001-36

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR-PRESIDENTE	07.959.236/0001-07		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR-PRESIDENTE	15.947.450/0001-63		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR-PRESIDENTE	05.427.471/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR-PRESIDENTE	44.624.179/0001-23		
Observação			

Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR-PRESIDENTE	16.738.098/0001-19		
Observação Empresa com operação descontinuada.			

Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR	30.937.874/0001-30		
Observação			

Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR	44.620.375/0001-20		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR	16.638.413/0001-36		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR	07.959.236/0001-07		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR	05.427.471/0001-02		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função DIRETOR / DRI			
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR	15.947.450/0001-63		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR	44.624.179/0001-23		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR	16.738.098/0001-19		
Observação Empresa com operação descontinuada.			
<hr/>			
Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função DIRETOR / DRI Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR / DRI Observação	44.620.375/0001-20		
<hr/>			
Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR / DRI Observação	16.638.413/0001-36		
<hr/>			
Administrador do Emissor ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR / DRI Observação	07.959.236/0001-07		
<hr/>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR / DRI	05.427.471/0001-02		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR / DRI	15.947.450/0001-63		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR / DRI	44.624.179/0001-23		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO DIRETOR / DRI	267.676.197-87	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. 16.738.098/0001-19
DIRETOR / DRI

Observação

Empresa com operação descontinuada.

Administrador do Emissor

DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI 113.336.817-47 Controle Controlador Direto
CONSELHEIRO PRESIDENTE

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A. 30.458.020/0001-71
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Observação**Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES 695.099.216-53 Controle Controlada Direta
DIRETOR-PRESIDENTE

Pessoa Relacionada

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA 30.937.874/0001-30
DIRETOR PRESIDENTE

ObservaçãoAdministrador do Emissor

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES 695.099.216-53 Controle Controlada Direta
DIRETOR PRESIDENTE

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	44.620.375/0001-20		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	16.638.413/0001-36		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	07.959.236/0001-07		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR-PRESIDENTE	05.427.471/0001-02		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	15.947.450/0001-63		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	44.624.179/0001-23		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES DIRETOR-PRESIDENTE	695.099.216-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR-PRESIDENTE	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ÁLVARO VERAS DO CARMO	267.676.197-87	Controle	Controlada Direta
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Administrador do Emissor

ÁLVARO VERAS DO CARMO
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

267.676.197-87

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.
DIRETOR

16.738.098/0001-19

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ÁLVARO VERAS DO CARMO
DIRETOR E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

267.676.197-87

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.
DIRETOR

16.738.098/0001-19

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.
DIRETOR PRESIDENTE

16.738.098/0001-19

Observação

Controlada descontinuada

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE	113.336.817-47	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Administrativo	30.458.020/0001-71		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MARCELO ZANDER VAIANO GERENTE DE PROJETOS E INFORMÁTICA	026.648.257-04	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. Diretor	16.738.098/0001-19		
Observação Controlada descontinuada			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada FARTURA AGROPECUARIA S.A Diretor Presidente	05.427.471/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Presidente	30.458.020/0001-71		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA Diretor Presidente	44.624.179/0001-23		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA Diretor Presidente	15.947.450/0001-63		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor Presidente	30.937.874/0001-30		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor Presidente	16.638.413/0001-36		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	44.620.375/0001-20		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	07.959.236/0001-07		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Pessoa Relacionada</u> SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. Diretor Presidente	84.144.153/0001-00		
<u>Observação</u> Controlada descontinuada			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> RUBEM ROBERTO RIBEIRO DIRETOR VICE-PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	174.161.597-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. Assessor Jurídico	33.228.024/0001-51		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para os seus Administradores e Diretores (“**D&O**”), em condições usuais de mercado.

A apólice atualmente vigente foi contratada junto à Travelers Seguros Brasil S.A., sendo renovada anualmente no mês de maio. O prêmio total é de R\$ 26.915,87.

A apólice possui cobertura máxima de R\$ 30.000.000,00, que cobre o pagamento de despesas suportadas pelos administradores e diretores da WLM e das empresas controladas, caso estes venham a ser responsabilizados a reparar danos causados, no exercício de suas funções, a terceiros ou a Companhia. O seguro abrange sinistros tais quais danos morais, danos à reputação, danos ambientais, práticas trabalhistas indevidas, crises, multas e penalidades, erros e omissões, responsabilidade tributária, responsabilidade por danos materiais e corporais, entre outros.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- a. **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A política de remuneração da Companhia para os seus administradores, incluindo o Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando eleito, tem por objetivo compensar adequadamente a competência e a responsabilidade desses profissionais.

- b. **composição da remuneração, indicando:**

- i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando eleito, é feita por meio de pagamento de pró-labore mensal fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente. Com relação à Diretoria Executiva, o Diretor-Presidente, Diretor e Diretor de Relações com Investidores têm suas remunerações por meio de pagamento mensal fixo, adicionado de pagamento de bônus anual, de acordo com o desempenho da Companhia, medido por seus indicadores anuais.

- ii. **Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Exercício	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê Estratégico	Total
2015	6,90%	85,80%	7,30%	0,00%	100,00%
2016	9,10%	87,40%	3,30%	0,20%	100,00%
2017	26,37%	68,41%	4,71%	0,51%	100,00%
2018 *	28,52%	66,97%	4,51%	0,00%	100,00%

(*) Remuneração proposta para o período de janeiro/2018 a dezembro/2018

(**) Se houver

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O quadro abaixo apresenta a remuneração total de cada órgão e o percentual das formas de remuneração:

. Conselho de Administração

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2015	360	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2016	1.037	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2017	1.017	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2018*	1.066	100,00	Não se aplica	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de maio/2018 a abril/2019

. Diretoria Executiva

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2015	4.438	76,11	23,89	Não se aplica
2016	6.939	74,70	25,30	Não se aplica
2017	2.312	78,42	21,58	Não se aplica
2018*	2.504	72,92	27,08	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de janeiro/2018 a dezembro/2018

. Conselho Fiscal

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2015	380	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2016	237	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2017	181	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2018 *	169	100,00	Não se aplica	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de janeiro/2018 a dezembro/2018, se h

. Comitê Estratégico

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2017	20	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2018	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de janeiro/2018 a dezembro/2018

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações pagas pela Companhia a seus administradores são aferidas periodicamente, para avaliar a necessidade de ajustes em sua composição.

O cálculo do reajuste é feito de acordo com os índices inflacionários e de remuneração do mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária. A da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração e é baseada na comprovada capacidade técnica e analítica para melhor condução dos negócios com alinhamento de interesses entre acionistas e gestores, e a do Conselho Fiscal, se houver, de conformidade com a Lei 6.404/76.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos administradores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais, financeiras e segurança dos colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está atrelada aos resultados da Companhia, ao alcance de metas e ao desempenho econômico e financeiro em cada período analisado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia estão alinhados com a política de remuneração praticada de forma a manter em seus quadros profissionais de comprovada capacidade técnica.

A política de remuneração da administração alinha os interesses da WLM de curto prazo, baseada em práticas de mercado.

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração da Diretoria Executiva é fixada pelo Conselho de Administração e é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa visa assegurar uma remuneração sustentável, que seja ao mesmo tempo condizente com as possibilidades da Companhia.

A remuneração variável está atrelada ao atingimento de metas na obtenção de resultados e geração de caixa.

f. existência de remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Pesquisa de mercado, considerando o porte da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, mediante pesquisa de mercado, considerando o porte da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.066.207,91	1.825.743,73	163.904,86	3.055.856,50
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	193.595,72	0,00	193.595,72
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	484.380,00	0,00	484.380,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Verbas rescisórias		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.066.207,91	2.503.719,45	163.904,86	3.733.832,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.016.342,80	1.813.484,13	181.430,55	3.011.257,48
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	19.440,00	0,00	0,00	19.440,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	499.049,00	0,00	499.049,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.035.782,80	2.312.533,13	181.430,55	3.529.746,48

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	831.180,00	2.149.225,76	298.680,01	3.279.085,77
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	19.440,00	0,00	0,00	19.440,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.168.774,06	0,00	1.168.774,06
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.684.910,71	0,00	4.684.910,71

Descrição de outras remunerações variáveis		Gratificação R\$ 519.110,00 Verbas Rescisórias R\$ 4.165.800,71		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	850.620,00	8.002.910,53	298.680,01	9.152.210,54

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	3.348.475,29	380.159,26	4.088.634,55
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.089.864,00	0,00	1.089.864,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	360.000,00	4.438.339,29	380.159,26	5.178.498,55

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

- a) Órgão
- b) número total de membros:
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O PERÍODO DE MAIO/2018 A ABRIL/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal *	Total
Nº total de membros	5	3	3	11
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	484	Não se aplica	484
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-

(*) Se houver

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	3	11
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	484	Não se aplica	484
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	161	Não se aplica	161
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.169	Não se aplica	1.169
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	5.854*	Não se aplica	5.854*
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-

* Inclui R\$ 4.685 de verbas rescisórias e gratificações

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2015				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.090	Não se aplica	1.090
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	1.090	Não se aplica	1.090
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não se aplica.

iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- a. **Termos e condições gerais:** Não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.
- b. **Principais objetivos do plano:** Não se aplica.
- c. **Forma como o plano contribui para esses objetivos:** Não se aplica.
- d. **Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:** Não se aplica.
- e. **Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:** Não se aplica.
- f. **Número máximo de ações abrangidas:** Não se aplica.
- g. **Número máximo de opções a serem outorgadas:** Não se aplica.
- h. **Condições de aquisição de ações:** Não se aplica.
- i. **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:** Não se aplica.
- j. **Critérios para fixação do prazo de exercício:** Não se aplica.
- k. **Forma de liquidação:** Não se aplica.
- l. **Restrições à transferência das ações:** Não se aplica.
- m. **Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:** Não se aplica.
- n. **Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:** Não se aplica.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- d. **Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:** Não se aplica.
 - i. **Data da outorga:** Não se aplica.
 - ii. **Quantidade de opções outorgadas:** Não se aplica.
 - iii. **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** Não se aplica.
 - iv. **Prazo máximo para o exercício das opções:** Não se aplica.
 - v. **Prazo de restrição à transferência das ações:** Não se aplica.
 - vi. **Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - . **em aberto no início do exercício social:** Não se aplica.
 - . **perdidas durante o exercício social:** Não se aplica.
 - . **exercidas durante o exercício social:** Não se aplica.
 - . **expiradas durante o exercício social:** Não se aplica.
- e. **Valor justo das opções na data de outorga:** Não se aplica.
- f. **Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:** Não se aplica.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- d. **Em relação as opções ainda não exercíveis:** Não se aplica.
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício de opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. **Em relação as opções exercíveis:** Não se aplica.
 - i. Quantidade:
 - ii. Prazo máximo para exercício das opções:
 - iii. Prazo de restrição à transferência das ações:
 - iv. Preço médio ponderado de exercício:
 - v. Valor justo das opções no último dia do exercício social:
 - vi. Valor justo total das opções no último dia do exercício social:

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- d. **Em relação às opções exercidas informar:** Não se aplica.
 - i. Número de ações
 - ii. Preço médio ponderado d exercício
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. **Em relação às ações entregues informar:** Não se aplica.
 - i. Número de ações
 - ii. Preço médio ponderado de aquisição
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

- a. **Modelo de precificação:** Não se aplica.
- b. **Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** Não se aplica.
- c. **Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** Não se aplica.
- d. **Forma de determinação da volatilidade esperada:** Não aplicável.
- e. **Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:** Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Os membros do Conselho de Administração detêm, em conjunto, 1.915 ações ordinárias do capital da Companhia na data de 31 de dezembro de 2017.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Nome do plano:** Não se aplica.
- d. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- e. **Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:** Não se aplica.
- f. **Condições para se aposentar antecipadamente:** Não se aplica.
- g. **Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:** Não se aplica.
- h. **Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:** Não se aplica.
- i. **Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:** Não se aplica.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	2,00	2,00	5,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	5,00	6,00	0,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base na sentença proferida nos autos da ação de procedimento comum ordinário – Processo nº 0002888-21.2010.4.02.5101 – 5ª Vara Federal, ajuizada pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, contra a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
31/12/2015	Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*) Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*) Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*) (A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar Nº 17.350 - RJ), obtida em juízo.

Conselho de Administração	
31/12/2017	A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base na sentença proferida nos autos da ação de procedimento comum ordinário - Processo nº 0002888-21.2010.4.02.5101 - 5ª Vara Federal, ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Executivo de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, contra a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
31/12/2016	A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base na sentença proferida nos autos da ação de procedimento comum ordinário – Processo nº 0002888-21.2010.4.02.5101 – 5ª Vara Federal, ajuizada pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, contra a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

31/12/2015	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar Nº 17.350 - RJ), obtida em juízo.</p>
-------------------	--

Conselho Fiscal

31/12/2017	<p>A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base na sentença proferida nos autos da ação de procedimento comum ordinário - Processo nº 0002888-21.2010.4.02.5101 - 5ª Vara Federal, ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, contra a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.</p>
31/12/2016	<p>A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base na sentença proferida nos autos da ação de procedimento comum ordinário – Processo nº 0002888-21.2010.4.02.5101 – 5ª Vara Federal, ajuizada pelo Instituto Brasileiro Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, contra a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.</p>
31/12/2015	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar Nº 17.350 - RJ), obtida em juízo.</p>

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica, pois, a Companhia não conta com instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2017				
Órgão	Nº de Membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total - %
		Salário - %	Bônus e Verbas rescisórias - %	
Diretoria Executiva	3	76,75	23,25	100,00
Conselho de Administração	5	100,00	-	100,00
Conselho Fiscal	2	100,00	-	100,00
Comitê Estratégico	2	100,00	-	100,00

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2016				
Órgão	Nº de Membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total - %
		Salário - %	Bônus - % (*)	
Diretoria Executiva	2	26,85	73,15	100,00
Conselho de Administração	5	100,00	-	100,00
Conselho Fiscal	2	100,00	-	100,00
Comitê Estratégico	2	100,00	-	100,00

(*) Inclui verbas rescisórias e gratificação

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2015				
Órgão	Nº de Membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total - %
		Salário - %	Bônus - %	
Diretoria Executiva	2	75,44	24,56	100,00
Conselho de Administração	6	100,00	-	100,00
Conselho Fiscal	2	100,00	-	100,00

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

No exercício de 2017, não se aplica, pois nos últimos três exercícios não foram reconhecidas no resultado remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por razão que não a função que ocupam.

No exercício de 2016, a remuneração de membros do conselho de administração e da diretoria estatutária foi reconhecida no resultado da Companhia, por participação no Comitê Estratégico.

Em 2015, não aplicável, uma vez que não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO EMISSOR - EXERCÍCIO 2017					
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Comitê Estratégico R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	1.016	2.013	182	19	3.230
Controladas do emissor	0	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0	0

DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS - EXERCÍCIO 2017					
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Comitê Estratégico R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0	0

REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO EMISSOR - EXERCÍCIO 2016					
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Comitê Estratégico R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	831	3.037	299	19	4.186
Controladas do emissor	0	800	0	0	800
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0	0

DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS - EXERCÍCIO 2016					
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Comitê Estratégico R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	0	3.066 *	0	0	3.066 *
Controladas do emissor	0	1.100 *	0	0	1.100 *
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0	0

* Inclui verbas rescisórias e gratificação

REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO EMISSOR - EXERCÍCIO 2015				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	360	3.060	380	3.800
Controladas do emissor	0	1.378	0	1.378
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS - EXERCÍCIO 2015				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

* Inclui verbas rescisórias e gratificação

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Empregados: Número de empregados (total por empresa)**

2017	Número de empregados
 Holding	 16
WLM	16
 Segmento Automotivo - subtotal	 719
Equipo	88
Quinta Roda	129
Itaipu	318
Itaipu Norte	184
 Segmento Agropecuário - subtotal	 118
Fatura Agropecuária	40
São Sebastião do Araguaia	49
Itapura	29
 Controlada descontinuada	 11
Superágua	11
 Total Geral	 864

2016	Número de empregados
 Holding	 21
WLM	21
 Segmento Automotivo - subtotal	 749
Equipo	105
Quinta Roda	131
Itaipu	324
Itaipu Norte	189
 Segmento Agropecuário - subtotal	 121
Fatura Agropecuária	49
São Sebastião do Araguaia	41
Itapura	31
 Controlada descontinuada	 0
Superágua	0
 Total Geral	 891

2015	Número de empregados
 Holding	 30
WLM	30
 Segmento Automotivo - subtotal	 751
Equipo	114
Quinta Roda	133
Itaipu	331
Itaipu Norte	173
 Segmento Agropecuário - subtotal	 134
Fatura Agropecuária	52
São Sebastião do Araguaia	45
Itapura	37
 Controlada descontinuada	 1
Superágua	1
 Total Geral	 916

b) Terceirizados

14.1 - Descrição dos recursos humanos

A WLM possui funcionários terceirizados alocados nas suas controladas do **Segmento Automotivo**, conforme tabelas abaixo.

2017	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	10	RJ
Quinta Roda	42	SP
Itaipu	53	MG
Itaipu Norte	33	PA
Total Geral	138	

2016	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	10	RJ
Quinta Roda	40	SP
Itaipu	57	MG
Itaipu Norte	27	PA
Total Geral	134	

2015	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	1	RJ
Quinta Roda	21	SP
Itaipu	36	MG
Itaipu Norte	1	PA

c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade de pessoal (*turn over*) para os anos de 2017, 2016 e 2015 estão detalhadas para cada uma das empresas controladora e controladas, conforme quadro abaixo:

Empresa	2017	2015	2014
Holding	5,26%	3,45%	0,91%
Segmento Automotivo			
Quinta Roda	0,39%	2,62%	0,99%
Equipo	3,83%	2,09%	1,59%
Itaipu	1,43%	1,54%	0,99%
Itaipu Norte	3,19%	2,62%	1,65%
Segmento Agropecuário			
Fartura	6,02%	1,78%	1,53%
Itapura	3,33%	9,15%	7,14%
São Sebastião	5,05%	2,72%	1,96%
Controlada descontinuada			
Superágua	0%	0%	0%

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ano 2017

No ano de 2017 foram ajuizados 23 (vinte e três) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. e empresas por ela controlada, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 2.899.910,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e dez reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele resultantes, verbas rescisórias, diferenças salariais, inclusive em razão de pleitos de equiparação salarial, acúmulo e desvio de função, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos, inclusive derivados de acidentes de trabalho e oriundas de alegada estabilidade provisória, bem como nulidade de rescisão do contrato de trabalho.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2017
WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	Não houve processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	03 processos
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	01 processo
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo

Ano 2016

No ano de 2016 foram ajuizados 24 (vinte e quatro) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 1.558.719,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil e setecentos e dezenove reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele resultantes, verbas rescisórias, diferenças salariais, inclusive em razão de pleitos de equiparação salarial, acúmulo e desvio de função, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos, inclusive derivados de acidentes de trabalho e oriundas de alegada estabilidade provisória, bem como nulidade de rescisão do contrato de trabalho.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2016
WLM Indústria e Comércio S.A.	1 processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	09 processos
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	03 processos
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	04 processos
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	04 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	03 processos

14.1 - Descrição dos recursos humanos**Ano 2015**

No ano de 2015 foram ajuizados 17 (dezesete) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 1.105.000,00 (Um milhão cento e cinco mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele resultantes, verbas rescisórias, diferenças salariais, inclusive em razão de pleitos de equiparação salarial, acúmulo e desvio de função, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos, inclusive derivados de acidentes de trabalho e oriundas de alegada estabilidade provisória, bem como nulidade de rescisão do contrato de trabalho.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2015
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fartura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	07 processos
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	04 processos
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	01 processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	02 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	03 processos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável dos empregados da Empresa

A WLM tem como política de remuneração fixa praticar salários compatíveis com a média de mercado. Adota remuneração variável apenas para os funcionários que exerçam funções na área de vendas das suas concessionárias. Apesar da Companhia não adotar remuneração variável de curto prazo para os demais funcionários, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos seus empregados. Nas controladas do segmento automotivo a WLM possui plano de cargos e salários baseado na meritocracia.

b. Política de benefícios

Com relação aos benefícios, são concedidos:

- Seguro de Vida

Para todos os empregados da holding e das controladas Fartura (matriz e filial), São Sebastião (Matriz e filial), Itapura (filial), Superágua, Quinta Roda, Equipo, Itaipu e Itaipu Norte, com valores diferenciados de cobertura, variando de acordo com a faixa salarial.

- Assistência médica

Para todos os empregados, com diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com a opção do funcionário. Nas filiais Fartura, São Sebastião e Itapura, o benefício é concedido apenas para os cargos de liderança.

- Assistência Odontológica

Para todos os empregados da Holding, das controladas da Área Scania, (Quinta Roda, Equipo, Itaipu e Itaipu Norte), da Fartura (matriz) e da São Sebastião (matriz), com diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com a opção de cada funcionário.

- Vale-refeição / Alimentação

Para todos os empregados, sendo descontado um valor de contribuição de acordo com a faixa salarial.

- Vale transporte

Concedido para todos os empregados, exceto aqueles das controladas Itapura (filial), Fartura (filial) e São Sebastião (filial), cujos cargos justificam a utilização de transporte público.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Estacionamento

O pátio interno existente nas controladas do segmento automotivo é utilizado pelos empregados dessas empresas, sem qualquer tipo de cobrança.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Grupos de beneficiários:

i. Condições para exercício:

ii. Preços de exercício:

iii. Prazos de exercício:

iv. Quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Como comentado no item 7 deste Formulário de Referência, as regiões de atuação da WLM abrangem 5 estados e 2 segmentos operacionais. As informações das várias controladas estão detalhadas a seguir:

Controladas	UF	Sindicato
Fartura Agropecuária S.A. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	PA	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia . A última convenção celebrada foi em maio de 2017, vigente no período de 12 meses, com aumento de 3,5% a partir de 1º de maio de 2017.
Itapura Agropecuária Ltda.	SP	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras . A última convenção celebrada foi em maio de 2017, vigente no período de 12 meses, com aumento de 3,5% a partir de 1º de maio de 2017.
Itapura Agropecuária Ltda.	MG	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Paraíso . A última convenção celebrada foi em maio de 2017, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9% a partir de 1º de maio de 2017.
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	MG	Era representada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Águas Minerais de Caxambu no Rio de Janeiro. A última convenção celebrada foi em novembro de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9% a partir de 1º de novembro de 2015. <i>Obs.: Não possui funcionários ativos desde julho/2016</i>
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	SP	A maioria dos empregados é representada pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo . Em regra, a Federação negocia com o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo (Patronal) . A última convenção foi celebrada em outubro de 2017, vigente no período de 12 meses, com aumento de 3,00% a partir de 1º de outubro de 2017.
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	RJ	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Rio de Janeiro . A última convenção foi celebrada em maio de 2017, vigente no período de 12 meses, com aumento de 5,00%, a partir de 1º de maio de 2017.
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	MG	A maioria dos empregados é representada pelo SINDICON-MG, Sindicato dos Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidora de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais . A última convenção foi celebrada em 1º de março de 2018, vigente no período de 12 meses, com aumento de 2,00% a partir de 1º de março de 2018.
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	PA AP	A maioria dos empregados é representada pelo SINCODIV - Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos e Máquinas nos estados do Pará e Amapá . A última convenção foi celebrada em 1º de maio de 2017, vigente no período de 12 meses, com aumento de 4,0%, a partir de 1º de maio de 2017.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias, refletindo inexistência de paralisações entre os anos de 2013 a 2017.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR						
096.779.256-87	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
	505	0,003000%	375	0,002000%	880	0,002000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.						
30.458.020/0001-71	Brasileira-RJ	Não	Não	28/04/2017		
Não						
	15.589.625	94,075000%	14.597.620	73,564000%	30.187.245	82,899000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
WILSON LEMOS DE MORAES NETO						
003.177.687-60	Brasileira-RJ	Sim	Sim			
Não						
	12.760	0,077000%	0	0,000000%	12.760	0,035000%
FELIPE LEMOS DE MORAES						
076.197.287-08	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
	1.150	0,007000%	0	0,000000%	1.150	0,003000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
DON LEOPOLDO LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYNETTI						
701.527.921-55	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
1.110	0,007000%	0	0,000000%	1.110	0,003000%	
ISABELLA LEMOS DE MORAES						
025.134.256-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	19/06/2017		
Não						
300	0,002000%	0	0,000000%	300	0,001000%	
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES						
303.996.967-68		Não	Sim			
Não						
14.605	0,088000%	105	0,001000%	14.710	0,040000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
JHAYANNA LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI						
346.086.598-98	Brasileira-DF	Sim	Sim			
Não						
565	0,003000%	0	0,000000%	565	0,002000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES						
624.466.307-15	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
32.455	0,195000%	33.955	0,171000%	66.410	0,182000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI						
113.336.817-47	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
765	0,005000%	0	0,000000%	765	0,002000%	
JULIANA LEMOS DE MORES						
016.757.287-39	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
2.605	0,016000%	0	0,000000%	2.605	0,007000%	
TAINA LEMOS DE MORAES FERREIRA						
414.646.318-16	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
250	0,002000%	0	0,000000%	250	0,001000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
NICOLAS DE PAULA LEMOS DE MORAES						
043.061.767-46	Brasileira-RJ	Não	Não			
Não						
350	0,002000%	0	0,000000%	350	0,001000%	
Espólio de WILSON LEMOS DE MORAES						
012.390.907-49	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
3.075	0,018000%	3.075	0,015000%	6.150	0,017000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Espólio de MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES						
267.362.687-53	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
0	0,000000%	2.500	0,013000%	2.500	0,007000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
DON ROGÉRIO LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI						
083.196.897-40	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
1.740	0,011000%	0	0,000000%	1.740	0,005000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIAMA LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI						
071.669.047-04	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
1.815	0,011000%	0	0,000000%	1.815	0,005000%	
OUTROS						
907.545	5,478000%	5.205.820	26,234000%	6.113.365	16,788000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
16.571.220	100,000000%	19.843.450	100,000000%	36.414.670	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2.478
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	23
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	13

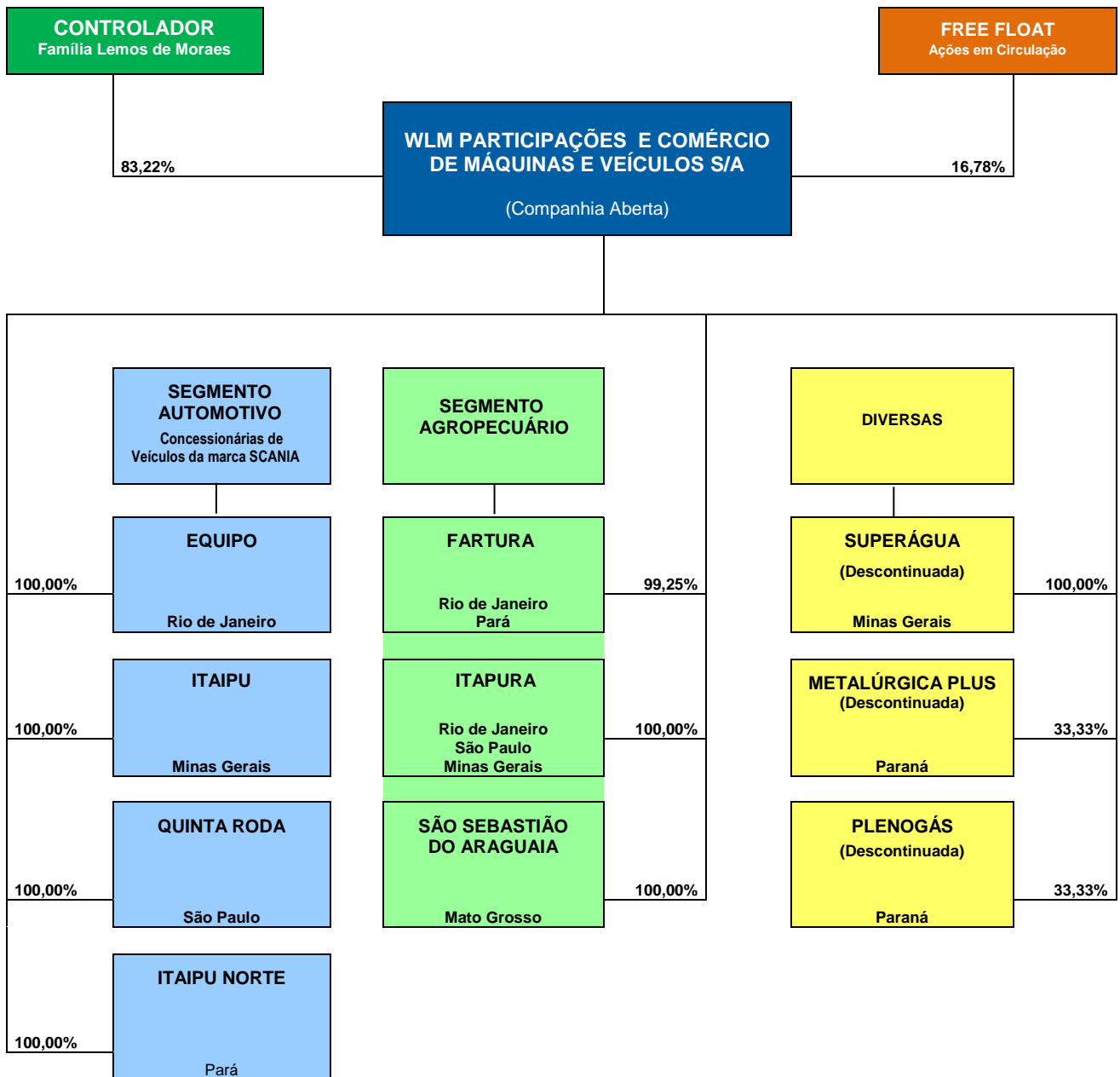
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	907.545	5,476634%
Quantidade preferenciais (Unidades)	5.200.820	26,209253%
Total	6.108.365	16,774462%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO:



PARTICIPAÇÕES DIRETAS E INDIRECTAS

FARTURA	%
WLM IND. COM.	95,24
ITAIPU	4,10
TOTAL	99,34

ITAPURA	%
WLM IND. COM.	88,71
QUINTA RODA	4,72
ITAIPU	4,25
EQUIPO	2,32
TOTAL	100,00

S. S. ARAGUAIA	%
WLM IND. COM.	70,96
EQUIPO	17,06
QUINTA RODA	6,42
ITAIPU	5,56
TOTAL	100,00

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**a) partes**

Relativo aos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015, não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

b) data de celebração

Não se aplica. Relativo aos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

c) prazo de vigência

Não aplicável. Relativo aos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não aplicável. Não há.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não aplicável. Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las

Não aplicável. Não há.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não aplicável. Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos 3 últimos anos não houve alterações, apesar da Companhia possuir grupo de controle e seus administradores deterem participação acionária.

15.7 - Principais operações societárias

Não há.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos da legislação societária, as operações entre as sociedades controladas, controladoras e/ou coligadas devem observar condições estritamente comutativas e/ou ter pagamento compensatório adequado. As operações e negócios com partes relacionadas à WLM são sempre realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 24 do Estatuto Social, compete à Diretoria, coletivamente, deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia, exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza.

Por força das operações comerciais para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania, bem como produção e comercialização de produtos agropecuários, a Companhia mantém relações de mútuo com suas controladas e coligadas, com incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic. As operações financeiras das controladas da WLM são avalizadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais empresas.

De acordo com o BR GAAP, a WLM utiliza o método de consolidação proporcional para consolidar os resultados de suas subsidiárias de cujo capital participem terceiros.

A Companhia não possui política formal quanto a realização de transações com partes relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	31/12/2015	2.000.149,46	132.849,54	Não auferido	05 (cinco) anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADORA DIRETA						
Objeto contrato	LOCAÇÃO DE IMÓVEL						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel localizado na Praia do Flamengo nº 200 - 19º andar - flamengo - Rio de Janeiro - RJ						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2015	0,00	-198.300	Não aferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FARTURA AGROPECUARIA S.A	31/12/2017	8.638.232,27	0	Não auferido	Arrendamento - Prazo de cinco anos Mútuo - Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA						
Objeto contrato	MÚTUO E ARRENDAMENTO						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante prévio e expreso ajuste.						
Natureza e razão para a operação	A operação de mútuo possibilita às partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Arrendamento de imóvel rural, com área de 7.471,54 Ha localizada no município de Santana do Araguaia - PA, destinada a exploração de pastagens no exercício da atividade pecuária.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	31/12/2017	1.287.042,18	0	Não auferido	Mútuo - Prazo indeterminado Arrendamento - Cinco anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA						
Objeto contrato	MÚTUA E ARRENDAMENTO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante prévio e expreso ajuste.						
Natureza e razão para a operação	A operação de mútuo possibilita às partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Arrendamento de imóvel rural, com área de 137,56 Ha localizada no município de Jaguariúna - SP, destinada a exploração de pastagens no exercício da atividade pecuária.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
METALURGICA PLUS S.A	31/12/2017	86.000,00	-112.300,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada com operação descontinuada.						
Objeto contrato	MÚTUA						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação de mútuo possibilita as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2015	6.055.242,17	1.447.463,63	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO E ARRENDAMENTO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.	31/12/2015	11.690,13	0,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar	Não existe saldo						
PLENOGAS DISTRIBUIDORA DE GAS S.A	31/12/2017	0,00	1.127.772,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA COM OPERAÇÃO DESCONTINUADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias						
Natureza e razão para a operação	A operação de mútuo possibilita as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON	31/12/2015	432.438,92	0,00	Não auferido	01 (um) ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Objeto contrato	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar	Não existe saldo						
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	31/12/2016	1.099.800,99	1.075.590,23	Não auferido	Prazo indeterminada	SIM	13,650000
Relação com o emissor	CONTROLADA						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	MUTUO E ARRENDAMENTO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	31/12/2016	3.932.036,72	114.149,20	Não auferido	05 (cinco) anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADORA DIRETA						
Objeto contrato	LOCAÇÃO DE IMÓVEL						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2016	0,00	-198.300,00	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantia						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias						
Natureza e razão para a operação	operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2014 não houve operações.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.	31/12/2016	0,00	-1.127.772,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2014 não houve operações.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
FATURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2016	6.429.213,53	4.657.620,78	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,650000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO E ARRENDAMENTO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
SUPERÁGUA EMPRESA DE AGUAS MINERAIS S.A	31/12/2016	77.093,54	75.785,20	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	13,650000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2012 não houve operações						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	31/12/2016	5.338.886,78		Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,650000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.	31/12/2015	1.007.364,28	0,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.	31/12/2015	1.127.772,00	-1127772,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor							
COLIGADA NÃO OPERACIONAL							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.	31/12/2015	1.575.077,48	3.189,96	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MÚTUO E ARRENDAMENTO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	31/12/2017	1.647.567,14	0	Não auferido	Prazo de cinco anos	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADORA DIRETA						
Objeto contrato	CONTRATO DE LOCAÇÃO, REEMBOLSO DA TAXA DE CONDOMÍNIO, IPTU E OUTROS						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 90 dias.						
Natureza e razão para a operação	Locação de 43,40% do imóvel localizado na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar localizado na Praia do Flamengo - Rio de Janeiro.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.	31/12/2017	124.722,71	0	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA COM OPERAÇÃO DESCONTINUADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação de mútuo possibilita as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

O Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela WLM, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas ou de terceiros.

Assim, todas as operações da WLM, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da WLM está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época. As operações e negócios com as partes relacionadas seguem os padrões comuns para as atividades de mesma natureza, portanto, não ocasionam qualquer benefício ou prejuízo para a WLM ou quaisquer outras partes. Os mútuos da WLM com suas controladas e coligadas que representam o grande volume nas operações descritas em 16.2 supra, se deram em razão de operações mantidas por intermédio destas empresas para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania e também, produção e comercialização de produtos agropecuários. Em referidos mútuos, há a incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
17/09/2015	177.375.435,61		16.571.220	19.843.450	36.414.670
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/04/2011	177.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/04/2010	137.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Autorizado				
23/06/2004	300.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/10/2008	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	28/10/2008	25.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

16/04/2010	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	16/04/2010	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

06/04/2011	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06/04/2011	40.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
17/09/2015	3.314.244	3.968.690	7.282.934	16.571.220	19.843.450	36.414.670

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, tendo em vista que não houve redução do capital social da WLM nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

Em **06 de abril de 2011**, por deliberação dos membros do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado que é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mediante a capitalização de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), correspondente a parte da conta de reserva de investimentos, integrante da reserva estatutária do grupo reserva de lucros, sem emissão de novas ações, passando o capital social **de R\$ 137.375.435,61** (cento e trinta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) **para R\$ 177.375.435,61** (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 7.282.934 (sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro) ações, sem valor nominal, sendo 3.314.244 (três milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e quatro) ações ordinárias escriturais e 3.968.690 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa) ações preferenciais escriturais.

Em **17 de setembro de 2015**, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, pela totalidade dos acionistas presentes com direito de voto, a proposta de desdobramento das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, passando cada 1 (uma) ação atual a ser representada por 5 (cinco) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social.

Quantidade de ações ON / PN			
Antes do desdobramento		Após desdobramento	
7.282.934		36.414.670	
ON	PN	ON	PN
3.314.244	3.968.690	16.571.220	19.843.450

Foi aprovada, também, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a vigorar com a seguinte nova redação: “Art. 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 177.375.435,61** (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), dividido em **36.414.670 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quatorze mil, seiscentos e setenta) ações escriturais**, sem valor nominal, sendo **16.571.220** (dezesseis milhões, quinhentos e setenta e um mil, duzentos e vinte) **ações ordinárias escriturais** e **19.843.450** (dezenove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta) **ações preferenciais escriturais**”.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social.</p> <p>Nos termos do art. 37 do seu Estatuto Social, a Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei 6.404/76, e o estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da WLM direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 37 do seu Estatuto Social, a WLM distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Nos termos do § 4º, art.5. do Estatuto Social, é prevista garantia de dividendo por ação preferencial, pelo menos, dez por cento superior ao dividendo atribuído a cada ação ordinária.

18.1 - Direitos das ações

Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Não há. Não se aplica.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há previsão de regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública. Não há quaisquer condições suspensivas ou resolutivas no Estatuto Social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da WLM não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	153.087	6,90	4,61	R\$ por Unidade	5,02
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.072.054	3,59	2,50	R\$ por Lote de Mil	2,78
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.100	6,20	4,80	R\$ por Unidade	5,27
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.773.606	3,50	2,57	R\$ por Unidade	2,92
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.088	12,90	6,40	R\$ por Unidade	9,21
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.278.291	5,25	3,21	R\$ por Unidade	4,13
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.925	14,10	7,40	R\$ por Unidade	10,22
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	753.082	5,44	4,91	R\$ por Unidade	5,20

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.648	6,48	5,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.218.604	3,84	1,80	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.255	5,19	4,40	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.744.707	3,74	2,08	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.395	5,15	4,61	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.310.821	3,31	2,60	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.360	6,90	5,02	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.727.699	6,71	2,31	R\$ por Unidade	0,00

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	92.117	77,02	66,24	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.399	58,41	49,54	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.700	57,00	57,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.034	45,27	40,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.639	54,89	50,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	130.175	9,80	5,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	531.572	8,00	4,50	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Além das ações ordinárias e preferenciais, não existem outros valores mobiliários regulados pela CVM emitidos pela WLM, atualmente.

I. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários: Não aplicável.

II. Outras características relevantes: Não aplicável.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários da WLM admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

- a) **país:** Não aplicável
- b) **mercado:** Não aplicável
- c) **entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:** Não aplicável
- d) **data de admissão à negociação:** Não aplicável
- e) **se houver, indicar o segmento de negociação:** Não aplicável
- f) **data de início de listagem no segmento de negociação:** Não aplicável
- g) **percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:** Não aplicável
- h) **se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:** Não aplicável
- i) **se houver, banco depositário:** Não aplicável
- j) **se houver, instituição custodiante:** Não aplicável

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos 3 últimos anos não houve nenhuma oferta pública de distribuição efetuada pela WLM.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 últimos anos não houve oferta pública de distribuição efetuada pela WLM.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não há.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos 3 últimos anos não houve oferta pública de aquisição efetuada pela WLM.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável uma vez que não há ações mantidas em tesouraria.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações da WLM nos exercícios de 2017, 2016 e 2015

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a) órgão responsável pela aprovação da política e data de Aprovação: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários, criada

por disposição estatutária. b) Pessoas Vinculadas: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários. c) e d) Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável. Não há.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações (“Política de Divulgação”) da WLM está sujeita às disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações posteriores. Em consequência, a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante, necessariamente fundamenta-se nos seguintes princípios básicos:

- obediência à legislação específica e à regulamentação da Comissão de valores Mobiliários (CVM);
- coerência com as melhores práticas de relações com investidores; e
- transparência e equidade de tratamento.

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela divulgação ao mercado de informações referentes a atos ou fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da WLM, na forma prevista na legislação específica e na Política de divulgação da Companhia. A informação será disponibilizada de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, zelando assim pela ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários da WLM são negociados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A política de divulgação está disciplinada pela Instrução CVM-358/2002 e alterações posteriores. O acesso a informações sobre ato ou fato relevante, antes de sua divulgação pública, é limitado aos profissionais da Companhia diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até que sua divulgação seja oportuna. Os Diretores, membros do Conselho de Administração e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da WLM e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na WLM, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante, devem guardar sigilo sobre essas informações até sua divulgação pública e zelar para que subordinados e outras pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses no caso de descumprimento.

A Política de Divulgação de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar à bolsa de valores, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso.

De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações. Sempre que a Administração da WLM decidir pela guarda de sigilo sobre informação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar, publicamente, de forma imediata, esta informação.

21.4 - Outras informações relevantes

A Companhia divulgará simultaneamente ao mercado de capitais informações sobre a WLM, por meio de publicação de comunicados nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Empresa, podendo ser feito de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada estará disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

A WLM adota a utilização do seu *website* (www.wlm.com.br), bem como os websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da *BM&FBOVESPA* (www.bmfbovespa.com.br), (www.b3.com.br) para a disponibilização imediata de comunicados, informações operacionais, sobre eventos corporativos, pagamentos de dividendos e títulos de dívida emitidos, demonstrações financeiras trimestrais e anuais e documentos arquivados com a CVM, cotações de ações da WLM nas Bolsas de Valores onde a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

A Política de Divulgação de Informações prevê, ainda, que os administradores e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar ao Diretor de Relações com Investidores a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.